



Universidade Católica Portuguesa

Usos da cultura em projectos de regeneração urbana  
O caso da Praça do Martim Moniz - Lisboa

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção  
do grau de mestre em Estudos de Cultura

Por

Matilde Artiaga Vieira Caldas

Faculdade de Ciências Humanas

Janeiro de 2014



Universidade Católica Portuguesa

Usos da cultura em projectos de regeneração urbana  
O caso da Praça do Martim Moniz - Lisboa

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção  
do grau de mestre em Estudos de Cultura

Por

Matilde Artiaga Vieira Caldas

Faculdade de Ciências Humanas

Janeiro de 2014

Sob orientação do Professor Doutor Peter Hanenberg

**Usos da cultura em projectos de regeneração urbana**  
**O caso da Praça do Martim Moniz - Lisboa**  
Matilde Artiaga Vieira Caldas

**Resumo**

A presente dissertação parte da hipótese de que as orientações da Câmara Municipal de Lisboa para o planeamento urbano estão hoje confrontadas com a necessidade de mobilizar os vários recursos culturais da cidade, por forma a consolidar a sua competitividade no panorama global de concorrência inter-cidades. A partir do estudo dos documentos estratégicos da autarquia, propõe-se que a promoção da cidade assenta na tentativa de (re)construção de uma imagem identitária que se quer concomitantemente ‘tradicional’ e ‘cosmopolita’. Neste processo, a ‘diversidade cultural’ surge como um “recurso” (George Yúdice) privilegiado, quer no que diz respeito à produção de uma ‘marca’, quer no que respeita à resolução de problemas sociais e económicos, condição essencial para a revitalização da cidade. Parte-se do caso específico da renovação da Praça do Martim Moniz, para perceber como é que a dimensão multicultural desta praça é mobilizada para a constituição da narrativa cosmopolita da cidade de Lisboa. Paralelamente, analisa-se a forma como a proposta de renovação se enquadra nos objectivos de regeneração urbana propostos pela Câmara Municipal de Lisboa. Neste contexto, problematiza-se o conceito de cosmopolitismo e o uso da diversidade cultural para fins sociais, económicos e, acima de tudo, para a promoção da ‘marca’ Lisboa. Avançando a hipótese de que a actual proposta de renovação da Praça pode esgotar-se num processo de emblematização deslocado dos seus propósitos sociais, equaciona-se a Praça no seio de um processo de nobilitação urbana que poderá afastar os referentes que dão significado à narrativa proposta. É no âmbito destas considerações que se lançam ainda algumas pistas para o debate sobre as implicações do papel mediador do poder público na gestão da cidade.

**Palavras-chave:** planeamento urbano, política cultural, cidades interculturais, cultura como recurso, cosmopolitismo, Lisboa

**Uses of culture in urban regeneration projects**  
**The case of Praça do Martim Moniz - Lisbon**  
Matilde Artiaga Vieira Caldas

**Abstract**

This thesis builds on the premise that the Municipality of Lisbon, in the context of urban planning, is currently facing the need to mobilize its various cultural resources in order to strengthen the city's global competitive position. Based on the study of the city council's strategic documents, it is proposed that the promotion of the city is founded on an identity (re)formulation which comprehends both 'traditional' and 'cosmopolite' dimensions. In this context 'cultural diversity' emerges as a "resource" (Georges Yúdice) not only for the creation of a city brand but also for the city's urban, social and economic regeneration.

Based on the particular case of the redevelopment of Praça do Martim Moniz the present paper aims to understand how the management of cultural diversity contributes to the creation of a cosmopolitan image for Lisbon. Simultaneously it examines if this specific redevelopment plan can lead to economic and social development as proposed by the city council. It therefore examines how concepts such as 'cosmopolitanism' and 'cultural diversity' can affect the social and economic conditions of a city as well as its brand. Assuming that the current redevelopment project in Praça do Martim Moniz might be reduced to a marketing strategy independent of social goals, it is still important to consider the possibility of a gentrification phenomenon which might displace the references on which the redevelopment plan is built. At last, the mediation role played by public institutions in the management of the city, remains a factor to be considered.

**Palavras-chave:** cultural policy, city planning, culture as resource, intercultural cities, cosmopolitanism, Lisbon



## **Agradecimentos**

Reconhecendo que este trabalho dependeu do contributo e ajuda de muitas pessoas, deixo aqui o meu agradecimento, esperando que as conversas que proporcionaram possam perdurar além desta dissertação. Ao António, em primeiro lugar, pela paciência e dedicação ao longo de todo este tempo, sabendo que sem a sua ajuda teria sido impossível ter as condições necessárias para enveredar por este projecto. Aos meus pais, pelo apoio constante em tudo, por me terem inculcido o gosto pela investigação e pelas críticas sempre construtivas e exigentes que teceram nas discussões sobre os temas deste trabalho. Ao Manuel que, em tempos conturbados, esteve sempre disponível para discutir e rever este trabalho de uma forma desafiante e minuciosa. Aos meus amigos que tantas angústias teóricas me provocaram em acesos debates, sem os quais não poderia multiplicar os olhares sobre a cidade, a cultura e tanto outros temas. À Rita que, estando também a desenvolver o seu trabalho de investigação, foi uma companheira de angústias e uma inspiração pelo empenho que dedica aos temas que desenvolve. À Eva e à Maria que de longe e no meio de muito trabalho, não deixaram de me ajudar na finalização do trabalho. Não poderia deixar de agradecer às pessoas que aceitaram ser entrevistadas no âmbito deste trabalho, pois é na proximidade com as várias vozes que fazem a cidade que poderemos pensar reflexivamente sobre ela. À professora Alexandra Lopes pela exigência e incentivo. E, por fim, ao Professor Peter Hanenberg pela sua orientação, na qual o entusiasmo e a abertura para discutir os meus dilemas e questões foram fundamentais para prosseguir neste trabalho.

## Índice

### Parte I

Introdução.....	1
1) Cidade, cultura e identidade na produção teórica.....	6
1.1) A cidade como escala de análise num contexto de globalização.....	6
1.2) Cidades, identidades e cultura.....	11
1.3) Cultura como recurso.....	15
1.4) Cultura e regeneração urbana.....	18
2) Algumas considerações metodológicas e disciplinares.....	23
2.1) Métodos.....	24
2.2) Delimitação do espaço e do tempo.....	26
2.3) Enquadramento disciplinar.....	27

### Parte II

Política cultural urbana em Lisboa.....	29
1) Estudos e documentos de referência.....	29
1.1) Recomendações internacionais.....	29
1.2) Orientações nacionais.....	34
2) Documentos estratégicos.....	39
3) Lisboa: que conceito?.....	42

### Parte III

#### Estudo de caso: Praça do Martim Moniz

1) História da Praça do Martim Moniz.....	47
1.1) Da formação da Mouraria ao Estado Novo.....	47
1.2) Estado Novo: constituição do Largo do Martim Moniz.....	49
1.3) Do Estado Novo à actualidade.....	51
2) Reflexões sobre o percurso histórico da Praça do Martim Moniz.....	56
3) A renovação da Praça do Martim Moniz na actualidade.....	63
3.1) <i>Mercado de Fusão</i> .....	65
3.1.1) Os quiosques.....	68
3.1.2) A feira.....	72
3.1.3) A música.....	73
3.1.4) Outros eventos.....	74
3.2) Em redor da Praça.....	75

4) Reflexões sobre renovação da Praça do Martim Moniz na actualidade.....	76
Parte IV	
Considerações finais.....	82
1) Praça do Martim Moniz hoje: elementos de diferenciação e fragilidade.....	82
1.1) Políticas de proximidade.....	82
1.2) Abrangência conceptual e geográfica.....	84
1.3) Recurso: diversidade cultural.....	87
2) Diversidade cultural na Praça do Martim Moniz: fenómenos de negociação, agência e poder.....	89
2.1) Diversidade cultural e cosmopolitismo.....	90
2.2) Nobilitação urbana.....	94
2.3) Poder e Agência.....	95
Conclusão.....	97
Bibliografia.....	101
Anexos.....	110

## **Parte I**

### **Introdução**

Ao longo da sua evolução histórica as cidades foram sempre palco de gestão das mudanças que se operavam em seu redor, dotando-se de uma dinâmica particular que noutras escalas não é possível encontrar (Sassen, 2002). Na contemporaneidade, as cidades permitem-nos perceber como é que a globalização existe de forma concreta e situada e, deste modo, como é que se localizam os fenómenos decorrentes das profundas transformações sociais, tecnológicas, comunicacionais ou económicas que não se restringem ao território nacional em que as cidades se encontram, mas que se situam numa rede de interacção internacional e global (Sassen, 2002).

Neste sentido, as cidades constituem um palco privilegiado para se observar a conjugação permanente entre o particular e o universal, que se reflecte em projectos de ordens várias que são, de um modo geral, quer localizantes (em articulação com o conjunto de atributos que diferenciam a cidade) quer globalizantes (na sua inserção nos mercados e movimentos globais). Se esta conjugação é apanágio da contemporaneidade, ela é também reconhecida como uma relação que deve ser fomentada a vários níveis de decisão, numa altura em que as cidades “revalorizam os seus recursos, reais ou potenciais, como forma de se reposicionar no mercado da concorrência inter-cidades, cada vez mais competitivo” (Fortuna, 2001). Neste sentido, os seus elementos distintivos – frequentemente associados aos conceitos de tradição, património e identidade cultural – são promovidos, revitalizados ou reinventados para a consolidação de uma localidade. Numa cidade como Lisboa, cuja identidade tem estado “excessivamente ancorada no passado” (Costa, 2009) como se poderá promover a sua inserção no circuito global ao qual está frequentemente associada uma condição cosmopolita? E de que forma se articulam estas duas vertentes na narrativa identitária da cidade? É sobre estas questões que se debruçará a presente dissertação.

Inserindo esta discussão no contexto urbano de Lisboa, parte-se da hipótese de que as políticas autárquicas desta cidade são efectivamente pensadas no seio da dialéctica entre local e global e que, hoje, a tentativa de afirmação de Lisboa em ambos os pólos dessa mesma dialéctica se espelha na execução de inúmeros projectos de renovação, reabilitação

ou revitalização do centro histórico da cidade promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Enquanto foco de narrativas intimamente ligadas à produção de uma identidade cosmopolita, escolhi a Praça do Martim Moniz como objecto de análise primordial, particularmente no que diz respeito à recente operação de revitalização deste lugar, designada por *Mercado de Fusão*. Concebido pela empresa NCS (*Número de Ciclos por Segundo*) e implementado no seguimento de um contrato de concessão celebrado com a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) e a Câmara Municipal de Lisboa (CML), o *Mercado de Fusão* consiste na revitalização dos quiosques da placa central da Praça e na promoção de actividades culturais variadas. Considero, pois, que os elementos constitutivos da nova configuração da Praça são criados ou revitalizados para re-significarem um lugar tradicionalmente identificado como marginal – como um problema no centro da cidade – e para dotarem a Lisboa de um *locus* de encontro e interacção cultural que poderá constituir o espelho do seu cosmopolitismo.

A apresentação de uma proposta de vivência da Praça que aposta na renovação de uma imagem de “encontro de povos e culturas”, promovendo uma concepção da cidade em interacção com o mundo, parece complementar uma certa representação de Lisboa que vem sendo trabalhada numa relação íntima com o passado vernáculo e patrimonial. Observa-se, então, um investimento no pólo global da dialéctica acima enunciada.

Embora o *Mercado de Fusão* constitua o principal objecto de análise desta dissertação, considero que será indispensável enquadrá-lo noutros contextos mais alargados. Por um lado, importa abordar o *Mercado de Fusão* em relação com os elementos que constituem os limites da Praça (desde os novos edifícios de habitação da EPUL, aos edifícios existentes fruto de planos urbanísticos anteriores, como é o caso dos Centros Comerciais da Mouraria e do Martim Moniz ou ainda o Hotel Mundial) e com as zonas circundantes como a Mouraria, a Baixa e a Avenida Almirantes Reis que, alvo de intervenções recentes, parecem-me complementar a narrativa projectada para a Praça. Por outro lado, dever-se-á questionar se o conjunto destas e de outras intervenções levadas a cabo na cidade, contribuem, e de que forma, para a recriação de uma imagem de Lisboa, particularmente naquilo que se costumou designar centro histórico, no quadro da competição “inter-cidades” acima referida.

No entanto, sendo a história de urbanização desta praça marcada por sucessivos insucessos e incompletudes, interessa perceber: de que forma se diferencia o actual programa que se tem vindo a desenvolver na zona do Martim Moniz e de que forma se articula com o discurso autárquico sobre a cidade, naquilo que considero ser o projecto de afirmação identitária urbana, situada entre os conceitos de local e global. Para além de compilar a informação histórica, etnográfica e urbanística sobre o espaço em análise, pretendo perceber de que forma é a Praça concebida pelas entidades que nela investem e de que forma se relaciona com as narrativas promovidas nas estratégias de intervenção e promoção urbana da CML.

É minha hipótese que o investimento privado feito na placa central da Praça do Martim Moniz, e apoiado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), pretende promover uma imagem de cosmopolitismo na cidade, que o carácter multicultural da zona, bem como a modernização paralela das suas infra-estruturas ajudam a sedimentar. Por outro lado, e no que se refere a algumas das zonas que circundam a Praça, nomeadamente a Mouraria, parto da hipótese que o processo de intervenção de que tem sido alvo este bairro, e o contínuo investimento que se tem feito na sua rotulação enquanto bairro histórico, bairro típico de Lisboa, fornecem dados importantes para discutir a relação dialéctica entre o global e o local que foi referida anteriormente.

Assim, os processos de renovação ou requalificação da Praça e das zonas circundantes poderão resultar numa alteração das suas representações simbólicas que, por sua vez, poderão ser integradas numa lógica de recriação identitária do centro histórico.

Porém, quando atentamos aos objectivos programáticos da Câmara, que a estas representações associam objectivos de melhoramento urbano, social e económico, parece-me que a avaliação do sucesso do projecto se complexifica e levanta inúmeras questões que passam pela discussão sobre o papel dos organismos públicos e privados na gestão da cidade e, portanto, passam também pelo repensar do planeamento urbano.

Neste planeamento e, particularmente, nos elementos da Praça que pretendemos analisar, a ‘cultura’ e a diversidade cultural são frequentemente usadas para animar o espaço público de um modo que venha, como consequência, promover uma vida social e económica ‘salutar’ e cosmopolita. No entanto, devido às várias dinâmicas implícitas neste processo e ao facto de o planeamento constituir por si só um discurso, muitas vezes imposto a um espaço público que se encontra já previamente investido de uma

multiplicidade de narrativas, torna-se fundamental analisá-lo com cuidado, especialmente no que diz respeito aos modos como se instrumentaliza a cultura e a diversidade cultural em prol de objectivos sociais e económicos, visando a promoção de uma imagem cosmopolita da cidade.

Neste ponto, torna-se necessário também clarificar que o conceito de cultura a que me refiro é tão abrangente quanto os usos que dela fazem as entidades que estarão em análise neste trabalho, nomeadamente aquelas que mais directamente se relacionam com a renovação da Praça do Martim Moniz, desde a CML às empresas que na praça têm os seus projectos específicos, como sejam a NCS ou a EPUL. Esta abrangência compreende quer a cultura artística (observada através das iniciativas performativas e plásticas que se desenvolvem na praça), quer a cultura no sentido ‘antropológico’ (para a qual nos remetem, por exemplo, os discursos sobre a multiculturalidade de base étnica associada à praça, e que se pretende representada na oferta gastronómica dos quiosques nela implementados). Embora a cultura seja nestes projectos frequentemente usada no seu sentido adjectivado, não deixa de ter uma componente essencializada que importa debater e confrontar com o que se entende por cosmopolitismo, um conceito complexo e isento de consenso.

As diversas discussões académicas em torno da objectificação e reificação da cultura começam a transbordar para os discursos da esfera da política cultural. No entanto, parece-me que subsiste ainda uma certa visão de cultura como uma propriedade que confere distinção e identidade, unicidade e autenticidade e que, portanto, importa preservar. Esta preservação diz tanto respeito a uma cultura ‘própria’ (neste caso, da cidade de Lisboa e dos seus atributos tradicionais), como a culturas ‘outras’ (numa perspectiva multicultural). São múltiplos os discursos que se compõem em torno destas representações culturais, assim como são diversas as suas práticas (Abu-Lughod, 1991). No entanto, todas elas se alimentam de mundos imaginados (Appadurai, 1990) que, plenos de tensões e contradições, podem constituir recursos para grupos sociais, políticos ou económicos consolidarem narrativas e programas (Yúdice, 2003).

Esta visão reificada da cultura é, por sua vez, a base sobre a qual se revitalizam tradições e mitos, se recriam significados, se renovam lugares simbólicos. Parece-me que, neste sentido, a Praça do Martim Moniz, na sua relação dialéctica com as zonas circundantes, constitui um objecto particularmente interessante para pensar estes temas.

Por outro lado, numa altura em que a discussão em torno das funções dos órgãos públicos e do papel desempenhado pelas entidades privadas se encontra em pleno desenvolvimento, quer no que diz respeito ao panorama nacional, quer no que diz respeito ao panorama local, parece-me urgente aprofundar o estudo das narrativas e impactos desta discussão num conceito tão complexo, mas ao mesmo tempo tão concorrido, como é o conceito de cultura.

A presente dissertação divide-se em quatro partes. A primeira parte apresenta o enquadramento teórico-metodológico do objecto, identificando os principais conceitos que evoca o presente estudo de caso, bem como algumas considerações sobre a abordagem utilizada.

A segunda parte foca-se nos documentos produzidos pela UNESCO e a União Europeia acerca do recurso à diversidade cultural para o desenvolvimento social e económico das cidades. Para o contexto português analisa-se aqui o estudo *Estratégias para a Cultura em Lisboa*, produzido pelo centro de investigação Dinâmia/ISCTE, enquanto documento de referência para a elaboração dos principais eixos de actuação autárquica. Por fim, são abordados alguns documentos estratégicos da Câmara Municipal de Lisboa (CML) que julgo espelharem as orientações dadas nos documentos referidos anteriormente.

A terceira parte centra-se no estudo de caso, que diz respeito aos processos de renovação da Praça do Martim Moniz, considerando que este espaço urbano reflecte algumas das orientações estratégicas da CML analisadas na segunda parte da dissertação. Para perceber, no entanto, como é que as actuais propostas para a Praça poderão resultar numa revitalização e requalificação da mesma à luz dos objectivos propostos pela CML, o actual processo de renovação será enquadrado no percurso histórico da Praça e nos projectos que hoje se desenvolvem nos bairros adjacentes.

Na quarta parte procederei à análise crítica das informações contidas na segunda e terceira partes, à luz dos conceitos abordados na revisão crítica da literatura.



## **1) Cidade, cultura e identidade na produção teórica**

O enquadramento teórico do objecto de estudo da presente dissertação comporta diferentes perspectivas e conceitos pelo que me pareceu útil dividi-lo em partes distintas por forma a facilitar o seu entendimento. Efectivamente, dadas as diferentes dimensões para as quais nos remete a investigação, desde espaço (global e local, cidade e nação, cidade e praça), conceitos (cultura, diversidade cultural, cosmopolitismo, identidade, entre outros), actores (desde os órgãos autárquicos aos investidores privados), parece-me fundamental a problematização das suas definições e usos, numa perspectiva multidisciplinar.

### **1.1) A cidade como escala de análise num contexto de globalização**

Desde George Simmel (1903) e Walter Benjamin (1982[1935]) que a cidade constitui objecto de reflexão em estreita relação com o mundo contemporâneo, algo que viria a adquirir crescente importância ao longo dos tempos como se veria, ainda na primeira metade do século XX, com a Escola Sociológica de Chicago, especialmente com Robert Park e Louis Wirth (Silvano, 2001). Dos primórdios da sociologia urbana interessa-me, sobretudo, reter alguns conceitos que foram fundamentais para pensar a cidade hoje. Neste sentido, não é possível equacionar a cidade contemporânea sem ter em conta o conceito de mobilidade que, por sua vez, evoca num mesmo espaço fenómenos de proximidade e distância, particularmente visíveis na figura do estrangeiro evocada por Simmel (Silvano, 2001). Para estes autores, a articulação destes fenómenos assume a sua perfeita existência na cidade, onde a multidão heterogénea e concentrada, ao mesmo tempo que limita o espaço entre os sujeitos, promove o seu distanciamento no prisma mental. Por outro lado, a mobilidade, quebrando as condicionantes associadas aos laços sociais fixistas, dotam o indivíduo de liberdade. Seria esta experiência que Robert Park e Louis Wirth viriam a associar ao cosmopolitismo, uma experiência única, centrada no indivíduo, possibilitada pelo fenómeno da mobilidade e intrinsecamente urbana. (Silvano, 2001).

A discussão em torno do conceito de cosmopolitismo tentará ser desenvolvida neste trabalho de uma forma mais reflexiva, não apenas como condição do indivíduo que facilmente circula entre diferentes grupos sociais, mas igualmente como discurso imputado a grupos, práticas e, acima de tudo, às cidades. É igualmente indispensável considerar o conceito de cosmopolitismo à luz de projectos identitários vários, baseados em noções de classe, etnicidade, estilos de vida, entre muitos outros. Estes projectos por sua vez, implicam que consideremos a ideia de liberdade à luz de processos de negociação entre indivíduos, grupos e instituições.

Por outro lado, é essencial abordar os fenómenos urbanos de acordo com alguns conceitos elaborados por Henri Lefebvre (1991 [1974]) e que constituíram uma viragem fundamental nesta área de estudos, nomeadamente com a mudança de enfoque para as práticas sociais e, como tal, para a concepção do espaço como socialmente construído e não meramente objecto de descodificação. Neste sentido, Lefebvre desloca a ênfase do espaço epistemológico para o espaço dos sujeitos concretos, ou seja para o espaço social. Para o presente trabalho, o conceito de “representação do espaço” do autor é particularmente importante, nomeadamente para a análise do sistema de representação que julgo ter vindo a ser produzido pelo planeamento urbano no centro histórico de Lisboa. Assim, “a prática dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas e, por vezes, de artistas mais ligados ao pensamento ‘científico’, está associada a esta dimensão, visto que conceber o espaço pressupõe representá-lo a partir de um determinado sistema de signos.” (Lefebvre *apud* Silvano, 2001: 44). Neste sentido, Lefebvre sublinha igualmente a importância das relações de poder, autoridade e controlo subjacentes às formas de espacialização.

Moreover – and more importantly – groups, classes or fractions of classes cannot constitute themselves, or recognize one another, as subjects unless they generate (or produce) a space. Ideas, representations or values which do not succeed in making their mark on space, and thus generating (or producing) an appropriate morphology, will lose all pith and become mere signs, resolve themselves into abstract descriptions, or mutate into fantasies. (Lefebvre, 1991 [1974]: 416-417)

Por outro lado, se, como propõe Lefebvre, cada sociedade produz o seu espaço, então, importa perceber que contexto condiciona a produção do espaço e, para o que aqui interessa, do espaço da cidade contemporânea. Porém, as perspectivas do autor centram-se excessivamente na produção de um espaço exclusivamente determinado pelo modelo

económico capitalista. Tentarei dar conta de outras variáveis nesta reflexão, partindo da premissa de que o espaço não é apenas estruturado, é também estruturante.

Pensar a cidade na contemporaneidade implica enquadrar os conceitos que tenho vindo a enunciar no conjunto de processos referentes à globalização e que complexificam e actualizam a discussão em torno dos conceitos de indivíduo, mobilidade e cosmopolitismo.

Tentando pensar os fenómenos que caracterizam a contemporaneidade, e que condicionam hoje a sua percepção, Marc Augé (1994) refere-se à noção de “sobremodernidade”:

Esta necessidade de dar sentido ao mundo presente, para já não falar no passado, é o preço da superabundância de acontecimentos que corresponde a uma situação que poderíamos designar de “sobremodernidade” afim de dar conta da sua modalidade essencial: o excesso. (Augé, 1994)

Augé refere-se especificamente ao aparecimento de três figuras de excesso – excesso de tempo, excesso de espaço e excesso de individualismo (Augé, 1994). A proximidade e, logo, a sensação de infinitude da história, da genealogia, da memória, dos bens, dos lugares e das pessoas, acabam por pôr em causa as concepções clássicas de espaço (delimitado), de tempo (cronológico) e de sociedade (colectiva). Os desenvolvimentos tecnológicos (de transportes, de comunicação virtual, entre outros), os fluxos migratórios e a complexificação e desmaterialização económica, promovem concepções diferentes de espaço, tempo e da esfera social, indissociáveis hoje de noções de simultaneidade, permeabilidade e singularidade. Neste sentido, é igualmente importante a contribuição de Manuel Castells (2010) através do conceito de “espaço de fluxos” que constitui a organização material da sociedade da era da informação, marcada por fluxos de tecnologia, de capital, de informação, de símbolos, de sons e de imagens.

Estes fenómenos implicam uma nova equação de espaço, cujos limites imaginados são substituídos pela consciência das suas porosidades e relações múltiplas, realçando a existência de um “espaço identitário contemporâneo [que] implica sempre uma relação com exterior” (Silvano, 2001).

Para além de enquadrar a cidade na contemporaneidade, Saskia Sassen (2002) propõe ainda que a cidade seja um ponto de partida para a compreensão da própria contemporaneidade. Efectivamente, a autora sublinha que, para perceber os múltiplos

eixos que estruturam o processo de globalização, o foco de análise deve situar-se numa escala apropriada, nomeadamente a cidade. Esta escala permite-nos perceber as novas geografias de poder político, económico e social que não seriam visíveis na polaridade nacional/global.

Na sequência desta proposta e da nova equação de espaço decorrente da “sobremodernidade”, reforça-se a necessidade de continuar a desmontar essa polaridade, sublinhando que o conceito de ‘nacional’ deve ser estudado como uma representação e como um produto do Estado-nação, servindo propósitos iminentemente políticos. Deve ser enfatizada, uma vez mais, a ideia de que nenhuma categoria é estável e unitária de tal forma que possa descrever dogmaticamente um vasto número de pessoas e, neste sentido, qualquer destas categorias constitui um sistema simbólico de representações, uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2005[1983]). Referindo-se à ideia de cultura nacional, afirma Stuart Hall:

Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, género ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa mesma identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. [...] Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural. (Hall, 1999[1992]: 59).

Se, como afirma Stuart Hall, a “cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica”, torna-se imperativa a utilização de novos conceitos de representação que não sejam estáveis, coesos e colectivistas. Se a cultura nacional surgia paralelamente à construção do Estado-nação, enquanto uma “estrutura de poder cultural” que visava reforçar a consolidação desta categoria política e territorial, hoje, a diversidade crescente que se observa no seio dos seus territórios, o “excesso” de espaço e tempo que estes concentram, obrigam à reformulação das suas narrativas e implicam a assunção da sua multiplicidade.

Mike Featherstone (1990, 1993) reforça esta ideia afirmando que uma das consequências da globalização é os Estados-nação sentirem-se confrontados com a necessidade de reformularem as suas narrativas identitárias com estratégias pluralistas e multiculturais. Neste panorama, importa realçar o papel dos estudos urbanos que, tal como sublinha o autor, reforçam a necessidade de mudar o objecto de análise ao sublinharem

que a sociedade não tem de se cingir ao Estado-nação enquanto espaço limitado, podendo, pelo contrário, localizar-se ou globalizar-se.

Embora a cidade seja igualmente foco de narrativas aglomeradoras de dinâmicas mais complexas, constitui o espaço concreto onde as pessoas, nativas ou estrangeiras, tendem a concentrar-se e a questionar essas mesmas narrativas. A cidade aparece então como um epicentro da análise da contemporaneidade. É igualmente na cidade que observamos a concentração de indústrias, capital, instituições financeiras e políticas, para além de outros elementos centrais no processo de globalização. Seguindo estas premissas é ainda importante que nos debrucemos sobre o que Saskia Sassen (2005) identificou como as “cidades globais”, locais de enorme concentração de poder económico e centros de comando da economia global. As “cidades globais” não são, pois, dominadas pelo Estado-nação, mas também não são estruturadas exclusivamente pelas dinâmicas globais. São, na verdade, espaços marcados pela mobilidade, mutabilidade e incerteza. Poder-se-á dizer, à semelhança do que António Pinto Ribeiro (2004) afirma, que as “cidades globais”, tal como outras cidades contemporâneas, são um “*work in progress*” multidimensional.

Embora Saskia Sassen se refira a cidades como Nova Iorque, Tokio, São Paulo, Londres ou Paris, não se pode desligar o conceito de “cidade global” das dinâmicas de outros centros urbanos, uma vez que aquelas se tornam um referente de cidade que pode ser impossível de igualar e, portanto, impele à distinção das cidades através das suas localidades, ou poderá constituir um referente de centralidade, que estimula a imitação. Neste sentido, torna-se indispensável entender as cidades na contemporaneidade à luz das lógicas sociais, políticas e económicas dos grandes centros urbanos mundiais e perceber como é que as cidades, que nesta competitiva grelha global se podem tornar ‘periféricas’, reconstroem a sua narrativa identitária.

Tal como sugere Manuel Castells, encarando a cidade global como um processo que não depende exclusivamente do Estado para promover as suas especificidades nas redes internacionais (Castells, 2010), proponho que a cidade de Lisboa seja entendida de acordo com uma lógica de produção de localidade em relação com o panorama global, num momento historicamente situado e na interacção de actores sociais concretos.

## 1.2) Cidades, identidades e cultura

A inserção da cidade num processo de articulação simultânea entre uma escala global e local reclama, igualmente, por uma nova abordagem relativamente às estratégias que são adoptadas para a edificar e constituir identitariamente.

Concebendo a identidade como um processo de construção, representação e negociação social, e tendo em conta a ambivalência decorrente das conjugações quase infinitas da globalidade com a localidade, Arjun Appadurai (1996) propõe pensar a realidade social partindo da ideia de *ethnoscapes*:

The landscapes of group identity – the ethnoscapes – around the world are no longer familiar anthropological objects, insofar as groups are no longer toughly territorialized, spatially bounded, historically unselfconscious, or culturally homogeneous” (Appadurai, 1996).

Na verdade, é no seio da própria ambivalência que se pode criar e recriar uma pluralidade de significados e representações identitárias. Neste sentido, é importante sublinhar que a globalização não é uma história de homogeneidade (Appadurai, 1996) e que as cidades, no processo constante da reestruturação das suas identidades e na interacção sucessiva entre processos transnacionais e as suas localidades, ilustram bem esta asserção.

No processo de construção e diferenciação identitária das cidades no quadro da globalização, Sassen (2012) alerta para o facto de a ‘cultura’, nas suas manifestações artísticas, nos seus imaginários étnicos, nas memórias sociais, nas suas diversas representações, constituir um recurso fundamental.

La globalización ha generado una especie de igualdad de las ciudades y de ahí surgen los proyectos de inventar festivales o buscar una marca de ciudad, para diferenciarlas. Hay una recuperación de lo cultural en ese sentido, en parte porque es una gran industria. Los festivales generan ciudadanía, pero a la vez responden a las necesidades de grandes sectores empresariales. Hoy no se visitan ciudades tanto para ver un museo específico, por ejemplo, como para tener la experiencia de su urbanidad. Pero hay una vuelta irónica, porque muchas veces se busca ver lo mismo en todas partes.” (Sassen, 2012)

A uma definição excessivamente ancorada nos elementos tecnológicos, financeiros e administrativos, a autora acrescenta o factor cultural, que me parece fundamental para a

internacionalização da cidade. Na verdade, como sublinha Ulf Hannerz (*apud* Featherstone, 1990), a definição de cidade global não exige uma concentração de todos estes elementos, podendo haver cidades que se globalizam como centro cultural (o caso de Paris), ou como centro económico (o caso de Tokyo) ou ainda como centro político (o caso de Washington).

O modo pelo qual as cidades podem ser entendidas como centrais em determinadas dimensões não depende apenas das actividades que desenvolvem. Essa centralidade pode decorrer também de imagens construídas para promoção turística, para atracção de investimento ou, simplesmente, com o intuito de afirmação de uma qualquer ‘identidade’. Efectivamente, muitos dos movimentos, actividades e transformações que ocorrem nos centros urbanos surgem sob a capa mais lata de uma imagem da cidade. Uma imagem, no sentido de marca, e, se quisermos, uma identidade – a imagem dessa identidade. Muitas vezes estas imagens são criadas para eventos específicos como Exposições Internacionais ou Capitais Culturais, outras vezes são criadas sob a égide de políticas mais vastas que englobam o desenvolvimento económico, social ou urbanístico.

Na tentativa de perceber em que referentes assentam os processos de representação das identidades urbanas, Carlos Fortuna e Paulo Peixoto (2002) listam alguns exemplos como aqueles que se referem a características físicas, heróis ou episódios marcantes da cidade, ou os casos em que a identidade urbana é moldada na mediação entre processos locais e globais num processo sincrético. Há ainda os casos das cidades que, na impossibilidade de se reinventarem ou modernizarem, realçam a antiguidade da sua história, trazendo os sucessos do seu passado para o tempo presente<sup>1</sup>. Os autores realçam que o modo de representação da cidade depende de inúmeros factores entre os quais se encontra a concentração populacional, “a transferência dos poderes do Estado central para administração local”, “a intensificação de indivíduos, capital e informação” e a “pressão para adopção de gestão empresarial” (Fortuna & Peixoto, 2002). Para esta análise, os autores chamam ainda a atenção para o facto de os estereótipos sobre os quais assenta a diferenciação de cidades serem muitas vezes distorcidos, desfasados da realidade, acrescentando que as representações são socialmente segmentadas “suscitando muitas vezes imagens contraditórias ou conflituais e assumindo, nessa medida, uma identidade

---

<sup>1</sup> Os autores analisam os casos das cidades de Aveiro - "A Veneza portuguesa" -, Braga - "A cidade dos arcebispos" -, Coimbra - "A cidade dos estudantes" -, Guimarães - "A cidade berço" - e Porto "A cidade Invicta".

difusa e mutável” (*idem, ibidem*: 59). Assim, é fundamental compreender que quando falamos de análise de uma ‘identidade urbana’, falamos necessariamente da análise dos seus processos e representações e não de uma possível estrutura ontológica.

Tal como nos mostra o trabalho de Carlos Fortuna e Paulo Peixoto, os recursos mobilizados para a construção desta identidade são múltiplos e, no caso de Lisboa, parece-me que o recurso às ideias de “cidade cultural”, “cidade intercultural” e “cidade criativa” (Landry & Bianchini, 1995; Bloomfield & Bianchini, 2004; Florida, 2005, Landry 2008) se destaca com cada vez maior evidência. A construção destas ideias faz uso, quer dos conceitos de património (material e imaterial), como de concepções de multiculturalidade baseadas na diversidade de imigrantes, estudantes estrangeiros ou turistas, e ainda de uma aposta nas indústrias criativas e culturais. Se o património tem sido mobilizado com frequência e com significativa visibilidade<sup>2</sup>, as expressões decorrentes do trânsito cultural, bem como o investimento nas referidas indústrias, têm adquirido uma maior importância nos anos recentes.

Efectivamente, a diversidade cultural que resulta de processos migratórios, da mobilidade de estudantes *Erasmus*, de residências artísticas, do turismo, entre outros, constitui hoje um recurso fundamental na narrativa identitária das várias cidades, sendo muitas vezes encarada como sinónimo de cosmopolitismo. Porém, a diversidade cultural numa cidade pode assumir diferentes configurações. Filomena Silvano (2009b) refere que pensar as cidades e migrações implica pensar em dois modelos: um de uma migração cosmopolita (proposta de Simmel no que se refere à figura do estrangeiro) em que o migrante não está só de passagem rápida e que tem como consequência o repensar da relação entre o indivíduo e o outro, ocorrendo sobretudo nas grandes cidades. O segundo modelo refere-se antes à inserção dos imigrantes em grupos sócio-culturais delimitados que lhes proporcionam relações de reconhecimento e não, necessariamente, intergrupais.

A autora encontra nestes dois tipos de migrante uma distinção entre dois modelos de cidade que implicam diferentes lógicas de relação com o espaço. Um primeiro modelo realçaria o reconhecimento da existência do “outro” e um segundo modelo levaria, numa primeira análise, à constituição de guetos de reconhecimento. Evidentemente, e recordando os modelos de cidade propostos por grande parte dos estudos que se debruçam sobre o assunto, a cidade culturalmente diversificada, cosmopolita (e segundo Filomena

---

<sup>2</sup> Veja-se o caso da elevação do fado a património mundial ou dos programas de requalificação de bairros históricos.



Silvano a “cidade inclusiva”) assentaria idealmente num espaço público aberto à participação e interacção de todos, promovendo a visibilização dos seus elementos ‘estranhos’ de uma forma reflexiva, plural e dialogante.

Os espaços públicos seriam fundamentais neste processo, devendo o seu planeamento estimular a interacção ‘produtiva e criativa’ entre grupos com diferentes origens culturais. Seria na cidade que estes espaços se encontrariam. Segundo António Pinto Ribeiro (2004), a praça é um instrumento central na política cultural, pois é um espaço de encontros e troca de experiências da vida urbana e do mundo global. É a perfeita materialização do “espaço público”, onde as pessoas se tornam reivindicativas.

Sabemos, no entanto, que nem sempre os espaços que pretendem assumir esta função se revelam efectivos no cumprimento dos seus objectivos. A praça não é estruturalmente um espaço de encontro e reivindicação. O modo como ela é investida induz a uma maior ou menor visibilização das práticas e discursos de quem nela passa e permanece, tornando-se mais ou menos reflexiva, mais ou menos dialogante. Este investimento pode ser informal, construído pelas populações que as habitam, ou pode ser planeado, através da estipulação de objectivos específicos promovidos por instituições públicas ou privadas. Embora a ocupação e dinâmica das praças possam, ciclicamente, desenvolver-se de uma forma mais ou menos espontânea, o planeamento concertado tende a tornar-se uma realidade.

Paralelamente, a própria relação entre cosmopolitismo e diversidade cultural, decorrente da imigração, deverá ser problematizada. De facto, considerando que a condição cosmopolita implica um reconhecimento do estrangeiro, uma interrelação e mistura tais que espelhem um engajamento com o ‘outro’ de forma reflexiva e metacultural, não podemos estabelecer uma relação causal óbvia entre multiculturalismo e cosmopolitismo. Zygmunt Bauman (*apud* Featherstone, 1990) chama assim a atenção para o exemplo do turismo que se encontra direccionado para esferas culturais que são mediadas com vista à manutenção de fronteiras e para as políticas de assimilação que se esforçam por negar os elementos estranhos, reformulando-os de acordo com referentes nacionais e reconhecíveis. Sendo as experiências culturais frequentemente mediadas, deveremos direccionar a nossa atenção para os agentes desta mediação, bem como para o produto daí resultante. Depois desta análise, poderemos então confirmar se o cosmopolitismo promovido na cidade de Lisboa corresponde ao que Gilberto Velho

(2010) definiu como sendo aquele que “encontraria na metrópole as melhores possibilidades de expressão, através de políticas públicas que implementassem e fortalecessem os espaços e instâncias de diálogo democrático” (Velho, 2010: 22).

Assim, quando os discursos provenientes do planeamento urbano assentam em noções de diversidade cultural e cosmopolitismo e as relacionam com uma identidade que caracteriza a cidade, em que é que se baseiam, que referentes têm e que iniciativas urbanas é que consideram ser paradigmas dessas noções? Segundo Carlos Fortuna,

Se é destes fragmentos [o autor refere-se a fragmentações e incoerências políticas, sociais e culturais que compõem a própria ontologia da cidade moderna] que se pode constituir e revigorar a imagem cultural de uma qualquer cidade, não é menos verdade que, em tempo de globalização, de crescente competitividade intra- e inter-cidades, a identificação de uma imagem emblemática ou de uma expressão identitária revelar-se-á sempre paradoxal e pode mesmo incorrer no reforço daquelas fragmentações e incoerências. (Fortuna, 2002: 11)

Partindo do pressuposto que a cultura enquanto identidade ou recurso para promoção de um grupo social ou lugar é sempre produto de um processo de selecção, teremos de admitir que resulta frequentemente em processos de exclusão e em múltiplos paradoxos. É também evidente que os indivíduos não são sujeitos passivos das práticas e discursos hegemónicos que a construção da cidade pode evidenciar, sendo a sua negociação identitária moldada pela conjugação de inúmeros factores que não dependem exclusivamente dessa mesma hegemonia. No entanto, parece-me inegável que as políticas urbanas que visam a emblematização da cidade de acordo com uma determinada concepção identitária, poderão condicionar de formas diversas a visibilidade dos diferentes grupos sociais no espaço público e as suas condições de cidadania.

### **1.3) Cultura como recurso**

As ressalvas feitas até agora relativamente à abordagem dos conceitos enunciados, levam-nos à reflexão sobre o olhar crítico que a análise dos fenómenos culturais exige. O trabalho de George Yúdice (2003) é neste sentido fundamental. O autor sustenta que o conceito cultura na era da globalização deverá ser analisado enquanto recurso – económico, político e identitário.

O vasto número de expressões, práticas, construções identitárias que esta acepção de cultura abrange, não só desmontou a sua relação exclusiva com cultura artística e ‘alta cultura’, como também implicou um esvaziamento do seu significado próprio. Deixando de ser financiada pelo Estado e não mais sendo valorizada pelo seu valor intrínseco, a cultura redescobriu-se como recurso para resolver problemas que outrora pertenciam à esfera da economia e da política. Afirma o autor que “Consequently, the concept of resource absorbs and cancels out hitherto prevailing distinctions among high culture, anthropological, and mass culture definitions” (Yúdice, 2003: 4).

No entanto, o autor propõe cautela na celebração dos usos da cultura para a resolução dos conflitos sociais, pois esta nova realidade exige uma gestão da diversidade cultural a um nível globalmente complexo e implica a análise das ‘agendas’ dos vários intervenientes, que nem sempre são visíveis e que nem sempre são representativas dos objectivos a que se propõem.

Afirma o autor que a exploração do que se concebe como economia cultural ou política cultural pode, por exemplo, levar a um maior reconhecimento de grupos discriminados historicamente. No entanto, acrescenta,

[...] estas mudanzas e novedades no alteram ni en grandes ni medianas medidas las estructuras vigentes. [...] por más que se hable de y traduzca la noción de sociedad civil o de ciudadanía cultural, las estructuras sociales siguen muy refractarias (Yúdice, 1998: 112) .

Na verdade, afirma, a disciplina dos Estudos Culturais tende a encarar a identidade cultural de um grupo como sinónimo de poder, esquecendo que esta tanto pode ser uma ferramenta de acção, como de constrangimento. Neste contexto, é necessário perceber que campos de força se encontram em relação, que processos de negociação são levados a cabo, como interagem estes elementos quer a nível local, quer a nível global e, neste sentido, como são as iniciativas locais moldadas por sinergias de instituições supranacionais (como se verá adiante através das orientações estratégicas da UNESCO e União Europeia). É ainda importante pensar sobre as mediações que são criadas entre os vários níveis de acção envolvidos e que mediação é especificamente criada pelos actores sociais, que agência têm efectivamente os grupos culturais, as associações, os órgãos de governança nacionais e transnacionais, qual o peso das diferentes racionalidades – política, económica e cultural – nos projectos envolvidos.

Na reflexão sobre estas premissas, torna-se indispensável perceber que noção de ‘cultura’ está hoje em acção numa altura em que proliferam discursos sobre “política cultural”, “economia cultural”, “capitalismo cultural” ou *empowerment* através da cultura. Importa desde já situar esta análise no decorrer das transformações que se foram observando aquando o final da guerra fria e na consequente necessidade de procurar novos argumentos para justificar o apoio estatal às artes, numa época em que o seu *valor intrínseco*, o seu valor propagandístico ou o seu valor político-ideológico não eram mais suficientes para aquelas se fazerem subsidiar (Mirza, 2005). É neste processo que viria a ser valorizado o poder das artes para interferir em áreas tão vastas quanto o desenvolvimento social e o desenvolvimento económico e que viria a ser legitimada a sua “instrumentalização”.

Desde a sua delimitação a uma classe social, às considerações da estética filosófica acerca do seu valor intrínseco, desde a oposição relativamente à sua mercantilização, ao medo da sua falência, as artes estiveram sempre na sombra das perspectivas acerca do seu devir. Tentar-se-á no presente trabalho problematizar alguns aspectos da instrumentalização das artes – e da cultura de uma forma mais alargada – num mundo cada vez mais globalizado e em que as lógicas proteccionistas de um *Welfare State* se deslocam, num processo por agora irreversível, para o investimento privado.

Nesta altura, e tendo em conta a ressalva feita por Yúdice relativamente ao papel dos Estudos Culturais na exaltação da agência imputada à cultura, afigura-se, no entanto, fundamental realçar a importante contribuição deste campo disciplinar para o esbatimento da fronteira entre alta e baixa cultura, explícita em "Culture is ordinary" de Raymond Williams (1958). As investigações neste contexto contribuíram ainda para a constituição de um projecto político descentrado, em constante tensão com a produção ou fechamento teórico, e equacionando a cultura, o simbólico, a linguagem ou a textualidade como elementos primordiais de análise, enquadrados numa rede de relações de poder complexas e múltiplas.

A questão principal que se coloca relativamente às políticas culturais não é apenas, como sugere K. Vuyk (2010), saber quais são os cantos escuros da sociedade que as artes podem contribuir para iluminar. É também trabalhar para um conhecimento alargado das implicações menos visíveis do recurso à cultura e, após dar conta deste conhecimento,

tentar perceber que saldo efectivo poderão ter os objectivos iniciais que a usam como recurso.

Dos inúmeros exemplos da constituição da cultura enquanto recurso, irei destacar, neste trabalho, aquele que se relaciona com a regeneração urbana, nomeadamente no que diz respeito à construção da ‘cidade intercultural’ e da ‘cidade cosmopolita’.

Como sublinha Yúdice, para se perceber o que significa cultura quando é invocada para descrever, analisar, argumentar e teorizar, temos de nos focar no que está a ser conseguido social, política e discursivamente (Yúdice, 2003), abordagem que considero basilar na presente dissertação.

#### **1.4) Cultura e regeneração urbana**

A promoção de uma determinada imagem da cidade, recorrendo a elementos culturais com referentes locais ou globais, encontra-se frequentemente relacionada com a regeneração do espaço urbano. Assim, a resolução de determinados problemas sociais e económicos é encarada como passível de ser concretizada através da regeneração das zonas urbanas em que estes problemas têm maior incidência. Por outro lado, o resultado desta regeneração poderá contribuir para a promoção de imaginários da cidade que ajudam a consolidar uma determinada identidade.

Na análise da regeneração do espaço urbano é fundamental analisar, por um lado, os discursos nos quais estão contidos os objectivos que se pretendem ver alcançados no que diz respeito à promoção de uma determinada imagem identitária e no que respeita à resolução de uma série de problemas sociais e económicos. Por outro lado, importa compreender o modo como se faz esta regeneração no caso concreto da Praça do Martim Moniz, através da análise das estruturas que nela se erigiram e das actividades que nela se desenvolvem.

Para este segundo ponto, será importante considerar o trabalho de Christian Mikunda (2004) sobre o conceito de *Third Place* que oferece ferramentas úteis para a análise das iniciativas que tiveram lugar na Praça do Martim Moniz. O trabalho do autor constitui-se, de certa forma, como um guia para compreender que elementos de *design* e *marketing* são hoje usados em inúmeras cidades para as promover. Christian Mikunda define *Third Place* como um espaço público que, à semelhança do lar (*first place*) ou do lugar de trabalho

(*second place*), tem vindo a ser investido de forma a reproduzir uma espécie de *habitat*, pelo conforto e as “experiências” oferecidas, sendo hoje parte integrante da vitalidade das cidades. (Mikunda, 2004).

Usando como exemplo os hotéis que não servem apenas para dormir, mas que são sinónimo de um estilo de vida particular, o autor baseia a noção de “terceiro lugar” na constatação de que “Everywhere a core function is complemented by an emotional extra of almost equal value” (Mikunda, 2004: 4). Constituindo a unidade da “economia da experiência”, o “extra emocional” a que Mikunda se refere deverá produzir um efeito externo imediatamente identificável (*landmarks*), deverá contribuir para incentivar a circulação pelo espaço, sobretudo através do consumo (*mall*ing), deverá constituir uma história, linha conceptual (*concept line*) que agregue o espaço como um todo e deverá gerar focos de atracção, que retenham o visitante através dos seus sentidos.

É meu argumento que a Praça do Martim Moniz contém alguns elementos que caracterizam o *Third Place*. Embora considere que as conclusões tiradas pelo autor são excessivamente generalistas, tendo em conta que a sua perspectiva está sobretudo baseada no contexto norte-americano e europeu, e apenas nalgumas manifestações culturais, tentarei circunscrever os conceitos que me parecem mais pertinentes ao espaço concreto do Martim Moniz e a actores sociais específicos.

De um ponto de vista mais analítico, serão os trabalhos de Sharon Zukin (1987, 1995, 2002, 2008), os de Graeme Evans (2003) e os deste autor em colaboração com Jo Foord (2004) que melhor poderão contribuir para uma análise problematizada da Praça do Martim Moniz. Estes investigadores combinam os conceitos enunciados neste capítulo para a análise crítica de espaços concretos. Assim, Evans analisa, por exemplo, a necessidade das cidades se tornarem inclusivas e reconhecidas pela sua riqueza multicultural. Desta forma, os bairros multiculturais que se encontravam em declínio social e económico tornam-se objecto de regeneração através da sua promoção enquanto ícones culturais, espaços criativos e *locus* de cosmopolitismo. Neste processo, a política cultural evidencia-se como instrumento de reestruturação da cidade, como elemento indispensável do planeamento urbano (Evans, 2003). Assim, a riqueza multicultural das cidades tem vindo a ser encarada como uma mais-valia, facto que se relaciona com a necessidade das cidades se tornarem mais atractivas e competitivas na economia global (Evans and Foord, 2004).

No entanto, a exaltação da multiculturalidade como ganho da cidade pode muitas vezes, como referem estes autores citando R. Gujral, criar ilhas sociais e culturais que impedem trocas transculturais e que, portanto, poderão não alcançar os seus objectivos de inclusão:

Ethnic communities are a permanent part of the society in the major cities of the country. There is no mistaking the areas favoured by the various ethnic groups; the writing on the shops, the rhythm in the streets, the faces, the dress. But somehow the communities live in spite of their environment rather than shaping it” (Gujral *apud* Evans & Foord, 2004: 70).

Por outro lado, chamam a atenção para o facto de a multiculturalidade poder cingir-se a uma exotização e uma mercantilização da alteridade que ergue fronteiras entre grupos sociais. Esta realidade torna-se particularmente problemática, quer no que diz respeito à multiculturalidade, quer no que diz respeito à ‘tradicionalização’ dos lugares, quando sabemos que não existem culturas puras. Mais uma vez verifica-se que a diferenciação cultural é produto de um processo de selecção essencializado e mitificado.

Por fim, a regeneração do espaço da Praça do Martim Moniz, tal como foi dito no início desta dissertação, deverá ser enquadrada na escala mais alargada de centro histórico. Escala que reflecte, entre outros aspectos, mais uma das consequências atribuídas por Featherstone (1993) à globalização – a nostalgia.

Segundo Sharon Zukin, na nova era de reinvestimento de capital no centro, a zona histórica emerge ainda como um espaço liminal chave, mediador da tensão entre centralidade e poder, entre cultura e comércio, entre tradicional e contemporâneo, produzindo novos espaços, novos consumos, novas sociabilidades e novos valores económicos (Zukin, 2002).

Embora estes consumos, sociabilidades, valores sejam novos, parece-me importante frisar que muitas vezes se referem a um imaginário urbano que se valida pelo seu passado. Ainda que as lógicas de apropriação dos espaços sejam novas, o modo como estes se tornam atraentes, decorre de uma revitalização da sua autenticidade, num processo de re-significação do passado. Esta autenticidade é apresentada como passível de ser observada, vivida e consumida. Segundo Sharon Zukin:

These spaces fabricate an aura of authenticity based on the history of the area or the back story of their products, and capitalize on the tastes of their young, alternative

cliente. This vision gradually attracts media attention and a broader consumer base, followed by larger stores and real estate developers, leading to hip neighborhoods with luxury housing, aka gentrification. Whether the specific discourse of consumption is based on distinction or inclusion, alternative consumers are not so innocent agents of change. Their desire for alternative foods, both gourmet and organic, and for ‘middle class’ shopping areas encourages a dynamic of urban redevelopment that displaces working-class and ethnic minority consumers. (Zukin, 2008:724)

Esta citação introduz a reflexão sobre os processos de nobilitação urbana. Ainda que o discurso produzido pelos agentes intervenientes na Praça do Martim Moniz contenha medidas que pretendem prevenir uma mudança do bairro que leve à exclusão dos residentes economicamente menos privilegiados (nomeadamente com o controlo de renda dos novos edifícios aí construídos), existem inúmeras evidências que apontam para a permanente movimentação de residentes como consequência de fenómenos de nobilitação urbana. Para a compreensão destes fenómenos, recorri a diversos trabalhos que sobre eles se debruçaram ou que o problematizaram especificamente no contexto da Mouraria (Smith, 1979; Zukin, 1987; Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012; Mendes, 2006, 2008).

Nobilitação urbana é assim entendida como o processo pelo qual indivíduos, maioritariamente jovens e com um elevado nível cultural ou económico vêm ocupar os centros antigos e degradados na cidade. Esta ocupação tem diversas motivações, formas e protagonistas, não estando exclusivamente subjacente a um determinismo económico. Recordando a análise de Damaris Rose (*apud*. Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012), um importante protagonista do fenómeno actual de nobilitação urbana é aquele que a autora entende por *marginal gentrifier*, que possui um elevado nível educacional e cultural (ao qual o estatuto económico não corresponde necessariamente) e que se sente atraído pelo retorno ao bairro, idealizado na vida comunitária, nas tradições vernaculares, no carisma e identidade próprias da sua arquitectura, sociabilidades e rituais, reestabelecendo um sentido de pertença e um estilo de vida próprio. Este *marginal gentrifier* distingue-se do *gentrifier* “tradicional”, cujo objectivo de participação na regeneração do centro da cidade se move acima de tudo por ganhos económicos (veja-se o caso do investimento imobiliário). Assistimos, pois, a uma transformação (ou multiplicação) das estruturas de poder, que reforça o papel do consumo em detrimento da produção, aliando-se a novas estruturas do poder cultural (Zukin, 1987).

A diferente categorização de protagonistas do processo de nobilitação urbana, chama a atenção para o facto de a cidade pós-moderna ser um espaço fragmentado pela



multiplicidade identitária e pluralidade de afiliações (que transcendem a exclusividade das afiliações de classe) dos seus habitantes. Nesta cidade contemporânea os conceitos de estilo de vida, consumo, produção simbólica associada a profissões ligadas ao *design*, moda, cultura ou *marketing*, são personificados numa nova classe média que é central para compreender os fenómenos nobilitação urbana (Mendes, 2008). Estes processos encontram-se hoje intrinsecamente associados ao modo como as áreas, actividades e actores sociais considerados marginais, convergem para o centro (Bovone, 1997). Porém, esta marginalidade não comporta todas as dinâmicas urbanas, reflectindo sobretudo a nova classe social anteriormente citada e os estilos de vida que desejam.

No âmbito da política cultural, a vinda da nova classe média para o centro da cidade é vista como uma ferramenta para a regeneração urbana, trazendo benefícios sociais e económicos para o bairro que a recebe. Recordando o trabalho de George Yúdice, o próprio termo “política cultural” é a expressão mais clara do que o autor chamou “the expediency of culture” (Yúdice, 2003).

Por fim, será essencial perceber o percurso histórico da Praça, de modo a compreender os elementos distintivos da intervenção actual. Esta análise basear-se-á fundamentalmente nalguns textos chave da olissipografia, nomeadamente os trabalhos de Augusto Vieira da Silva (1954, 1960, 1985) e Norberto Araújo (1992), que deverão ser complementados com dados mais recentes produzidos por José-Augusto França (1997) e José Manuel Fernandes (1997). A par desta contribuição histórica, arquitectónica e urbanística, e considerando que a análise da cidade usufruirá de uma abordagem transdisciplinar, contribuirão ainda para esta dissertação os dados etnográficos produzidos por Marlucci Menezes (Menezes, 2004, 2009, 2011a, 2011b) e José Mapril (Mapril, 2002, 2010).

No seguimento deste ‘estado da arte’ sobre os usos da cultura nas cidades do mundo globalizado e pós-moderno, interessa-me perceber em que medida é que alguns dos projectos a decorrer hoje na cidade de Lisboa, que implicam uma revitalização e requalificação de algumas áreas urbanísticas, podem contribuir para a criação de uma imagem da cidade que se quer ver consolidada. Que objectivos sociais, económicos e

políticos pretendem ser alcançados com a promoção dessa mesma imagem e de que forma é que se articulam esses objectivos com o espaço urbano.

Assim, de seguida tentarei apontar algumas pistas para a reflexão sobre as relações que se estabelecem entre os actores sociais que actuam na Praça (e em seu redor) e as instituições formais que a enquadram. Entre habitantes, comerciantes, turistas, agentes culturais e decisores políticos, importa dar conta dos papéis que lhes são atribuídos, do tipo de agência que lhes é imputada, que lugar ocupam no planeamento do espaço público e que tipo de negociação lhes é exigida. Sabendo, por exemplo, que a concessão da placa central da Praça foi entregue pela CML e EPUL a uma empresa privada (cujo propósito é eminentemente comercial), até que ponto esta revitalização poderá tornar o Martim Moniz num espaço de reivindicação como sugeria António Pinto Ribeiro na sua definição de praça?

A proposta da empresa foi criar o *Mercado de Fusão*, revitalizando um conjunto de quiosques aí implantados cuja oferta gastronómica pretende reflectir a diversidade cultural dos habitantes do bairro. Mas até que ponto estes objectos culturais são de facto representativos da população residente? Quando a diversidade cultural entra no mercado está sujeita a modelações que decorrem de várias exigências, nomeadamente a da procura. Ora, quando a protecção ou a política dirigida a esta diversidade se esgota no plano do mercado, então poderá não estar a proteger, mas a obrigar a uma adaptação à lógica económica hegemónica.

## **2) Algumas considerações metodológicas e disciplinares**

Esta dissertação surge na sequência de um trabalho desenvolvido em Julho de 2012 no âmbito do tema “Desmaterialização da Economia”, inserido no mestrado em Estudos de Cultura da Universidade Católica Portuguesa. Embora o trabalho desenvolvido à data se circunscrevesse aos métodos usados para capitalizar um espaço urbano no centro da cidade, a actualidade e o carácter polémico dos projectos de renovação da Praça do Martim Moniz desde um tempo longo, levaram-me a que considerasse importante conduzir um estudo mais aprofundado sobre este espaço da cidade de Lisboa.

Delineei como objectivos principais deste estudo: 1) dar conta do projecto implementado actualmente na placa central da Praça do Martim Moniz; 2) perceber se está

enquadrado por uma orientação política mais vasta para o centro histórico de Lisboa (como tentarei demonstrar adiante com os documentos estratégicos da CML) e se poderá estar a desenhar um novo paradigma de cidade; 3) compilar a informação histórica, urbanística e etnográfica da Praça para, não fazendo tábua rasa do seu passado, tentar perceber melhor o seu presente.

Parece-me que as orientações, paradigmas e premissas sobre os quais os discursos sobre o espaço assentam podem ser mais ou menos reguladores ou emancipatórios (Santos, 2000[1995]). Assim, analisarei os elementos constitutivos dos discursos e dos programas que se relacionam com a Praça do Martim Moniz, particularmente com o *Mercado de Fusão*, e que, em termos de método e conteúdo, usam a noção de cultura para se edificarem.

## **2.1 Métodos**

Usando o enquadramento teórico exposto anteriormente, analisarei a Praça do Martim Moniz em relação com as suas zonas limítrofes, procurando confrontar a bibliografia trabalhada com a análise dos documentos estratégicos da Câmara Municipal de Lisboa, com as entrevistas feitas a entidades que intervieram na Praça e ainda com os dados de um diário de campo (onde foram registadas as informações decorrentes da observação directa do espaço em questão).

Considerarei que os documentos estratégicos (como, por exemplo, a *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024*) constituem elementos fundamentais para se perceber que discursos se produzem sobre o espaço urbano do ponto de vista dos decisores políticos. Embora a CML pretenda realçar o seu papel mediador, em detrimento da sua função programadora, as estratégias contidas nesses documentos constituem por si um paradigma. Como tal, as iniciativas que são levadas a cabo por entidades privadas são sempre condicionadas por directivas da própria CML. Os documentos estratégicos são necessariamente selectivos e, como tal, importa saber quem e o que abrangem e promovem. Neste sentido, o discurso, a linguagem ou o texto, não estão isentos de relações de poder, de concepções normativas sobre a realidade na qual actuam, nem tão pouco da existência de um programa.

No que diz respeito às entidades que intervieram na Praça, foram analisadas entrevistas dadas pelo director da NCS-*Número de Ciclos por Segundo*, empresa

promotora do *Mercado de Fusão*. Foi ainda entrevistada a gestora do *Mercado de Fusão* e estabelecidas conversas informais com alguns funcionários dos quiosques do espaço. A partir da *internet* foram analisados os conteúdos dos *sites* da NCS, da EPUL e da CML. Por outro lado, devido à coexistência temporal de outras intervenções levadas a cabo nas zonas limítrofes da Praça, foram ainda tidos em conta os *sites* do programa da CML para a requalificação da Mouraria – *Ai Mouraria* – e da Associação *Renovar a Mouraria*, associação comunitária para a revitalização do bairro.

Foram conduzidas entrevistas exploratórias com os responsáveis do GABIP Mouraria (Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária), do Gabinete *Lisboa Encruzilhada de Mundos* (GLEM – gabinete responsável, por exemplo, pela realização do Festival *Todos* que, até ao ano de 2013, foi realizado na Praça do Martim Moniz e na Mouraria) e com a vereadora da cultura da CML.

A observação directa da Praça foi feita nos meses de Julho e Agosto de 2013, em períodos do dia diferenciados. Foram ainda realizadas várias visitas entre Fevereiro e Maio e em Setembro de 2013. Este período de observação, durante o qual se realizaram as conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com os funcionários dos quiosques, revelou-se particularmente produtivo para observar as dinâmicas estabelecidas na Praça e em seu redor e para confrontar com a informação obtida através dos *sites*, documentos e entrevistas.

O confronto entre discursos, muitas vezes divergentes, sobre a zona estudada, emergiu de forma particularmente interessante num encontro realizado a 6 de Junho de 2013 no espaço *Zona Franca* (associação sediada num bairro vizinho à Mouraria, nos Anjos), ao qual assisti. Neste espaço, sob o tema “conversas sobre a cidade”, um grupo de pessoas debateu o caso da Mouraria-Martim Moniz como um ponto de partida para uma discussão sobre processos de gentrificação. Este debate permitiu aceder a perspectivas diversas sobre a Praça do Martim Moniz, quer de um ponto de vista académico (sendo que alguns dos intervenientes desenvolveram investigações sobre esta zona urbana), quer de um ponto de vista da prática do espaço, uma vez que alguns dos presentes vivem nestes bairros, ou nos bairros circundantes, e outros desenvolvem aí as suas actividades profissionais.

Por fim, importa dizer que o tema da presente dissertação surgiu também no seguimento do interesse que o relatório *Estratégias para a Cultura em Lisboa* (Costa,

2009) me suscitou. Trata-se de uma encomenda da CML a um centro de estudos que reuniu diversos investigadores e outros profissionais que se dedicam ao estudo de Lisboa e ao estudo ou prática de actividades culturais. Pareceu-me interessante tentar perceber de que modo foi recebido este documento e como foi integrado nas políticas da Câmara, naquilo que mais directamente diz respeito ao meu objecto de estudo.

## **2.2) Delimitação do espaço e do tempo**

Tal como foi dito anteriormente, o foco deste trabalho incide sobre projecto *Mercado de Fusão*, que teve início em Junho de 2012. No entanto, parece-me que esta iniciativa não pode ser considerada isoladamente e que deverá ser problematizada em relação com outras iniciativas que se têm desenvolvido nas áreas circundantes<sup>3</sup>. Esta necessidade prende-se com o facto de ter havido um investimento relativamente concertado nessas mesmas áreas e, simultaneamente, porque estas assumem uma posição geográfica de considerável importância pela sua centralidade e enquanto espaços de passagem significativos nos percursos históricos, turísticos e comerciais da cidade.

No entanto, a contextualização do objecto de estudo no tempo presente não pode excluir uma abordagem histórica que deve ter em conta diversos momentos temporais. Assumindo que os lugares são espaços de memórias, identidades e significações, quando sofrem mudanças mais concertadas importa perceber como é que essas inscrições no espaço são mobilizadas, esquecidas ou reinventadas. Por outro lado, considerando o caso específico da Praça do Martim Moniz, a sua história é longa na constituição de um lugar na cidade, e se hoje é objecto de mais um processo de renovação, importa perceber o que o distingue dos inúmeros planos de urbanização que tiveram como objecto esta Praça.

Procurei perceber o percurso histórico da Praça e as razões da sua persistente conotação como um espaço marginal. Sabendo que cerca de oito séculos de história dificilmente poderiam ser resumidos nalgumas páginas dedicadas à explanação deste passado, tentei compilar alguns factos que me pareceram de incontornável impacto para a compreensão do presente.

---

<sup>3</sup> No eixo Avenida Almirante Reis, a renovação do Largo do Intendente e a mudança do Gabinete da Presidência da Câmara para esta zona; no bairro da Mouraria, a acção do GABIP e da Associação *Renovar a Mouraria*; na Praça do Martim Moniz, a construção de edifícios da EPUL para habitação jovem; em direcção ao rio, temos de considerar também o próprio plano de requalificação para a Baixa Pombalina.

### **2.3) Enquadramento disciplinar**

A abordagem ao meu objecto de estudo teve contributos de diversas áreas disciplinares, pois considero que é o confronto epistemológico de campos do saber que convoca uma leitura mais aproximada da realidade. Se, numa perspectiva histórica, os contributos da olissipografia, da arquitectura e do urbanismo me pareceram fundamentais, para uma fase mais analítica do objecto foi fundamental recorrer aos estudos da sociologia urbana – pelo papel pioneiro que teve em destacar a importância da cidade como objecto e lugar de estudo. A produção sociológica foi relevante ainda pelo conjunto de investigações feitas sobre os diversos temas que se encontram implicados na análise da Praça do Martim Moniz.

No entanto, a minha própria formação em antropologia teve um papel central, reclamando a presença de autores que deram um contributo fundamental para pensar conceitos tão complexos quanto cultura e globalização. Da mesma forma, considerei indispensáveis para a compreensão da Praça algumas etnografias produzidas por antropólogos. Estas, além de fornecerem dados descritivos, decorrem de uma posição mais aproximada ao objecto de estudo, que permite confrontar a teoria e as grandes narrativas com as realidades sociais e culturais, de uma forma que considero particularmente interessante.

No que diz respeito à área de Estudos de Cultura, considero que esta poderá vir a constituir-se, não como um novo paradigma teórico ou metodológico, mas como um campo em que poderão ser confrontadas as novas tensões, problemáticas e representações que comprometem hoje o pensamento e a prática de cultura. Neste sentido, deter-me-ei por ora em questões centrais no desenvolvimento dos Estudos de Cultura, nomeadamente a construção das noções de identidade e de cosmopolitismo, em relação com a consciência da alteridade e com os processos de mediação. Por outro lado, parto do pressuposto que os Estudos de Cultura deverão contribuir para a reflexão sobre a noção de cosmopolitismo do ponto de vista da própria disciplina, no sentido da maximização da diversidade. Deverão, enquanto mediadores, contribuir para a reflexão e esclarecimento dos vários lugares de enunciação da condição cosmopolita e, neste sentido, “das várias faces e contradições” do cosmopolitismo (Velho, 2010) e ainda para colocar a negociação das contradições da

experiência cultural no centro das actividades, políticas, económicas, científicas e sociais (Ulrich Beck *apud* Evans & Foord, 2004).

Neste projecto, os Estudos de Cultura poderão contribuir para o que Boaventura Sousa Santos (2000[1995]) entende como a construção de uma teoria crítica – uma teoria que constantemente reforce a consciência que suspeita de universalismos e totalidades. É uma linha de pensamento que tem em conta que as faces da dominação são múltiplas e frequentemente ignoradas e que, num processo de tradução, ajuda a tornar as diversas lutas, opressões e diferenças inteligíveis e a questionar consensos hegemónicos. No processo de indignação que resulta da descrença nas promessas da modernidade, a produção de teoria crítica é, segundo o autor, fundamental para questionar a realidade e arranjar alternativas. As ciências, no processo de tradução das diferentes alternativas, seriam então fundamentais, nomeadamente para a consolidação de um cosmopolitismo contra-hegemónico e para a produção de um conhecimento emancipatório (*idem, ibidem*).

Seguindo algumas destas premissas, considero que a função mediadora da ciência consiste na produção deste conhecimento que, por sua vez, deverá verter para a prática social e política. Neste sentido, a relação entre academia e órgãos políticos, que considero fundamental, deverá assentar numa base de constante questionamento e tradução, de modo a que o conhecimento não perca a sua função emancipatória.

## **Parte II**

### **Política cultural urbana em Lisboa**

#### **1) Estudos e documentos de referência**

##### **1.1) Recomendações internacionais**

A análise das transformações urbanas que ocorrem hoje na cidade de Lisboa, com especial enfoque na Praça do Martim Moniz e nas suas áreas limítrofes, bem como a análise de documentos estratégicos da Câmara Municipal de Lisboa que com estas transformações se relacionam, direccionou o trabalho para a reflexão sobre teorias e orientações internacionais no âmbito do tema *cultura e cidade*. No quadro do processo de globalização, torna-se fundamental perceber que a vida cultural das cidades, embora assuma contornos particulares nas actividades e iniciativas que envolve, não surge isoladamente, integrando-se antes num quadro internacional cada vez mais interrelacionado. Parte-se da hipótese que as visões de cidade subjacentes aos projectos promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente nas zonas urbanas que analiso nesta dissertação, reflectem muitas das orientações estabelecidas por instituições internacionais para o desenvolvimento urbano.

Efectivamente, existem inúmeros relatórios produzidos por entidades como a UNESCO ou a União Europeia que pretendem legitimar o investimento na cultura (quer artística, quer na sua diversidade antropológica) através dos efeitos transversais produzidos, tais como valores de inclusão e tolerância, criatividade e inovação, coesão social e promoção económica.

No caso da UNESCO, assumindo que estes efeitos são fundamentais para o desenvolvimento urbano, diversos simpósios, conferências e relatórios<sup>4</sup> têm sido promovidos para debater os temas que se relacionam com o investimento na cultura e para definir prioridades, formar guias de acção, produzir recomendações e avaliar projectos,

---

<sup>4</sup> Tais como, *World Culture Report: Cultural Diversity, Conflict and Pluralism*, 2000, UNESCO; *In from the margins: A contribution to the debate on culture and development in Europe*, 1997, Conselho da Europa; *Culture Counts: Financing, Resources, and the economics of Culture in Sustainable Development*”, 1999, Banco Mundial, UNESCO e Governo de Itália; *Our Creative Diversity*, 1996, UNESCO; *World Culture Report, 1998: Culture, Creativity and Markets*, UNESCO.



pretendendo envolver todos os seus Estados-Membros. Tal como na concepção referida anteriormente neste trabalho, a ideia de cultura é concebida neste contexto de uma forma ampla, envolvendo todo o tipo de expressões culturais, desde as expressões artísticas às expressões religiosas e linguísticas, passando ainda pelas tradições e modos de vida. Dentro do vasto campo que compreende o conceito cultura, a ideia de diversidade cultural ocupa um lugar central, quer sob o objectivo da sua promoção, quer sob a missão da sua protecção.

Paralelamente, estas noções e recomendações incorporam já algumas ressalvas que decorrem das inúmeras discussões que se têm constituído em torno destes temas. É sublinhada a importância de se reflectir sobre as manifestações culturais no contexto mais lato da globalização. Este contexto deverá, por sua vez, ser discutido perante a sua enorme complexidade. Por um lado, a globalização poderá promover a interculturalidade, disseminando as múltiplas expressões culturais, quer através dos *media*, quer através da mobilidade crescente dos indivíduos. Por outro lado, dever-se-á ter em conta os constrangimentos que poderão surgir na sequência de hegemonias culturais de grandes empresas ou decorrentes de fortes processos de mediatização. Redundando numa hierarquia valorativa das expressões culturais, estes factores reflectem as assimetrias e desigualdades que frequentemente caracterizam o processo de visibilização e gestão da diversidade cultural.

O mesmo contexto de globalização deverá, igualmente, chamar a atenção para o facto de a diversidade cultural não dever ser encarada de forma fixa e impermeável. É, portanto, fundamental que a ideia de ‘identidades culturais’ comporte conceitos como dinamismo, mutabilidade e pluralidade de afiliações, não se constituindo dentro de contornos precisos. É proposta uma visão dialéctica da identidade cultural – entre o particular e o universal (UNESCO, 1999). Esta visão permite ainda desmontar a necessidade de um Estado homogéneo e auto-suficiente, promovendo antes um Estado plural. É tendo em conta estas várias reflexões que se poderá delinear uma política cultural consistente e um “pluralismo construtivo” (*ibidem*), nos quais a ideia de diversidade cultural constitui a trave mestra.

Embora a UNESCO pretenda criar um conjunto de recomendações relativas à constituição desse Estado plural, os seus relatórios (UNESCO, 1999) chamam a atenção para o facto de não haver modelos universais, constituindo cada sociedade o seu modelo

próprio, sempre em consonância com o seu contexto social, económico e cultural, de uma forma representativa. Uma vez que nenhuma entidade decisora poderá ter uma capacidade de representação total, é fundamental que as iniciativas surjam de instituições próximas dos cidadãos, sejam elas públicas ou privadas. Esta abordagem corresponderia a um trabalho desenvolvido de acordo com uma lógica de *bottom-up*, no qual a população está permanentemente envolvida e informada, para que não haja um hiato entre os projectos realizados e as reais necessidades das populações (UNESCO, 1999).

Também no seio das instituições da União Europeia, as diversas manifestações culturais têm ocupado um lugar cada vez mais importante, sendo encaradas como recursos indispensáveis para o desenvolvimento das sociedades. São realçadas as vantagens que o sector cultural poderá, de uma forma sustentável, trazer para o desenvolvimento, nomeadamente através do sector económico e, mais especificamente, com a criação de emprego<sup>5</sup>.

Por outro lado, a União Europeia aborda o conceito de cultura e, particularmente, a o conceito de diversidade cultural, como fundamentais para o desenvolvimento das cidades e para a regeneração urbana. Baseado num programa de investigação do *think thank* britânico Comedia<sup>6</sup> o conceito de “cidade intercultural” utilizado na Comissão Europeia assenta no pressuposto de que a diversidade cultural é uma fonte de inovação, criatividade e empreendedorismo, sendo fundamental para o desenvolvimento das cidades e para a sua revitalização (Brunson, 2013).

Consequentemente, um dos programas desenvolvidos pela Comissão Europeia e Conselho da Europa é a *Rede Europeia de Cidades Interculturais*<sup>7</sup> da qual fazem parte várias cidades da Europa, nomeadamente Lisboa. Assim, é realçado que:

---

<sup>5</sup> “A título de ilustração, um recente estudo independente realizado para a Comissão estimou que, em 2004, mais de 5 milhões de pessoas trabalhavam no sector da cultura, o que equivale a 3,1% do total da população empregada na UE25. O sector cultural contribuiu em cerca de 2,6 % para o PIB da União Europeia em 2003, com um crescimento consideravelmente mais elevado do que o da economia em geral entre 1999 e 2003. Estas indústrias e a criatividade que elas geram são um trunfo essencial para a economia e a competitividade europeias num contexto de globalização. O papel da cultura no apoio e fomento da criatividade e da inovação deve ser explorado e promovido. A criatividade é a base para a inovação social e tecnológica, constituindo, por conseguinte, um importante propulsor de crescimento, de competitividade e de emprego na EU” (Comissão Europeia, 2007).

<sup>6</sup> Organização britânica fundada em 1978 por Charles Landry com o objectivo de reunir pessoas que desenvolvessem projectos em torno do tema “cidade, cultura e criatividade”. É destas investigações que resultam conceitos como “cidade cultural” ou “cidade criativa”, hoje tão correntes no planeamento urbano.

<sup>7</sup> Fundada em 2008, durante o ano Europeu do Diálogo Intercultural, pelo Conselho da Europa.

Successful cities and societies of the future will be intercultural: they will be able to manage and explore the potential of their cultural diversity to stimulate creativity and innovation and thus generate economic prosperity and a better quality of life (*Site do Conselho da Europa*<sup>8</sup>).

A organização Comedia e a ASC<sup>9</sup> (2006), produziram um relatório que traça as orientações para a constituição do planeamento das cidades interculturais, pretendendo reunir as ‘boas práticas’ observadas na Europa. Defende-se neste relatório que hoje não é já possível pensar num planeamento em termos de imposição. Este deverá, pois, ter em conta a participação e informação de todos os intervenientes, sobretudo no que diz respeito aos seus contextos culturais, aos seus valores, às suas práticas e às suas instituições. É destes contextos que o planeamento das cidades deverá depender, servindo os guias de acção apenas como referentes possíveis para a orientação das políticas de cada cidade.

Também no âmbito da *Rede Europeia de Cidades Interculturais* têm sido compiladas várias experiências urbanas num “manual de boas práticas”. Uma das iniciativas que representa Portugal neste manual é o *Programa Local de Integração dos Imigrantes* implementado em Lisboa. O programa incorpora, entre outras medidas, a criação do Gabinete *Lisboa Encruzilhada de Mundos* (GLEM, iniciativa da CML), responsável pelo seguimento de alguns projectos que se desenvolvem na área geográfica do presente estudo, nomeadamente o Festival *Todos*.

A *Rede Europeia de Cidades Interculturais* criou um *dossier* de avaliação de algumas iniciativas que têm sido desenvolvidas em Lisboa, nomeadamente na área onde se encontra a Praça do Martim Moniz, que constitui o objecto deste trabalho. Desta avaliação destaca-se o facto de Lisboa não ter uma história longa de projectos que lidem com a interculturalidade na cidade e que, embora tenham sido formadas entidades que trabalham hoje sobre essas realidades, nem sempre são representativas das comunidades a que se referem. No entanto, feitas estas reservas, as iniciativas levadas a cabo na Mouraria e, em particular, o Festival *Todos*, aparecem referidas com especial destaque, enquanto iniciativas que visam uma intervenção num bairro de forma multifacetada, com impacto no espaço físico, na dinâmica económica, nas condições de segurança, entre outros impactos.

---

<sup>8</sup> No âmbito do projecto *Intercultural cities: governance and policies for diverse communities*, informação disponível em [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/Cities/Default\\_en.asp](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/Cities/Default_en.asp).

<sup>9</sup> Academy for Sustainable Communities.

Destes estudos e relatórios decorre a ideia de que poderão ser constituídos modelos de acção para a política urbana, replicáveis em diversos Estados e situados na rede cultural global. No caso português, o relatório de avaliação refere que alguns aspectos do modelo criado na Mouraria – como o princípio da proximidade com a comunidade – poderão ser replicados noutros bairros da cidade. A replicação de acções prevê, acima de tudo, atingir objectivos que se relacionam com a regeneração urbana. Os modelos pretendem, então, criar as bases para a atracção de moradores, profissionais, investidores, consumidores e turistas que dinamizem os espaços. Esta dinamização (feita através do comércio, da criação de eventos ou das próprias lógicas de socialização) promoveriam a coesão social, a identidade local, o enobrecimento do espaço e a dinâmica económica. Todos estes processos encontram-se ainda sob a égide de novas estruturas de governação e de novos conceitos de cidade.

De um modo geral, os vários documentos que a Unesco e a União Europeia têm produzido neste âmbito pretendem promover nos seus Estados-Membros o investimento na cultura, isto é, na história, nos costumes, tradições e modos de vida, nos valores e crenças, nas construções identitárias e sentidos de pertença, como modo de atingir determinados objectivos como a coesão social, sentido de paz e tolerância, desenvolvimento social e económico, empreendedorismo, atracção turística, regeneração urbana, desenvolvimento de tecnologias de informação, entre muitos outros objectivos

São, por definição, perspectivas que se enquadram no contexto mais lato da globalização, ao promoverem os benefícios da diversidade, da interacção, da circulação e da reprodução cultural, mas, ao mesmo tempo, que encontram o seu espaço ideal de concretização na cidade. A cidade é neste sentido fundamental, uma vez que sendo um espaço de confluência de várias pessoas, instituições e bens, torna-se o *locus* privilegiado de canalização destes elementos para a persecução dos objectivos acima enunciados.

Contudo, os processos de regeneração das cidades devem ser analisados com cuidado, desde o seu enquadramento mais alargado (como o que foi dado até aqui através da descrição dos relatórios da UNESCO e União Europeia) até à sua concretização efectiva. Esta análise deverá passar por perceber que os documentos produzidos por instituições como a Unesco, a Comissão Europeia, os governos e as autarquias são sínteses de processos mais complexos cuja prática enquanto modelo é frequentemente problemática e deve continuamente ser objecto de reflexão. Esta reflexão implica conceber

as propostas urbanas à luz de processos de construção de estereótipos, da constituição de espaços de representação simbólica de identidades, ideias e objectos, não esquecendo as discussões em torno dos processos de nobilitação urbana, de capitalização económica dos espaços e objectos urbanos, entre outras discussões centrais para a análise crítica dos projectos que se desenvolvem na cidade contemporânea. Recordando George Yúdice, a exaltação da diversidade cultural enquanto ferramenta de promoção social esconde, frequentemente, relações de poder assimétricas. Por outro lado, a promoção dos objectos e expressões culturais está sujeita processos de patrimonialização, turistificação ou mercantilização que podem comprometer aquilo que visam promover.

## **1.2) Orientações nacionais**

Na senda dos documentos atrás analisados, surge em Portugal um estudo, *Estratégias para a Cultura em Lisboa* (Costa, 2009), particularmente importante para este trabalho. Esta importância deve-se, por um lado, ao facto de reflectir muitas das questões colocadas pelas instituições internacionais atrás abordadas, realçando o papel de referência que estas assumem. Por outro lado, deve-se ao facto de se propor pensar sobre essas questões no contexto da actuação autárquica da cidade de Lisboa, servindo de documento de referência para essa mesma actuação. Neste sentido, o estudo assume-se como um dos vários instrumentos que visam contribuir para elaboração da *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024*<sup>10</sup> (CML, 2009a).

O estudo foi encomendado pela CML ao centro de estudos Dinâmia/ISCTE e teve a coordenação do sociólogo Pedro Costa. Apresenta-se como o resultado de um trabalho de “auscultação pública, diagnóstico e análise” que tem como base a reflexão sobre a cultura como um eixo fundamental para o planeamento da cidade, nomeadamente para a sua revitalização e centralidade no mundo contemporâneo (Costa, 2009). Embora o documento aborde a cultura em diversos sectores, desde as “Artes Visuais e Mercado de Arte, Artes Performativas, Livro e Publicações, Audiovisual e Cinema, Música e Edição Fonográfica, Design, Arquitectura, Criação Publicitária e Software de Entretenimento, Bibliotecas e Arquivos, Museus e Património, Cultura Popular e Tradição, Turismo

---

<sup>10</sup> Documento que pretende responder a um conjunto de questões sobre as estratégias de planeamento a adoptar na cidade de Lisboa, através da estruturação de eixos e ideias chave.

Cultural, Jogo, Animação Nocturna e Convivialidade” (*ibidem*), irei deter-me, resumidamente, nos aspectos que mais directamente contribuem para o enquadramento da Praça do Martim Moniz e da sua envolvente. Neste percurso tentarei também fornecer pistas para identificar que visão estratégica se tenta delinear neste estudo.

Desde logo, podemos destacar duas propostas para a actuação da Câmara e que respondem a duas perguntas estruturantes da estratégia urbana em questão: ‘como’ e o ‘quê’. Relativamente à primeira, defende o documento que a Câmara Municipal não deve actuar como um programador, mas como um facilitador, mediador ou catalisador de actividades. Por outro lado, deverá entender a cultura de forma transversal, não trabalhar de forma isolada e não fazer tábua rasa do passado. Consequentemente, a Câmara deverá capacitar agentes locais, trabalhando o seu território com estratégias de proximidade numa perspectiva de *bottom-up* (trabalhar com associações e movimentos de base popular como é o caso das associações de moradores, de imigrantes, entre outras). Sem esquecer a necessidade da sua articulação com as escalas metropolitana e global, poderá, deste modo, adaptar o planeamento às especificidades locais. Para todo este processo é ainda sublinhada a enorme importância que tem o fomento de uma relação mais estreita entre a Câmara e as universidades, recordando a falta de estudos consistentes que fundamentem as políticas autárquicas, nomeadamente estudos de público.

Relativamente à questão ‘o quê?’ o documento é vasto e multidimensional, sendo então evidente que se procederá a uma selecção dos pontos que se relacionam mais directamente com o meu estudo de caso. O documento divide-se por quatro eixos de actuação estratégica: o primeiro refere-se à “promoção das competências cosmopolitas e da vocação internacional da cidade”, o segundo diz respeito ao “desenvolvimento de condições facilitadoras da criação e da produção cultural”, o terceiro eixo trata do “reforço da vivência da cidade e da(s) sua(s) memória(s) e promoção do conhecimento” e o quarto debruça-se sobre a “revisão do modelo de governança cultural da cidade” (*ibidem*).

Uma das premissas que estrutura esta visão estratégica é a necessidade de apostar nas especificidades e factores de diferenciação da cidade de Lisboa e, consequentemente, na afirmação da sua ‘identidade’ (ou, como é frequentemente realçado ao longo do documento, “a(s) sua(s) identidade(s)”). Assim, “No que toca a aspectos diferenciadores e distintos importa potenciar a(s) identidade(s) e memória(s) da cidade, a diversidade e a

multiculturalidade, bem como a capitalidade e a densidade das relações sociais” (*ibidem*: 22).

Porém, as identidades constitutivas e diferenciadoras da cidade estão intimamente ligadas à forma como ela é lembrada, à(s) sua(s) memória(s). Neste aspecto o documento ressalva “a necessidade de reformular os conceitos de «lembrar» e de «memória», excessivamente ancorados no passado e na história, ignorando o presente – e até o futuro – dessa relação” (*ibidem*: 41). Relativamente à questão da identidade adverte-se para o facto de Lisboa ter múltiplas identidades e memórias, várias narrativas (“Mar e Tejo”, “Descobertas”, “Fado e *Kuduro*”, “África e Brasil”, “Imigração”) e de ainda não ter sido encontrada uma marca única que represente e articule as várias identidades e imaginários da cidade. Assumindo que é discutível que se possa efectivamente encontrar essa marca única, é sublinhado o cuidado que deve haver no processo de “catalogação” para este não ser um mero exercício de *marketing* e campanha turística distanciado da vida quotidiana dos lisboetas (*ibidem*: 44).

Ainda assim, dever-se-á promover Lisboa como

Lisboa capital aberta: cidade central e cosmopolita, com vocação internacional, cidade vivida quotidianamente e experienciada por todos, cidade de trânsitos e fluxos [...], cidade que promove as condições para a expressão cultural e para o desenvolvimento da criatividade e que adopta o funcionamento das suas instituições para assumir o seu lugar no mundo global da contemporaneidade” (*ibidem*: 9).

A competência cosmopolita advogada, compreende a “promoção da tolerância, a compreensão da diversidade, o combate à exclusão social, a promoção de políticas de proximidade, o acesso à cultura, etc.” (*ibidem*: 105).

Zonas como a Mouraria, o Martim Moniz, o Rossio, a Praça da Figueira e a Avenida Almirante Reis são identificadas como palco de dinâmicas associadas ao trânsito cultural e à multiculturalidade, vindo a afirmar-se na cidade e a desenvolver mecanismos interessantes de apropriação e uso específico do espaço público. Segundo o documento, são zonas com um grande potencial multicultural, embora careçam de projectos estruturantes. Um dos exemplos que é positivamente enunciado é o caso do Bairro Alto, que é constituído enquanto modelo que, potencialmente, poderá ser replicado no Martim Moniz, sobretudo no que diz respeito ao facto de promover a unidade na diversidade. Embora a replicação constitua uma proposta para o planeamento realizado pela Câmara, é

realçado que esta deverá intervir o menos possível nas dinâmicas do bairro.

O investimento nas actividades culturais e criativas e a aposta nos aspectos diferenciadores da cidade, tendo em vista a revitalização e regeneração urbana, formam a conjugação base sobre a qual assentam alguns dos eixos estratégicos definidos no documento. Esta estratégia assenta ainda na conjugação de objectivos que reflectem duas vertentes da cidade de Lisboa – a preservação das suas características tradicionais e a visibilização dos seus atributos cosmopolitas. Lisboa deverá, segundo este documento, evocar a sua centralidade histórica entre a Europa e o mundo, demonstrando o potencial da história destes cruzamentos, numa lógica não estática e passadista, mas de exploração da contemporaneidade e cosmopolitismo. Neste sentido, deverá continuar a explorar o potencial dos espaços de trocas e fluxos, valorizando a diversidade e a tolerância.

A consistência destas estratégias deverá, por sua vez, estar ancorada numa reflexão séria sobre a cidade. Assim, a aposta em centros de conhecimento, cujo objectivo seja o estudo da cidade e a sua respectiva divulgação, é fundamental. No seio das actividades destes centros de conhecimento estaria, por exemplo, o estudo da herança cultural da cidade que permitiria “devolver à cidade as suas memórias”. Por outro lado, seria fundamental que a produção de conhecimento sobre a cidade assentasse no pressuposto de que uma possível “genuinidade” das tradições culturais de Lisboa resulta de “(re)construções, processos de destraditionalização e retraditionalização” (*ibidem*: 60).

Por fim, a concretização de estratégias de planeamento urbano dependerá também da existência de um novo modelo de governação da cidade que assente numa lógica de proximidade e em que se verifique uma “devolução de poder à sociedade, cidadãos e agentes culturais” (*ibidem*:107).

Além de espelhar as recomendações das instituições atrás analisadas, o documento reflecte algumas das considerações tecidas na primeira parte deste trabalho, nomeadamente a hipótese de que as políticas autárquicas de Lisboa são pensadas no seio da dialéctica entre local e global e a hipótese da cultura constituir uma aposta na regeneração e animação do espaço público. Por outro lado, contribui para a reflexão sobre os modelos de governação da Câmara Municipal de Lisboa e, consequentemente, contribui para a discussão em torno do papel das entidades públicas e privadas na gestão da cidade.

O documento refere-se ainda à zona de estudo delimitada neste trabalho (desde a Praça do Martim Moniz às zonas adjacentes) e sublinha o modo como a multiculturalidade



que a caracteriza constitui um recurso fundamental para promover a vocação cosmopolita e contemporânea da cidade, bem como uma identidade mais rica e multifacetada. Reforçando a importância da multiculturalidade para a promoção da cidade, o documento não esquece o papel da vivência do seu património, dos seus costumes e da sua história, colocando ao lado do cosmopolitismo a vertente tradicionalista do investimento cultural e urbano.

Uma vez mais, importa sublinhar que as estratégias para a política cultural deverão resultar num benefício acessível à população alargada, não descurando os objectivos económicos e sociais propostos pela Câmara Municipal. Embora se reflecta sobre modo como a Câmara deve intervir na cidade, é indispensável ter em conta que se trata aqui de políticas públicas e, ainda que determinados objectivos sejam desenvolvidos mais propriamente por entidades privadas, deve caber à Câmara supervisionar a sua persecução. O documento sublinha efectivamente que Lisboa é ainda uma “capital relativamente pobre em termos de públicos, se atendermos à percentagem de população local que efectivamente consome cultura de forma regular”, facto que decorre não só “do baixo nível de rendimento per capita da população, mas sobretudo de hábitos culturais muito pouco desenvolvidos, associados a um baixo capital escolar/habilitacional médio da população e a assimetrias sociais consideráveis” (*ibidem*: 71-72). Atendendo a esta conjuntura é fundamental que nos questionemos sobre as vantagens que determinadas estratégias poderão efectivamente ter para a população de Lisboa, que poderá não ter as condições básicas para nelas ser incluídas, sejam elas financeiras, escolares ou culturais. Esta situação é particularmente visível no centro da cidade, onde o direccionamento da oferta cultural para camadas sociais economicamente mais favorecidas, poderá reflectir-se no encarecimento das estruturas que suportam a fixação destas populações em torno dessa oferta, nomeadamente a habitação ou o comércio. Neste sentido, é urgente questionar se estas estratégias não continuarão a agravar a hierarquização social e a fuga de população do centro da cidade para a periferia e se, futuramente, não contribuirão para o hiato entre o centro da cidade e sua área metropolitana.

Por outro lado, e articulando a proposta de um maior envolvimento dos centros de estudos com a consciência de que as identidades culturais resultam de construções complexas e mutáveis, importa reflectir sobre a compatibilidade entre os pressupostos políticos e académicos para o investimento cultural. Por exemplo, o caso de

patrimonialização de determinados objectos culturais passíveis de resultarem num foco de atracção turística e, portanto, num benefício económico para a cidade, pode também destruir as dinâmicas prévias a esse processo, bem como assentar em pressupostos que são academicamente questionáveis, como por exemplo a sua autenticidade.

O próprio documento contém em si estas advertências e sublinha ainda que não existem levantamentos de fundo actualizados sobre a realidade cultural em Lisboa, algo que considera ser fundamental para a constituição de qualquer política consistente. Tendo em conta esta inexistência e tendo em conta a realidade social perante o consumo cultural atrás descrita, parece-me que este documento deverá constituir uma segunda fase num processo que terá, em primeiro lugar, de considerar a caracterização da população da cidade, das suas condicionantes culturais, sociais e económicas no processo da procura. Sem este passo, as estratégias previstas, ao invés de resultarem das necessidades das pessoas que fazem a cidade, serão elas próprias condicionantes do seu público-alvo.

Após estas considerações, resta então verificar de que modo se traduziram as orientações do estudo na constituição dos documentos estratégicos da Câmara Municipal de Lisboa.

## **2) Documentos estratégicos**

No âmbito da reflexão sobre as grandes questões que hoje se colocam ao planeamento de Lisboa, foi constituída a *Carta Estratégica 2010-2024* (CML, 2009a). Para complementar a compreensão deste documento, revelaram-se particularmente úteis os dados de outros instrumentos da CML para o planeamento urbano, nomeadamente o *Plano Director Municipal* de Lisboa<sup>11</sup> (PDM) e a análise *swot* usada para a sua elaboração, que serve igualmente de apoio à constituição da *Carta*. Por seu lado, a análise *swot* baseou-se em trabalhos desenvolvidos pela CML para preparação do PDM e no *Relatório de Estado de Ordenamento do Território* (CML, 2009b).

Tratando-se de instrumentos que visam estabelecer parâmetros de planeamento da cidade e perspectivá-los num tempo longo, a sua análise permitiu clarificar que eixos estratégicos são centrais na visão que a CML tem para o presente e o futuro da cidade.

De entre os desafios colocados pela CML ao planeamento de Lisboa importa

---

<sup>11</sup> O PDM a que me refiro entrou em vigor a 31 de agosto de 2012, tendo sido publicado no Diário da República, 2ª série, nº 168, de 30 de agosto – Aviso nº 11622/2012

salientar a preocupação com a criação de uma cidade “amigável, segura e inclusiva para todos”, com o desenvolvimento de uma cidade “dinâmica, competitiva e internacional” e com a afirmação da “identidade de Lisboa num mundo globalizado” (CML, 2009a).

Assim, no que diz respeito à constituição de uma “Cidade Amigável, Segura e Inclusiva”, são referidas como oportunidades, por um lado, a qualificação do espaço público para combater a guetização social e o enclave étnico e, por outro lado, a valorização da multiculturalidade e transculturalidade nas dinâmicas urbanas (regeneração urbana). No entanto, são também sublinhadas as ameaças a essas oportunidades: os processos de reabilitação urbana podem agravar as assimetrias socio-urbanísticas quando se verifica o abandono do espaço requalificado por parte das famílias com rendimentos mais baixos e a sua substituição por habitantes de nível social superior (CML, 2009c).

Relativamente ao desenvolvimento de uma “Cidade Dinâmica, Competitiva e Internacional”, define-se como “oportunidade” a dinamização de actividades associadas à cultura e a sua articulação com processos de regeneração urbana (*ibidem*). No que diz respeito à “Cidade e Identidade Global”, são identificadas como potencialidades a morfologia urbana e a identidade sócio-urbanística de grande valor associada à “Lisboa dos Bairros”, o carácter “genuíno” de determinadas expressões culturais (sobretudo o fado), bem como a sua capacidade de projecção internacional (*ibidem*: 8). Surgem ainda como oportunidades a multiculturalidade e transculturalidade como meio de afirmar a cidade “numa encruzilhada de mundos”, a activação de sítios, equipamentos e edifícios em torno de actividades culturais que potenciem a regeneração urbana em algumas áreas da cidade e a diversidade étnica como forte potencial económico por explorar por via do comércio étnico e da restauração. Já como “estrangulamentos” aparece a dificuldade na articulação entre actividades culturais e a “vida urbana” (comércio, segurança, etc.) e o insuficiente esforço de *marketing* territorial por parte da CML na promoção da marca *Lisboa*.

Este terceiro eixo da análise *swot* corresponde mais directamente à hipótese de investigação que se coloca nesta dissertação, nomeadamente no que se refere à procura da identidade para a cidade de Lisboa num mundo globalizado. Da mesma forma, alguns dos elementos contidos nas “oportunidades” de Lisboa para se projectar no mundo, correspondem à hipótese avançada de que essa projecção assenta numa articulação entre as culturas do ‘Mesmo’ e do ‘Outro’ e que estão mais claramente resumidas nas

“oportunidades” que evocam a constituição de uma “cidade cosmopolita e multicultural” e a “reinvenção da tradição”<sup>12</sup>.

Sendo a Praça do Martim Moniz e a zona envolvente encaradas como um espelho da multiculturalidade na cidade de Lisboa, importa enquadrá-las nestas visões do planeamento urbano que consideram a diversidade cultural como um capital fundamental para a estruturação da cidade. Por outro lado, de acordo com o *Relatório de Estado do Ordenamento do Território* (CML, 2009b) a área alargada da Mouraria<sup>13</sup> aparece definida como uma “área crítica”<sup>14</sup> sujeita a reabilitação por deter “um património urbanístico e social de valor inestimável que importa preservar” e por constituir “uma das zonas mais antigas e características de Lisboa” (CML, 2009b: 144). O relatório sublinha ainda a necessidade de intervenção na zona citada por apresentar “insuficiências” ao nível da segurança, conforto, ambiente urbano, entre outras (CML, 2009b: 145). Assim, embora constitua um local com fortes recursos para o planeamento estratégico de Lisboa, deve ser alvo de projectos de regeneração por forma a superar as insuficiências apresentadas. É neste processo de regeneração que as actividades culturais se incluem, tal como já havia sido proposto pelas *Estratégias para a Cultura em Lisboa* (Costa, 2009).

Como foi dito anteriormente, a análise de todos estes estudos e documentos é fundamental para enquadrar as intervenções que decorrem hoje na Praça do Martim Moniz e para compreender como esta reflecte eixos estruturantes da visão estratégica da CML para a cidade. Deste modo, as intervenções urbanas deverão ser estudadas sabendo que, hoje, as políticas para a cidade estão pensadas de acordo com uma estratégia que se estrutura em torno dos temas “Uma nova prática: Cumulatividade das Políticas Públicas sobre Lisboa”, “Uma centralidade reassumida: Lisboa Capital da República e da Cidadania aberta ao Tejo e ao Mundo”, “Uma nova divisão administrativa para multiplicar as escolhas: Lisboa, Cidade de Bairros, Cosmopolita” e “Novos percursos e geração de oportunidades: Lisboa Cidade da Descoberta” (CML, 2009a)

Da mesma forma, o *Plano Director Municipal* de 2012 estruturou-se em torno de quatro linhas de actuação: “Afirmar Lisboa nas redes globais e nacionais”, “Regenerar a

---

<sup>12</sup> Análise *Swot* apresentada no Seminário “*Marca Lisboa*” e *Comunicação; Património/Equipamentos, Conteúdos/Programação*”, no âmbito da constituição da *Carta Estratégica para Lisboa 2010-2024*.

<sup>13</sup> Abrangendo as antigas freguesias de Santa Justa, Madalena, Graça, Santiago, Anjos, Sé, São Vicente, Socorro, São Cristovão e São Lourenço, actuais freguesias de Santa Maria Maior, São Vicente e Arroios.

<sup>14</sup> Definição de acordo com artigo 41 do Decreto-Lei nº 794/76 de 5 de Novembro

cidade consolidada”, “Promover a qualificação urbana” e “Estimular a participação e melhorar o modelo de governação”. Estas orientações foram pensadas com vista à concretização de objectivos mais específicos, nomeadamente atrair residentes e empresas, incentivar a reabilitação do edificado, melhorar o espaço público, investir na zona ribeirinha, repensar as condições de tráfego automóvel e dos transportes públicos, alargar a área verde na cidade e promover a eficiência energética. O PDM pretende constituir-se enquanto instrumento estratégico para pensar a cidade sob o pressuposto de que “A cidade é das pessoas e para as pessoas. É com elas e para elas que deve ser planeada.” (*Plano Director Municipal*, 2012).

### **3) Lisboa: que conceito?**

Dada a informação contida nos documentos de referência internacionais e nacionais e nos documentos estratégicos da Câmara, é minha hipótese que as actuais políticas culturais e urbanas na cidade de Lisboa se estruturam (em larga medida) em torno de dois conceitos fundamentais, ambos contribuindo para a construção de uma imagem identitária da cidade. São estes conceitos ‘cosmopolitismo’ e ‘tradicionalismo’ que, articulados, podem promover Lisboa no panorama internacional. Até agora tentei perceber que paradigmas e propósitos orientam a utilização destes conceitos no seio do planeamento da cidade, procurando sintetizar um corpo teórico que enquadrasse esta utilização, quer do ponto de vista dos processos globais, quer do ponto de vista localmente situado.

Parto do pressuposto que, de um modo geral, a produção da imagem cosmopolita da cidade se relaciona com o processo de globalização e que a imagem tradicionalista se associa ao imaginário das suas expressões culturais locais. Em Lisboa, a produção e articulação de ambas as imagens constitui objectivo da CML, como espelham os desafios estratégicos para o planeamento da cidade contidos na *Carta Estratégica 2010-2024* (CML, 2009a) e que obtêm a legitimação de estudos produzidos sobre as estratégias a adoptar na cidade e das orientações internacionais citadas anteriormente.

Por outro lado, se ambas as imagens são objecto de investimento com vista à projecção internacional da cidade, esta projecção é também encarada como tendo consequências benéficas para a vida de Lisboa, sobretudo para a dinamização de um conjunto de actividades económicas e culturais, para a recriação de sociabilidades e

ambientes e para a regeneração do espaço e equipamentos públicos.

Porém, a cidade de Lisboa tem-se ancorado sobretudo numa imagem cujo referente remete para um certo “tradicionalismo” (relembrar a “memória excessivamente ancorada no passado”, Costa, 2009), que agrupa imagens relacionadas com os conceitos de ‘típico’, ‘vernáculo’, ‘autêntico’, ‘histórico’ e que, de certo modo, pouco se relacionam com um certo universalismo, abertura e hibridismo que se associam ao cosmopolitismo. Efectivamente, a longa história de Lisboa, os seus inúmeros vestígios históricos materiais e imateriais, o seu passado imperial, assumem ainda uma grande relevância na imagem da cidade. É óbvio que os cruzamentos culturais, ou até mesmo um determinado hibridismo que pauta esta mesma história, não excluem a ideia de uma cidade cosmopolita. Porém, parece-me que essa não foi, até recentemente, a tónica dada à representação identitária de Lisboa. Efectivamente, quando nos debruçamos sobre essas mesmas representações, aquelas que foram sendo seleccionadas para ilustrar a identidade de Lisboa prendem-se mais com a especificidade da cidade e, enquanto capital, prendem-se também com a ilustração da nacionalidade. Exemplo disto é o investimento prioritário no património edificado, a revitalização dos ‘bairros históricos’, a promoção do fado a género nacional e a sua candidatura a património da humanidade, entre outros exemplos<sup>15</sup>.

No entanto, as duas imagens não se excluem. Pode afirmar-se que é a conjugação destes dois factores – ‘tradicionalismo’ e ‘cosmopolitismo’ – que parece promover Lisboa como cidade singular e cidade global, como cidade competitiva.

Mas, concretamente, como se pode converter a promoção desta imagem numa mais-valia para a vida da cidade? A associação destes dois conceitos a determinadas práticas e estruturas culturais valoriza-as, permitindo que funcionem como recursos para determinados fins económicos e sociais.

Atentemos, então, no conceito de *cluster* cultural (Costa, 2007) que, remetendo para a sinergia entre várias esferas culturais e a transversalidade com outros *clusters* (sociais ou económicos), sublinha que a cultura pode tornar-se um recurso aos mais variados níveis. Desde os museus à gastronomia, desde a música às práticas sociais, encaram-se as actividades culturais como capazes de produzir efeitos alargados, quer à escala de um

---

<sup>15</sup> A atenção dada pela política cultural da CML à diversidade cultural (sobretudo aquela que decorre da imigração) é um fenómeno relativamente recente. Mesmo no Plano Estratégico de Lisboa (PEL) iniciado em 1992 “Apenas a noção de cidade cosmopolita é referenciada, mas a um nível de produção unilateral e de um ponto de vista histórico, associado à herança cultural da fase dos Descobrimentos” (Fonseca, *et al.*, 2011).

determinado grupo social (veja-se os projectos de música para a inclusão social), quer à escala de um bairro (veja-se o fado na promoção económica e social do bairro de Alfama), quer, inclusive, à escala da cidade (vejam-se as capitais europeias da cultura e, para casos mais emblemáticos, o Museu Guggenheim em Bilbao). De um modo geral, a promoção da actividade cultural visa o desenvolvimento económico (através de criação de emprego, da dinamização de círculos que giram em torno da produção artística, como é o caso das indústrias culturais, através do sector do turismo, etc.), visa a coesão social (através da promoção da cidadania, da manutenção de um objectivo unificador, como é o caso das identidades dos bairros, da cooperação em projectos comuns e positivamente valorizados e legitimados) e visa a regeneração urbana (crendo-se que o investimento em actividades culturais poderá criar mais qualidade de vida, fomentando o desenvolvimento de estruturas paralelas, como os espaços públicos, os transportes, a manutenção do edificado). Por outro lado, tal como se viu pelas orientações internacionais acima analisadas, encara-se ainda que a própria diversidade cultural, pode promover a criatividade e inovação pela constante troca, justaposição ou oposição de práticas e expressões culturais.

Na verdade, os conceitos de ‘cosmopolitismo’ e ‘tradicionalismo’ parecem capitalizar as externalidades positivas dos fenómenos culturais, pois imprimem um propósito e acrescentam um valor a práticas e bens que poderiam, inclusivamente, estar desvalorizados.

O caso da Praça do Martim Moniz é particularmente interessante para ilustrar o que foi dito até agora e permite explorar o modo territorialmente diferenciado como o recurso cultural é manejado. Tentando equilibrar as duas imagens atrás propostas, embora investindo com maior visibilidade na vertente ‘cosmopolita’, a renovação da Praça do Martim Moniz pretende igualmente obter as externalidades positivas de que falei. Por um lado, a Praça reflecte a abertura da cidade ao mundo, ao congregar em si um conjunto de imigrantes de diversas origens que nela circulam, que nela inscrevem as suas dinâmicas socio-culturais e em redor da qual instalam os seus estabelecimentos comerciais e as suas residências, providenciando experiências e imaginários diversos que remetem para os conceitos acima enunciados, como encontro, mobilidade, diversidade, etc. Por outro lado, a Praça do Martim Moniz encontra-se ao lado de um ‘bairro típico’ de Lisboa, com uma história longa, ela própria pautada pela diversidade das suas gentes e hábitos. Para além de ser contígua ao bairro da Mouraria, a Praça encontra-se na continuação da Baixa

Pombalina e nela desemboca uma das avenidas principais da cidade, a Avenida Almirante Reis.

O investimento nestas valências permite dar um novo significado à imagem que correntemente se tem da Praça. Como veremos adiante, a Praça do Martim Moniz distinguiu-se, durante décadas, pelos seus aspectos negativos havendo sofrido vários processos de requalificação que visavam a reconstrução de uma imagem associada a aspectos como ‘marginalidade’, ‘insegurança’, ‘deterioração’, ‘um hiato na Baixa da cidade’. Assistimos, então, a dois processos. Por um lado, os elementos caracterizadores da Praça são seleccionados e investidos de novos significados, associados sobretudo ao ‘cosmopolitismo’, e baseados na experiência da ‘multiculturalidade’. Por outro lado, são levadas a cabo acções para o usufruto e materialização destas experiências, investindo-se na Praça com estruturas de restauração e animação nocturna e procedendo-se à reabilitação de edifícios, criação de programas de habitação jovem ou criação de festivais de música<sup>16</sup>. O investimento na Praça é justificado pelas suas externalidades positivas: maior segurança, coesão social, dinamização económica, crescimento da diversidade cultural.

As actividades culturais promovidas na Praça são vistas pela CML como meio de proceder à revitalização do espaço enquanto vertente ‘cosmopolita’ da cidade de Lisboa atraindo turistas e investidores e promovendo ainda a resolução de problemas socio-económicos.

Depois desta descrição, e no cruzamento com as minhas fontes e bibliografia, poderei abordar ainda as implicações sociais deste processo de resignificação do espaço público. Os elementos apresentados até agora reforçam o entendimento da cultura como recurso, um recurso para uma construção identitária da cidade, um recurso para a promoção da cidade no mundo global, um recurso para a dinamização socio-económica da cidade e um recurso para a resolução de problemas da cidade. George Yúdice sublinha o carácter recursivo da cultura, mas adverte também para as implicações, por vezes ambíguas, que essa ‘recursividade’ pode ter (Yúdice, 2003). Estas implicações são particularmente importantes quando enquadradas por uma política pública.

Analisemos, então, os objectivos subjacentes ao uso da cultura como atrás foi descrito. Em relação à construção da identidade de Lisboa, terá de se considerar quem é

---

<sup>16</sup> Note-se que o investimento na iluminação, policiamento ou o uso de câmaras para vigilância do local, são igualmente ferramentas usadas na revitalização da Praça do Martim Moniz.



abrangido pelos conceitos realçados – ‘cosmopolitismo’ e ‘tradicionalismo’. É fundamental perguntar se, no processo de projecção e regeneração da cidade, as expressões culturais que se pretende envolver com estes conceitos são promovidas ou se esgotam no processo da sua mediação. Que tipo de ‘modernidade’ pode efectivamente descrever a condição migrante na cidade de Lisboa? Quem está a ser representado e como na experiência cultural? No caso dos quiosques recentemente revitalizados na Praça: que relação estabeleceu a empresa que ganhou o concurso para a gestão dos quiosques com o restante comércio em seu redor? Quem concebeu e gere efectivamente os quiosques? Como representam as práticas das populações que lhes servem de referente? Estaremos a viver experiências culturais diversas ou experiências intermediadas por outros referentes culturais, económicos ou políticos?

Estas perguntas levam-nos à reflexão sobre o objectivo que se refere à dinamização socio-económica do espaço. Em anos anteriores, os programas que se delinearam para a requalificação e animação da Praça resultaram num abandono de dinâmicas sociais pré-existent e num ‘ensombramento’ e criação de redes paralelas de actividades comerciais. Observando a ‘marketização’ do espaço, os projectos de atracção de jovens, turistas e empreendedores ou os projectos que visam o aumento de segurança, teremos de fazer o exercício prospectivo de pensar esta Praça no seio de um processo de nobilitação urbana que possivelmente afastará os referentes que lhe dão significado. Os próprios estabelecimentos que aí existiam poderão sobreviver perante os padrões de consumo que se irão instalar? Assim, questiono: quando falamos de desenvolvimento socio-económico, falamos de quê?

Embora, uma intervenção ‘excessiva’ do poder público possa minar uma certa agência necessária e saudável da sociedade civil, cabe a esse mesmo poder mediá-la, reflectir sobre ela e monitorizar os resultados dos objectivos propostos na sua enorme complexidade.

Resta, então, debruçar-me sobre o estudo de caso desta dissertação por forma a materializar as observações teóricas desenvolvidas até aqui.

### **Parte III**

#### **Estudo de caso: Praça do Martim Moniz**

##### **1) História do aparecimento da Praça do Martim Moniz**

###### **1.1) Da formação da Mouraria ao Estado Novo**

No seguimento da conquista de Lisboa em 1147 é criada a Mouraria, nas encostas do Castelo de São Jorge, com o desígnio de albergar os muçulmanos que permaneceram no território conquistado. Formava-se, assim, um gueto que viria a ser sedimentado em 1170, altura em que é concedido por D. Afonso Henriques um foral que colocava esta comunidade sob protecção régia, com a possibilidade de eleger os seus representantes e que, como contrapartida, a obrigava ao pagamento de vários tributos ao rei. Da mesma forma, afirma Augusto Vieira da Silva, embora a comunidade muçulmana estivesse sob o domínio cristão, “Encravados entre as freguesias, havia em Lisboa alguns tratos de território isentos de jurisdição eclesiástica” – as judiarias e a mouraria (Silva, 1954: p. 188). No caso da Mouraria, esta condição permitiu que se tivessem perpetuado estruturas básicas da organização social, de que os maiores exemplos são talvez a manutenção da presença das mesquitas e o desenho do bairro, marcado pela proliferação de ruas estreitas e irregulares que criavam um complexo labirinto.

Ainda que estas estruturas se tenham mantido, em 1373-75 começa a perder importância um dos marcos do domínio muçulmano – a Cerca Moura – devido à construção de uma nova muralha defensiva mandada erigir por D. Fernando e que viria a ser conhecida por Cerca Nova ou Cerca Fernandina. Embora a nova Cerca viesse atravessar a zona da Mouraria, esta manter-se-ia um arrabalde da cidade marcado, sobretudo, pela presença da população muçulmana. No entanto, pela sua centralidade, a Mouraria tornava-se igualmente palco de intensas trocas comerciais que estabeleciam redes de relação entre muçulmanos e cristãos.

Já nos finais do século XV, durante o reinado de D. Manuel I e em consonância com os desejos dos Reis Católicos de Espanha, judeus e mouros receberam ordem de expulsão (embora não tivesse sido integralmente cumprida) e, como consequência, foram destruídas algumas das suas estruturas vitais, como mesquitas e sinagogas.

Na sequência destes acontecimentos, embora ainda marcada pela presença muçulmana, a Mouraria foi sendo sucessivamente ocupada por cristãos e, inclusive, por cristãos aristocratas. Sobretudo durante o século XVII, a cidade assistiria à proliferação de palácios e conventos que espelhavam a sucessiva transformação da cidade numa lógica de nobilitação do espaço e de crescente “consciência urbanística e arquitectónica” (França, 1997: 19). A zona da Mouraria teria como um dos seus momentos marcantes, a construção do Palácio do Marquês de Alegrete (iniciada em 1694) situado “na embocadura do vale da Rua da Palma ou da Mouraria” (Silva, 1954).

Não tendo sido afectada estruturalmente pelo terramoto de 1755<sup>17</sup> e, consequentemente, não tendo sofrido transformações significativas durante a reconstrução pombalina, a Mouraria chega ao século XIX como espelho da sobrelotação populacional das cidades industriais, destino para os intensos fluxos migratórios, sobretudo vindos de zonas rurais. Insalubre e com graves problemas de pobreza, contrastava com os desígnios higienistas e civilizacionais dos urbanistas da época, tornando-se, este e outros bairros da cidade, ‘problemas’ urbanos para os quais teria de ser desenhada uma solução moderna e racional. Pilar desta solução era a premissa de que existiria uma relação estreita entre o desenho urbano e as práticas sociais, pelo que encontrar uma melhor alternativa espacial permitira ultrapassar as graves questões sociais. Segundo José Lamas, para além da construção da cidade fora das muralhas, do alargamento da cidade à zona rural e da construção sucessiva de anéis viários, desenhavam-se novas utopias socio-urbanas nas quais contrastava a valorização das grandes avenidas, espaços abertos e monumentos isolados, com o casco antigo que se pretendia ver destruído. “As condições de vida e degradação dos antigos e populosos bairros eram focos de doenças e epidemias e reproduziam a miséria social e a promiscuidade” (Lamas, 1994: 419). Efectivamente estes bairros não reflectiam o desenvolvimento económico e tecnológico da época, devendo transformar-se para se adaptar à nova ordem ocidental.

Esta vontade de ‘progresso’ é sobejamente visível nos planos idealizados para a cidade, entre os quais “Melhoramentos em Lisboa” de Miguel Pais é particularmente ilustrativo, quando em pleno século XIX (1883) projecta ousados planos de circulação

---

<sup>17</sup> Este facto é particularmente importante na demarcação cada vez mais distinta entre uma Lisboa medieval e uma Lisboa moderna. Segundo José-Augusto França “ Na própria história da cidade, a empresa pombalina, na sua brutal operação cirúrgica, marca uma etapa fundamental, separando duas Lisboas – a medieval e barroca e a moderna, que o século XIX viria a desenvolver” (França, 1997: 45).

baseados sobretudo em túneis e viadutos (França, 1997). A circulação e desafogo da cidade eram realmente dois elementos fundamentais no pensamento da época. Consequentemente, veremos serem construídas grandes avenidas na cidade, nomeadamente na área de estudo desta dissertação,

Tratava-se agora, em fins de século, de criar um novo traçado que, entre o Socorro e o Desterro, a ponte, e o Benfornoso, a nascente, junto da Mouraria medieval, cortasse a direito – e foi a rua da Palma que regularizou a rua Direita dos Anjos até ao Desterro e daí em diante, passando pelo Intendente, seguiu como avenida nova, chamada de D. Amélia, e depois de 1910 de Almirante Reis (França, 1980: 83)

Ao mesmo tempo, é fundamental perceber que estas reformulações da cidade andavam a par e passo com as profundas transformações sociais da época, nomeadamente com o aparecimento de novas classes produto do desenvolvimento do sistema industrial e capitalista. Assim, afirma José-Augusto França, se a Avenida D. Amélia estava a ser construída ao mesmo tempo que as Avenidas Novas, estas não se tornavam concorrentes, pois destinavam-se a classes sociais distintas – mais rica no primeiro caso e pequeno-burguesa no segundo (França, 1997). Poderíamos acrescentar que, seguindo um pouco mais para sul, observaríamos ainda a presença de outra classe social – operária e rural – que habitava a Mouraria.

No entanto, foi durante o Estado Novo, nomeadamente com Duarte Pacheco, que estas visões atingiram o seu apogeu e puderam traduzir-se em planos municipais entendidos como “planos de embelezamento da cidade”, “na tradição clássica do urbanismo de Estado” (Grande, 2002: 123).

## **1.2) Estado Novo: aparecimento do Largo do Martim Moniz**

Em 1938 a Câmara Municipal de Lisboa contratou o arquitecto e urbanista Étienne de Gröer que seria o responsável pela definição das grandes linhas orientadoras do *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa*, concluído em 1948<sup>18</sup>. A Mouraria surge neste plano como uma área de intervenção prioritária, “na época um bairro desfavorecido, descrito como bairro de construções insalubres e inestéticas, alvo de preocupações higienistas e sociais” (Brito & Camarinhas, 2007).

---

<sup>18</sup> Este plano baseava-se já nos estudos elaborados sobre Lisboa por António Emídio Abrantes, (Brito & Camarinhas, 2007).

Discípulo de Étienne de Gröer, o arquitecto João Faria da Costa projecta sucessivos planos de renovação da baixa de Lisboa e da sua envolvente, marcados por inúmeras demolições, intervenções de grande dimensão e um grande peso dado à circulação viária, com vista à modernização e nobilitação da cidade. Na sequência destes planos e consequentes demolições, nomeadamente a do Palácio do Marquês do Alegrete em 1946, abre-se o espaço que viria a ser o Largo do Martim Moniz, como afirma Vieira da Silva,

No largo assim formado ficaram incorporadas a Rua Martim Moniz, o Largo Silva e Albuquerque, e um pequeno troço da Rua da Mouraria. O público antes da oficialização do nome, começou a chamar-lhe Largo do Martim Moniz. (Silva, 1954: 347)

Este espaço integraria a intervenção, cujo antepiano data de 1949, a desenvolver na “baixa Mouraria”. Pretendia-se, pois, transformar o Largo do Martim Moniz numa praça que fosse o epicentro dos principais eixos de circulação da cidade, dinamizada por novos espaços de comércio e de escritórios, e que resolvesse os problemas de trânsito e de “insalubridade física e moral” (Lamas, 1994: 347). O Largo seria o ponto de confluência entre uma série de vias de circulação que incluíam inúmeros túneis de ligação entre áreas importantes da baixa cidade e a sua ligação com a zona norte, complementados com vias pedonais e elevadores.

Além da referida destruição do Palácio do Marquês do Alegrete e do desaparecimento da Igreja do Socorro em 1949, assistiu-se, ainda nos anos 50 e 60, à destruição do Teatro Apolo e do Arco do Marquês de Alegrete (em 1957 e 1961 respectivamente), bem como de toda uma parte residencial do bairro. Por outro lado, surgiriam no Largo o Hotel Mundial (1958), projectado por P. Pardal Monteiro e inicialmente pensado para sede de escritórios, e a estação de metropolitano do Socorro (1966), que correspondia à actual estação do Martim Moniz.

Paralelamente aos planos de circulação, outras transformações viriam a influenciar as dinâmicas que se criariam mais tarde no Largo do Martim Moniz, contribuindo para a instabilidade das suas reformulações. Com o mesmo intuito de abrir espaço para a circulação viária, destruía-se em 1949, na vizinha Praça da Figueira, o mercado que aí existia albergando-se os comerciantes em pavilhões instalados provisoriamente no Largo do Martim Moniz. Estes pavilhões sobreviveriam, no entanto, até aos anos 90, altura em que viriam a ser transferidos para a Praça de Espanha.

Tanto as construções como as demolições que tiveram lugar nesta área da cidade, se

por um lado reflectiam as linhas orientadoras do plano de Faria da Costa, por outro lado revelavam a inconstância desse mesmo plano, marcado pelas suas sucessivas revisões<sup>19</sup> e críticas, nunca tendo sido realmente implementado na íntegra. Efectivamente, de um plano que pretendia repensar profundamente esta área da cidade, numa perspectiva modernista e dignificante, apenas ficou o Hotel Mundial e a memória remota de um passado de vida popular que outrora marcara aquele espaço. A própria tentativa de criar uma ligação mais consistente e coerente entre a Avenida Almirante Reis, Rua da Palma e a Baixa através da constituição de uma praça renovada, ficou bloqueada pelo ‘hiato’ que representava o Largo do Martim Moniz.

Embora em 1967 tenha sido desenvolvido um novo *Plano Geral de Urbanização* coordenado por Meyer-Heine (só publicado em 1977), dando seguimento a propostas para o Largo do Martim Moniz, as principais linhas orientadoras que estavam na base do plano de 1948 mantiveram-se, com especial enfoque nas grandes obras para circulação viária. Na verdade, no que diz respeito ao Largo do Martim Moniz, as décadas de 60 e 70 continuam a pautar-se por inúmeros planos que ficam pelo caminho (França, 1997).

### **1.3) Do Estado Novo à actualidade**

As sucessivas demolições que foram sendo levadas a cabo em meados do século XX, para além de originarem uma transformação física do espaço da Mouraria, traduziram-se ainda em alterações sociais, nomeadamente com o abandono populacional para o bairro de Alvalade, que estava a ser construído enquanto bairro de habitação social. Porém, algumas das mudanças sociais que constituíram os principais objectivos destas remodelações, nomeadamente a erradicação de determinadas práticas consideradas marginais, como é o caso da prostituição, continuaram a existir, transferindo-se, quando muito, para as zonas limítrofes, como veio a ser o caso da zona do Largo do Intendente.

Ligação entre o casco histórico e a cidade moderna, o Martim Moniz transformar-se-ia num espaço obsoleto e rodeado de ruínas que resultavam das demolições constantes que aí se observavam<sup>20</sup>, vindo a ser rapidamente apelidado de “prega” ou “buraco” de Lisboa. Alvo de diferentes projectos de remodelação, a condição do espaço foi-se degradando ao

---

<sup>19</sup> A título de exemplo, a CML cria um Gabinete de Estudos de Urbanização em 1954 para informar, fundamentar e rever o plano de 1948.

<sup>20</sup> Ainda hoje se pode ver, entre os prédios da EPUL, vestígios dessas demolições.

longo dos tempos por falta de planos consistentes e consertados: “Se os problemas da ‘alta mouraria’ são eventualmente resolúveis por continuado esforço de investimento dentro das estruturas públicas criadas (Gabinete Técnico de Lisboa e outros sectores municipais) – já os da sua ‘baixa’ (Martim Moniz) parecem bem mais complexos e de difícil resolução.” (Fernandes, 1997)

O possível sucesso da resolução dos problemas da “alta Mouraria” devia-se também ao facto da própria valorização dos bairros históricos estar a transformar-se. Assim, se numa primeira fase estes bairros eram objecto de projectos de demolição por representarem a “insalubridade física e moral da cidade”, progressivamente tornavam-se objecto de patrimonialização e de capitalização económica por meio da atracção turística. De facto, segundo José Lamas, a partir dos anos 60, a questão dos centros históricos começa a fazer parte das preocupações urbanísticas, criando-se métodos e estudos de intervenção específicos. Estes estudos auferiam ainda da sedimentação das ciências sociais que começavam a integrar o planeamento urbano através do levantamento de dados relativos a assuntos tão diversos quanto a demografia, o trânsito, a habitação, entre muitos outros. Num processo continuado e complexo, os bairros históricos vieram a ser objecto de políticas distintas daquelas que visavam somente a sua demolição, reformulando-se os modos da sua significação urbana. “Um longo caminho foi percorrido desde os tempos em que se admitia destruir o casco antigo, os seus quarteirões e conjuntos arquitectónicos para alargar ruas, sanear e arejar os bairros, e desafogar e isolar os monumentos” (Lamas, 1994: 419). A Mouraria, bem como outros bairros históricos, iriam usufruir destas mudanças no pensamento urbanístico como se viria a verificar nos planos de reabilitação de que foram alvo mais tarde.

Os anos 70, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974, foram um espelho da mudança de perspectiva sobre a cidade, realçando a importância do seu acervo patrimonial, da manutenção dos seus vestígios históricos e da consideração urbanística do seu passado. A propósito da criação de uma “Comissão Consultiva” encarregada da “Preservação do Património Artístico e Urbanístico de Lisboa”, afirmou José-Augusto França numa reunião da Câmara Municipal de Lisboa realizada a 17 de Outubro de 1974,

Todos nós sabemos que uma cidade não cresce nem se desenvolve com desconhecimento, para não dizer com desprezo, com ignorância e concerteza desleixo do seu passado, mesmo que esse passado seja muito próximo. É preciso impedir, a todo o custo, [...] para que assim não aconteça e para que a cidade se possa desenvolver

harmonicamente em atenção ao seu passado, ao seu presente e ao seu futuro. (CML, 1974: 11)

Mas, como foi dito, se a Mouraria se poderia integrar em novos projectos de valorização baseados em visões mais definidas, ainda que discutíveis, nomeadamente com os programas de conservação histórica e patrimonial, na sua fronteira com a cidade moderna, os planos falhavam sucessivamente. Na mesma reunião de Câmara referida anteriormente, é apresentada uma proposta referente “ao célebre ante-plano do Martim Moniz” (CML, 1974: 11) da responsabilidade do arquitecto (e vice-presidente da CML) Filipe Lopes. Este ante-plano focava-se sobretudo no investimento e reorganização dos transportes colectivos e da circulação viária. No entanto, a propósito desta proposta, outras preocupações começam a surgir com o planeamento da cidade, nomeadamente a participação dos municípios na animação da cidade, bem como o modo de actuação a adoptar perante o problema das populações marginalizadas<sup>21</sup>.

Embora a discussão deste ante-plano forneça dados muito interessantes para entender as mudanças no pensamento urbano da época, o espaço do Martim Moniz chega aos anos 80 como um ‘problema’ por resolver. Tal como afirma José Manuel Fernandes,

Em 1975 o Martim Moniz era um ‘buraco urbanístico’ com cerca de 30 anos, espaço esvaziado de construção e transformado gradualmente pela ‘cidade popular’ que ‘tem horror ao vazio’ em espécie de feira permanente com pavilhões de comes e bebes (parques de estacionamento), teatros provisórios e abarracados, vendas de discos, cassetes... (Fernandes, 1989: 46).

Nos anos 80, depois do insucesso dos planos desenhados por Faria da Costa nos anos 40, Meyer Heine nos anos 60 e Filipe Lopes nos anos 70, a Câmara Municipal de Lisboa promove um concurso para a renovação do Largo do Martim Moniz. São apresentadas três propostas para a remodelação do espaço: de Tomás Taveira, definido por José Manuel Fernandes como “super denso, figurativo, ‘garrido’, de ‘direita’” (Fernandes, 1989), de Francisco Silva Dias definido pelo mesmo autor como “des-densificador da ocupação, racionalista, ‘seco’, de ‘esquerda’” e de José Lamas e Carlos Duarte (projecto ganhador), “moderado” e “sem uma ideia forte a sustentá-la” (*idem, ibidem.*).

A proposta de José Lamas e Carlos Duarte realça sobretudo a tentativa de abordar o

---

<sup>21</sup> É, no entanto, interessante notar que no seguimento da apresentação da proposta em reunião de Câmara, uma das preocupações apresentadas por um vogal prendeu-se com a discussão em torno da função desta zona da cidade. “Necessidade de clarificar alguns aspectos da função do centro do Martim Moniz, face aos restantes centros de actividade da cidade, particularmente, face à Baixa (...)” (CML, 1974: 46)



Largo do Martim Moniz enquanto zona central da cidade sem esquecer, no entanto, a intervenção no casco histórico e os “espaços de tradição lisboeta” (Lamas, 1994). A noção de *praça* assume um lugar primordial e constitui-se como um espaço de confluência entre áreas urbanas distintas – quer a zona histórica da Mouraria, quer a baixa pombalina, quer ainda o norte da cidade a que se liga através da Avenida Almirante Reis. Embora, o projecto de José Lamas e Carlos Duarte pretendesse trabalhar o espaço de uma forma holística e integrada, mais uma vez o plano não foi cumprido na totalidade e “mais uma vez ele [Martim Moniz] sofreu de falta de rentabilidade, levando a misérrima solução final” (França, 1997: 106). Os resultados deste projecto ficaram essencialmente associados a um acentuar do fechamento e circunscrição do largo (embora a ligação com a Avenida Almirante Reis tivesse sido deixada em aberto), à ampliação do Hotel Mundial, à reconstrução do Palácio dos Aboim e à construção de dois centros comerciais – o Centro Comercial da Mouraria e o Centro Comercial do Martim Moniz.

Os dois centros comerciais, embora não pensados como tal, acabaram por alojar a *marca* que viria a definir em larga escala o Martim Moniz. Efectivamente, pode observar-se nesta época a apropriação de ambos os espaços por comércio grossista que pertencia sobretudo a imigrantes oriundos de ex-colónias portuguesas que, nos anos 70, já se haviam instalado nesta zona, mas cujo número viria a aumentar significativamente, sobretudo com a chegada de uma grande comunidade chinesa. Esta concentração de imigrantes decorreu precisamente do facto da zona estar desqualificada e, como tal, ter diversos espaços comerciais vazios e rendas acessíveis (Mapril, 2002). No que diz respeito à comunidade indiana que aí se encontra, contribuiu também o facto de estes terem vindo explorar actividades que já se encontravam presentes na zona, aproveitando o nicho criado (*idem, ibidem*).

Como se disse anteriormente, a crescente importância que os bairros históricos estavam a adquirir no seio das políticas urbanas traduziu-se na criação de Gabinetes Técnicos Locais com o intuito de melhor informar essas mesmas políticas através da realização de um trabalho de proximidade. Assim, em colaboração com o Gabinete Técnico da Mouraria foram levados a cabo novos estudos para esta zona que pretendiam, por um lado, ter em conta a preservação do património e dos usos urbanos tradicionais, promover o desenvolvimento social e económico e, por outro lado, definir condições de segurança, nomeadamente com a proibição de determinadas actividades económicas

consideradas nocivas. Neste contexto foram elaborados *Planos de Salvaguarda* que, por exemplo, realçavam a importância de proibir a “implantação indiscriminada de actividades nocturnas, nomeadamente bares, *boîtes*, casas de fado, por forma a evitar fenómenos perturbadores como sucede no Bairro Alto” (CML, 1989: 9). Sublinhavam ainda a vontade de recuperar a rua enquanto espaço de convívio através do controlo dos tipos de circulação e do tipo de actividades económicas implementadas.

Embora houvesse a intenção de circunscrever, controlar e planear a Mouraria, o *Plano de Salvaguarda da Mouraria* sublinha ainda o intuito de “assegurar a manutenção do carácter e ambiente urbanos existentes nestes bairros, que constituem símbolos de herança multissecular e são referências inestimáveis da cidade de Lisboa” (*ibidem*: 14). Por fim, ressalva que estes condicionalismos são “instrumentos imprescindíveis de ordenação” tendo em conta o conjunto urbano em causa e, portanto, não devem ser encarados como “espartilho da actividade criadora dos que intervêm na cidade” (*ibidem*: 14).

Chegamos então a 1997 altura em que, são levadas a cabo novas obras no Largo constituindo-o, então, como *praça*<sup>22</sup>. O projecto incluiu a construção de fontes, de zonas ajardinadas, de um parque de estacionamento, áreas comerciais, empreendimentos de habitação e foi ainda *tematizada* com uma alusão à muralha medieval. Um pouco mais tarde viriam ainda a ser colocados quiosques no centro da praça com vista a dinamizá-la, mas que teriam um fim rápido, sendo encerrados passado um ano da sua implantação. Depois do abandono dos quiosques por parte dos coleccionadores e alfarrabistas que os ocupavam, a CML decide (em 2000) entregar a sua exploração à empresa *Chinatown*. (Mapril, 2002)

A exploração dos temas associados a esta zona encontram-se ainda patentes na remodelação do metropolitano levada a cabo também em 1997, que aparece descrita da seguinte forma:

A estação Martim Moniz serve a zona que lhe deu o nome, local onde se verifica uma confluência de culturas e diversidade étnica. Esta característica multicultural inspirou Gracinda Candeias, que produziu um trabalho plástico em azulejo representativo da convergência de culturas que caracterizam o local.

Com elementos da escrita árabe compõe o – “tema mourisco”, a partir de elementos versando o fado castiço e as touradas concebe o – “tema português” e através de

---

<sup>22</sup> A remodelação foi desenhada pelos arquitectos Daniela Ermano e João Paulo Bessa, estando o projecto paisagista a cargo do arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles.

elementos inspirados nas cores e no desenho dos tecidos indígenas do séc XVI consegue o – “tema africano”.

José João Brito vai trabalhar o tema da conquista de Lisboa e o episódio de Martim Moniz, reproduzindo em peças escultóricas em diversos tipos de mármore: guerreiros, cavaleiros medievais, personalidades eclesiásticas e uma escultura de Martim Moniz, em alusão ao nome do local onde se encontra a estação. (*site do Metro*)

Em 2000 é projectado um novo complexo de habitação e comércio num dos lados da Praça, de frente para a Mouraria – EPUL Jovem 8 – para o qual foram previstos 130 fogos e 14 espaços comerciais. Este projecto foi interrompido em 2002, reiniciado em 2006 e interrompido de novo em 2008, chegando à sua fase de conclusão apenas em 2013. A par do empreendimento citado, é ainda feita a tentativa de reanimar os quiosques implementados na década de 90, mas sem sucesso. É então decidido que dos 44 quiosques inicialmente instalados, ficam apenas 13.

O largo prossegue, então, a sua busca pelo reconhecimento como praça.

## **2) Reflexões sobre o percurso histórico da Praça do Martim Moniz**

Chegamos então à actualidade com uma história de insucessos, incompletudes e indefinições que contam mais do que a história de um lugar, de um largo e de uma praça.

Ora inserida na área da Mouraria, ora fazendo parte do plano da Baixa, a Praça do Martim Moniz tornou-se um espaço intersticial entre a ‘cidade moderna’ e a ‘cidade tradicional’, simbolizando ao longo dos tempos a indefinição que pauta a própria cidade na sua constituição física e identitária. Hoje, palco de uma nova encenação urbana, busca uma identidade híbrida que crie um contínuo entre a identidade atribuída à Mouraria – patrimonial, histórica e tradicional – e a identidade atribuída à Baixa Pombalina – racional, cosmopolita e moderna. Condição de pós-modernidade, a Praça do Martim Moniz continua em busca do seu lugar tentando desconstruir a imagem de “buraco” e “prega” de Lisboa. Efectivamente são inúmeros os autores que, na expectativa constante criada pelos sucessivos planos para o Largo, sublinham a sua desilusão com o resultado instável e incompleto das propostas iniciais:

É no Martim Moniz que se prova a enorme dificuldade em reconstruir na cidade os vários tecidos arrasados pelo camartelo. Não é só o valor do investimento a avançar, é também a complexidade de de novo inserir a população numa área ‘esvaziada’ de conteúdos sociais e colectivos de modo instantâneo: agora, quem deve ir viver para o

“buraco”? E sobretudo, quem está interessado nisso? Os investidores parecem querer fugir ao imbróglio, como a dificuldade na implementação desta nova proposta o vem comprovando. (Fernandes, 1989: 48)

A citação de José Manuel Fernandes contém vários elementos fundamentais para a análise da história que, de forma breve, se tentou anteriormente delinear. A definição da Praça sofreu, de um modo geral, as consequências de dois grandes factores de instabilidade. Por um lado, a persistente variação entre intervenções de iniciativa municipal e de iniciativa privada. Por outro lado, e de certa forma como consequência, um conflito estrutural (até uma contradição em múltiplos planos) entre a ‘cidade espontânea’ e a ‘cidade planeada’. O papel que o planeamento da Câmara Municipal teve em todo este processo condicionou a história desta zona urbana, começando desde logo pelas sucessivas encomendas de estudos, seguidas da sua imediata interrupção ou constrangimento.

Mas as questões que devem ser equacionadas no que diz respeito à reflexão sobre o planeamento parecem ir além dos seus progressos e retrocessos. Deveremos, por exemplo, considerar a hipótese de um dos principais motivos de instabilidade poder ser a própria definição do papel do planeamento: quem deve planear a cidade? Em que moldes? Para quem? Sob que paradigma? Do quê e de quem é que é representativo?

Dos momentos que foram realçados no percurso histórico da Praça, verificamos que, embora as decisões do poder central influenciassem indubitavelmente as vivências e apropriações do espaço urbano, a noção de planeamento concertado e com a quase exclusiva supervisão da Câmara só veio a existir nos anos 40 do século XX. No arrabalde muçulmano, a isenção de jurisdição eclesiástica permitia a manutenção das dinâmicas culturais e sociais que se reflectiam na construção do espaço físico. Mesmo com a ordem de expulsão dos mouros e judeus dada por D. Manuel I, as estruturas espaciais foram-se moldando progressivamente às novas relações sociais e económicas que nasciam, então já com uma maior presença de cristãos no espaço. E ainda, com a construção dos palácios e edifícios religiosos na Mouraria que se seguiram à destruição de algumas estruturas básicas mouras após o edital de expulsão, a tentativa de higienização do espaço resultou numa mistura algo híbrida e discrepante entre essa realidade aristocrática e as ruas sinuosas que assim eram vividas e que sobreviviam desde a comuna moura. Embora as noções de racionalização do espaço, e consequentemente do social, estivessem sempre presentes, a inexistência de um planeamento concertado e centralizado deu origem a uma

grande diversidade de realidades, que estabeleciam relações fundamentais entre as actividades económicas, relações sociais e apropriações espaciais.

No entanto, sobretudo a partir do século XIX e na sequência de grandes utopias civilizadoras, quando o planeamento urbano começa a impor-se e, mais tarde, com (ou para) a sedimentação de um Estado autoritário, o controlo centralizado do espaço passa a ser uma condição obrigatória. O que se impõe pensar, então, é de que modo este planeamento centralizado condiciona a apropriação individual do espaço e de que modo é que esse condicionamento afecta a própria rede económica e social que nele se instala.

No fundo, este planeamento centralizado veio sublinhar a premissa segundo a qual existe um modo de estar e ser que é melhor para o colectivo e que deve ser implementado pelo Estado central à população alargada, enquanto paradigma dominante. Segundo esta perspectiva, haveria um modo de fazer cidade e a cidade constituiria um todo que poderia ser pensado com uma perspectiva ou utopia que lhe seria aplicada através de políticas sociais, urbanas, jurídicas, etc.

A propósito da importância do Município na gestão desta utopia, afirmava Agostinho José Fortes, vereador da Câmara Municipal de Lisboa em 1909:

A ninguém, ainda que só medianamente lido, é hoje lícito ignorar que o municipalismo constituiu a solida base da nacionalidade portuguesa. Alexandre Herculano, com a sua autoridade de sabedor inexcedível, assim o asseverou e comprovou, e em sua esteira teem caminhado e hão-de caminhar todos aquelles a quem o estudo das cousas da nossa terra muito interessa como ponto de partida indispensavel para uma remodelação scientifica e racional do nosso modo de sêr, como elemento politico e social, que somos do grande conjunto humano.” (Fortes, 1909: 3)

Por outro lado, Augusto Vieira da Silva, embora defendesse em diferentes momentos, nomeadamente no que se referia à reconstrução pombalina, um “plano metódico, confortável e higiénico” e afirmasse que os planos de urbanização que dotavam Lisboa de avenidas, praças e jardins, de palácios e prédios modernos, davam à cidade um “aspecto desafogado, alegre e atraente”, ao mesmo tempo referia-se à Câmara Municipal da seguinte forma:

[No âmbito da apresentação de uma proposta que, visando atenuar os riscos de incêndio e facilitando o acesso às propriedades individuais, proibia a colocação de vasos de flores nas varandas que poderiam ser usadas pelos

bombeiros]

A Câmara Municipal, é claro, acolheu logo o alvitre às mãos ambas, como os poderes públicos, acolhem todas as medidas que tenham por objectivo cercear a liberdade individual, ou prejudica-la na maneira de gozar a sua propriedade [...]. Em todos os países civilizados se consentem flores nas varandas, terraços ou balcões; é incontornável a contribuição que em geral prestam à estética das cidades, e a satisfação que causam àqueles que as cuidam (Vieira da Silva, 1985: 9).

O papel que a iniciativa municipal e que a iniciativa civil devem ter na construção do espaço urbano foi sempre motivo de debate de uma forma mais ou menos estrutural. Embora, de facto, possam representar duas posições ideologicamente e politicamente distintas, poderemos quase seguramente afirmar que, pelo menos quando falamos de uma cidade com a dimensão de Lisboa, as duas iniciativas não se poderão excluir e, pelo contrário, terão de existir de uma forma intimamente dialogante. Efectivamente, vimos anteriormente que esta assunção integra hoje os princípios teóricos da Câmara Municipal de Lisboa.

Intimamente ligada com o debate em torno do tema do planeamento, encontra-se a noção da *valorização*. Mais uma vez, a abordagem histórica atrás exposta é fundamental para compreender esta questão. Ao longo dos oito séculos podemos identificar, ainda que de uma forma geral, vários exemplos de inconstância nas valorizações atribuídas ao espaço da Mouraria. Nasceu como gueto – segundo J. M. Fernandes (1989), o primeiro gueto conscientemente criado pela cidade –, aquando do edital de expulsão promulgado por D. Manuel I, a Mouraria foi progressivamente abrindo portas não apenas aos cristãos de uma forma geral, mas aos palácios dos cristãos aristocratas, após o terramoto não foi alvo da intervenção pombalina por não haver sofrido graves danos, mas começa a degradar-se sucessivamente até chegar ao século XIX e XX como cancro da cidade, insalubre, marginal e incivilizado, objecto de demolições. Em meados do século XX, zonas como a Mouraria, passam a ser valorizadas pelo seu carácter histórico, patrimonial, tradicional e, como tal, turístico.

A cidade contemporânea reinventou os centros tradicionais e os *novos centros* transformando-os em *temas*, vocação que acaba por se sobrepor à sua condição de estruturas urbanas – centro histórico (do turismo), centro urbano (dos serviços), (...) centro comercial (do consumo), centro cultural (das culturas) (Grande, 2002).

Pode, talvez, dizer-se que dos ‘projectos-utopia’ para a cidade passava-se aos projectos atómicos e temáticos à escala do bairro.

A Praça do Martim Moniz, sempre uma candidata a algo novo que reflectisse cada contemporaneidade que a atravessasse, acaba por nunca se constituir com uma identidade própria, resultando num *entre*, contaminado com o que sobra da Mouraria “insalubre” e o que não sobra da cidade moderna, acabando por nunca estabelecer o seu processo próprio de valorização.

Outro elemento que ressalta da análise histórica efectuada é a constante procura da criação de uma *praça*. Desde o aparecimento do “buraco” até à constituição progressiva enquanto largo, podemos de facto verificar que praticamente todos os planos desenhados para o espaço do Martim Moniz propõem a criação de uma praça, aglutinadora de pessoas e nó de ligação entre a Almirante Reis (eixo fundamental enquanto via de ligação à restante cidade), Praça da Figueira, Baixa e Mouraria.

A constituição de uma praça é, sem dúvida, um elemento fundamental para esta análise norteando sempre os projectos de reabilitação, mas que até tarde ficou por construir. Para perceber o processo subjacente à procura e insucesso da sua constituição, será incontornável tentar compreender o conceito de praça para lá da sua morfologia. Por outro lado, é a praça que constitui o principal objecto de análise deste trabalho quer na reflexão do seu percurso, quer enquanto espelho de outras dimensões, nomeadamente sociais e culturais.

Curiosamente, a praça é, segundo José Lamas, um elemento morfológico das cidades ocidentais – por comparação, por exemplo, às cidades muçulmanas. Um dos elementos que a distingue em relação a outros espaços é a intencionalidade do seu desenho e existência de um “programa” (Lamas, 1994: 100). Partindo destas premissas, podemos compreender o facto de o espaço do Martim Moniz não se ter constituído enquanto praça e se ter mantido enquanto largo que, segundo o mesmo autor, define-se por ser de certa maneira um espaço accidental “vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que, com o tempo, foram apropriados e usados” (Lamas 1994: 102). Por oposição, a praça seria então um “lugar intencional de encontro, permanência, dos acontecimentos, de manifestação da vida urbana e comunitária de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquitecturas significativas” (*idem, ibidem*).

É, no entanto, evidente que a impossibilidade de se conceber o Martim Moniz

enquanto praça é problemática e dá azo a uma hierarquia de atributos definidores de espaços. Revela também uma certa imposição das visões arquitectónicas, distantes da realidade social. Ao mesmo tempo, concebendo a própria definição de praça como um programa, será importante perceber que discursos (normativos) o compõem.

A própria evolução histórica da praça transporta consigo problemas de definição quando a abordamos do ponto de vista funcional. Para além da sua componente estética, a praça acabava por funcionar como um canal de comunicação que enquadrava os elementos de encontro e convivialidade que habitualmente a definem. Por outro lado, estes mesmos elementos eram muitas vezes condicionados pelas actividades que nela se desenrolavam. O desaparecimento de determinadas actividades e a proliferação de outros canais de comunicação acabam por esvaziar a praça das suas funções iniciais obrigando a um novo processo de significação, naturalmente mais complexo, pois frequentemente desligado das necessidades sociais.

É talvez por estas contradições que José Tudela afirma que em Portugal a praça não adquire o sentido das praças europeias. Debruçando-se sobre os casos do Rossio e do Terreiro do Paço o autor critica as dinâmicas que em ambas se desenvolveram. Relativamente ao Rossio sublinha que apenas no início do século e na “época presente” este espaço tem cumprido as suas funções de “centro cívico, servindo como local de concentração para manifestações colectivas e comícios político-sociais” (Tudela, 1977: 2). Excluindo estes momentos, *apenas* serviria para “charneira de transportes públicos”, para parque de estacionamento” ou para “feira das vaidades” (*idem, ibidem*). Relativamente ao Terreiro do Paço, o autor critica o facto de as funções ministeriais terem imprimido um “certo carácter solene e divorciado da vida normal” (*idem, ibidem*).

Perante estas considerações, poderia contrapor-se o argumento que retirar “as funções ministeriais” do Terreiro do Paço contribui para o seu esvaziamento social ou que as manifestações políticas que tiveram lugar no Rossio poderão ser apenas uma das muitas formas de apropriação “cívica” do espaço, mas mais visíveis, porque mais institucionais e mediatizadas. Se considerarmos que a circulação, os transportes, o movimento, são uma marca indelével da contemporaneidade, o Rossio será um espelho fundamental da cidade contemporânea. A definição de praça é, efectivamente, tão complexa que, por exemplo, José-Augusto França defende, por seu lado, que até muito tarde apenas duas praças existiam em Lisboa – o Rossio e o Terreiro do Paço (França, 1997: 15).



Será ainda importante acrescentar que o espaço sem uma marca determinada e circunscrita não é sinónimo de uma noção pejorativa de *vazio*, pois este conceito resulta ele também de um processo subjectivo de valorização. Por outro lado, o que diz sobre um certo carácter orgânico que sempre pautou as praças, sofrendo mudanças consoante as dinâmicas sociais assim o exigiam? Em que medida *deverá* a praça definir-se por um programa em lugar de resultar de apropriações das gentes que nela circulam e a povoam?

Mais uma vez a Praça do Martim Moniz fornece algumas informações importantes para poder reflectir sobre esta questão. O insucesso atribuído aos quiosques instalados em 1997 é questionável, pois implica perceber sob que parâmetros se rege a medição do sucesso da sua implementação. Na verdade, nos anos seguintes, embora a vertente comercial da larga maioria dos quiosques não tenha vingado, podia observar-se, nomeadamente nalguns dos quiosques que sobreviveram – o *Crioula*, um quiosque com comida chinesa e o *Fava Rica* –, uma congregação em seu redor de grupos de pessoas que junto deles conviviam. A propósito de restaurantes chineses dedicados a uma clientela co-étnica, afirmava José Mapril que

Tanto neste como nos outros restaurantes [na Praça do Martim Moniz – incluindo o quiosque de petiscos – e na rua Duque de Loulé], as pessoas trocam informação e convivem, mantendo-se à parte do meio de acolhimento, e cultivando o fechamento nas suas características identitárias étnicas (Mapril, 2002: 277)

Por outro lado, podia ainda observar-se a apropriação do espaço para a realização de jogos diversos, como é o caso do críquete jogado por bangladeshis, paquistaneses ou indianos residentes na zona. É também importante acrescentar que, embora o plano mais alargado de comércio pensado pela Câmara não tivesse resultado, é impensável conceber a Praça do Martim Moniz sem pensar no comércio grossista e retalhista que já o definia. Quer dentro dos Centros Comerciais, quer nas ruas em redor da Praça, existiam diversas lojas de roupa e brinquedos, restaurantes ou supermercados pertencentes em larga escala a comerciantes imigrantes.

Assim, perante estas indefinições, só se pode perceber a busca incessante por um programa quando temos em conta outros propósitos, sejam aqueles que ao longo do tempo mais se fizeram notar – higienização, limpeza, resolução de apropriações marginais – seja pelo que Luiz Cunha identifica como “razões [que] militam em desfavor das praças à maneira antiga: a lógica capitalista que identifica o conceito de espaço útil com o de

espaço rentável em termos económicos leva a considerar o espaço urbano livre como espaço desperdiçado e logo economicamente inconveniente” (Cunha, 2001).

Após os sucessivos planos atrás expostos, e após as considerações até agora desenvolvidas, que plano poderia então ser delineado? É no entanto evidente que esta questão decorre da premissa segundo a qual *deverá* haver um programa para a praça e que a sua apropriação, tal como estava a acontecer, não é razoável. Esta premissa passa, mais uma vez, por tentar resolver problemas de insegurança, marginalidade e insalubridade, por capitalizar um espaço central no espaço da cidade e, resumidamente, passa por materializar um paradigma vigente de cidade.

### **3) A renovação da Praça do Martim Moniz na actualidade**

A intervenção na Praça do Martim Moniz é um dos processos de reabilitação que a Câmara Municipal de Lisboa pretende levar a cabo na cidade, no âmbito do *Plano de Intervenção da Mouraria*. Uma das estruturas centrais deste plano é o *Programa de Acção QREN Mouraria – As cidades dentro da cidade*, fruto de uma candidatura feita em 2009 ao Eixo 3 do Quadro de Referência e que diz respeito à “Coesão Social Política de Cidades / Parcerias para a Regeneração Urbana - Programas Integrados de Valorização de Áreas Urbanas de Excelência Inseridas em Centros Históricos” (*site* da CML).

Geograficamente este programa estende-se de sul para norte entre o Largo Adelino Amaro da Costa e o Largo do Intendente e contempla a intervenção em espaços públicos, o investimento em equipamento social direccionado para actividades com idosos e jovens, a revitalização da *Casa da Severa*, a criação de um Centro de Inovação da Mouraria, o apoio a projectos como o jornal *Rosa Maria*, a promoção de sessões de cinema ao ar livre, a criação de um percurso turístico-cultural da Mouraria, a reabilitação de edifícios, a criação da Oficina da Guitarra Portuguesa, a construção de um parque infantil e sénior, o apoio ao Edifício Manifesto ou à Cozinha Comunitária, a instalação da 1.<sup>a</sup> Divisão e Esquadra da P.S.P no Palácio Folgosa, as residências Erasmus no Largo do Intendente, a reabilitação de 36 fogos em edifícios de habitação municipais, a reabilitação da Igreja de São Lourenço, entre outras acções de carácter social e cultural. Estas acções encontram-se, não só ao abrigo do QREN Mouraria, como também ao abrigo de programas da Câmara

como o BIP-ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária) ou o PIPARU (Plano de Investimento Prioritário nas Áreas de Reabilitação Urbana).

Segundo o Presidente da Câmara, António Costa,

São estes projectos, a par da mudança temporária do meu Gabinete para o Largo do Intendente, que poderão gerar a confiança necessária para outras iniciativas e dar um contributo decisivo para a revitalização social da Mouraria. [...] Pretende-se tornar a Mouraria um território mais inclusivo, mais atractivo e mais seguro para todos. A Mouraria vai mesmo mudar para melhor! (site *Ai Mouraria*).

Tal como se disse anteriormente, a Câmara Municipal de Lisboa pretende ser um elemento mediador entre agentes culturais e sociais na promoção de projectos urbanos, em detrimento de deter ela própria a exclusividade da programação da cidade. Neste sentido, embora a CML possa promover directamente algumas das iniciativas acima descritas, a rede de parecerias que estabelece com associações, empresas e outras entidades é neste processo fundamental. Do ponto de vista institucional, além da mudança das instalações do Presidente da Câmara para o Intendente, foi criado um gabinete – Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria (GABIP Mouraria, Despacho 81/P/2011) – na dependência directa da presidência da Câmara, por forma a “garantir a articulação, não apenas a nível técnico, mas também a nível institucional, entre todos os serviços técnicos da CML, empresas municipais, Juntas de Freguesia e parceiros do PA [*Plano de Acção*] QREN Mouraria e do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria.” (site *Ai Mouraria*).

Para além da Câmara Municipal de Lisboa, encontram-se entre os parceiros deste *Plano de Acção* a Associação *Casa da Achada - Centro Mário Dionísio*, a Associação *Renovar a Mouraria*, a Associação de Turismo de Lisboa, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), o Instituto da Droga e Toxicodependência e as Juntas de Freguesias de Anjos, Graça, Santa Justa, São Cristóvão e São Lourenço e Socorro.<sup>23</sup>

É ainda importante lembrar a criação do Gabinete *Lisboa Encruzilhada de Mundos*, também na dependência directa do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (Despacho n.º 14/P/2010), uma vez que pretende desenvolver projectos que promovam a interculturalidade em Lisboa, de que o Festival *TODOS - Caminhada de Culturas*, iniciado em 2009, é o exemplo mais ilustrativo. Embora fosse uma iniciativa pensada

---

<sup>23</sup> Hoje, estas freguesias integram a freguesia de Santa Maria Maior, a Freguesia de São Vicente e a Freguesia de Arroios.

inicialmente para mudar de bairro a cada ano, acabou por se fixar nas zonas do Martim Moniz, Mouraria e Intendente, estendendo-se no último ano a São Bento e Poço dos Negros. O *Todos* criou ao longo dos últimos quatro anos uma programação variada com concertos, cinema, exposições, gastronomia, em parceria com a Academia de Produtores Culturais.

Tendo em conta este enquadramento, podemos perceber que a Praça do Martim Moniz integra um plano concertado para uma área geográfica alargada. Por outro lado, torna-se claro que, embora estejam envolvidas diversas entidades de carácter privado, a presença da Câmara é fundamental em todo o processo de intervenção, quer pela mediação que faz através dos seus gabinetes locais de proximidade, quer pela gestão dos concursos que permitem levar a cabo determinadas iniciativas, nomeadamente o *Mercado de Fusão*, que irei analisar de seguida.

Outro exemplo ilustrativo da existência de um plano concertado para a área da cidade aqui em estudo, é a recente proposta de reabilitação do Hospital do Desterro, fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa, a *Estamo* (empresa que gere o património imobiliário do Estado) e a *Mainside* (empresa fundadora do espaço *LX Factory*). Efectivamente, a CML considera esta reabilitação fundamental para o eixo de intervenção prioritário que se situa entre a Praça do Martim Moniz e a Praça do Chile:

António Costa referiu que o espaço vai servir de grande regeneração de todo aquele território: "se continuarmos a fazer este trabalho Martim Moniz acima, de um lado e de outro da colina, ao longo da avenida Almirante Reis, certamente recuperaremos para a cidade, muitos habitantes, muitos postos de trabalho e certamente seremos capazes de produzir mais riqueza para a cidade de Lisboa. (*site* da CML)

Por fim, importa realçar que todas estas intervenções servem como afirma Teresa Almeida (presidente da CCDR-LVT), a Estratégia de Lisboa anteriormente abordada (*site* da CCDR-LVT). Deste modo, constituem um objecto de análise primordial para a compreensão da cidade nos seus desígnios políticos.

### **3.1) Mercado de Fusão**

Antes de me dirigir ao ponto de encontro com o meu entrevistado, decidi deambular pela Praça do Martim Moniz com o intuito de reconhecer o meu território de estudo através de um olhar que confronte o espaço para além da condição de um mero transeunte. Contornando o rebuliço de entradas e saídas do Hotel Mundial, caminhei

em direcção à Rua Arco do Marquês do Alegrete, onde dezenas de turistas se perfilavam na paragem do eléctrico 28. Continuando em direcção à Capela da Nossa Senhora da Saúde, detive-me junto a um mapa alusivo à intervenção na Mouraria e que se desenhava sob o mote “Requalificar o passado para construir o futuro”.

Adiante, erguia-se o Centro Comercial da Mouraria cuja actividade comercial se encontrava em pleno desenvolvimento por entre consumidores e descargas de produtos. Atravessando a Rua da Palma e a Rua de São Lázaro, um pouco mais de rebuliço junto à entrada do Centro Comercial do Martim Moniz.

Recordo-me dos planos de construção destes edifícios e dos inúmeros planos que se desenharam para esta Praça visando colmatar os vazios deixados pelas demolições da “baixa Mouraria”. Por entre os edifícios da EPUL que se seguem ao Centro Comercial, ainda se encontram vestígios destas demolições, escombros que se somem com o ultimar da construção das novas habitações da empresa da Câmara. As memórias das destruições são agora substituídas pela esperança da atracção de novos moradores e profissionais para as residências que “têm vista para o fado” da Mouraria, como ilustra o enorme cartaz suspenso na fachada dos prédios da EPUL.

Cheguei de novo ao Hotel Mundial para entrar naquele que é o epicentro deste percurso, ponto de ligação entre as memórias do “buraco de Lisboa”, entre as tentativas da sua requalificação, entre as frescas esperanças de revitalização da vida desta zona de Lisboa e onde desenvolve as suas actividades o *Mercado de Fusão*. Os canteiros que ladeiam a placa central da Praça encontram-se repletos de grupos de imigrantes que confraternizam em torno de almoços improvisados e bebidas ainda envoltas nos sacos de plásticos que provavelmente as transportaram das mercearias ou supermercados onde foram comprados.

Passados os repuxos de água e a “muralha medieval”, avistam-se dois “casulos” pintados por artistas convidados pela gestão do *Mercado*. Dentro de um destes casulos podem ver-se alguns jornais abertos no chão e uma garrafa de vinho vazia. Algumas pessoas descansam em cadeiras disponibilizadas pelo *Mercado de Fusão* e, um pouco mais à frente, alguns grupos ocupam as mesas dos quiosques iniciando a hora de almoço, vindo possivelmente de escritórios próximos. Alguns dos quiosques ainda se encontram, no entanto, fechados.

O topo da praça, junto à Rua da Palma, está vazio, apenas pontuado por uma presença aqui e ali descansando nas cadeiras de encosto que aí se encontram dispostas. Ouve-se música de fundo e pelas 13h um homem com uma *t-shirt* na qual se lê “Dragon Square” começa a colocar almofadas nos bancos do *Mercado de Fusão*. (Notas do diário de campo no dia 26 de Julho de 2013 )

Uma enorme tenda ocupa a zona sul da placa central da Praça onde se vendem artigos tradicionais provenientes de diversas regiões do país.

Em frente, crianças e jovens brincam nos repuxos de água. Nos bancos e muros da praça, como noutros dias, grupos de pessoas consomem produtos comprados em supermercados. As esplanadas dos quiosques estão cheias, destacando-se a presença de turistas, jovens (Erasmus, estudantes?), consumidores que se diferenciam de quem usufrui nos bancos de outro tipo de consumo. Todos, no entanto, assistem ao concerto que se realiza junto à cabine do *DJ* coberta de panos coloridos. Algumas crianças cruzam a Praça dentro de *karts* que um dos quiosques disponibiliza. Nas traseiras do quiosque do Ali um grupo de indianos e bangladeshis conversa e come sentado no muro.

Um homem caminha nos canteiros que ladeiam a placa central da Praça em direcção às roupas que estendeu nos arbustos. (Notas do diário de campo no dia 10 de Agosto de 2013)

Em Outubro de 2011 a EPUL (empresa que tutela a Praça do Martim Moniz) e a Câmara Municipal de Lisboa estabeleceram um protocolo que visava dar início ao processo de requalificação da Praça do Martim Moniz. Na sequência deste protocolo foi lançado um concurso para a concessão de exploração dos quiosques da Praça (aí instalados durante o processo de renovação de 1997) e que reuniu apenas uma proposta, vinda da empresa NCS – *Número de Ciclos por Segundo*. Surge então o *Mercado de Fusão*, que é descrito pela NCS da seguinte forma,

Mercado de Fusão: Na Praça do Martim Moniz provam-se sabores do Mundo e respira-se cultura. A premissa de partida é que este seja um espaço dinâmico, ponto e ponte de contacto através da gastronomia, intervenções artísticas, instalações, cinema, exposições, workshops, música, feira e muita animação. Todo o projecto se desenrola à volta dos 10 quiosques de comida do mundo: podemos encher a alma e aliviar o espírito com as mais tentadoras iguarias daqui e d'além mar. Cores e cheiros que nos fazem viajar desde a China à Argentina, do Japão ao Brasil com paragem obrigatória por África e Bangladesh. Os petiscos portugueses também tem lugar marcado nesta espiral de sabores” (*site da NCS*).

A NCS, já detentora de outros programas na cidade – o clube *Faktory* que se encontra, a par da sede da empresa, no espaço da *Lx Factory*, o Festival *OutJazz* e a renovação da zona nocturna do Cais do Sodré – decidiu explorar a Praça do Martim Moniz para dotar a cidade de um conceito que considerava não existir ainda em Lisboa: usar a multiculturalidade da zona e da envolvente para criar uma oferta diversificada ao nível da cultura gastronómica e artística. Pretendiam assim que os seus conteúdos fossem “abertos, multidisciplinares e culturalmente diversificados” (entrevista com responsável pelo *Mercado de Fusão*).

Quando questionada sobre como poderia o *Mercado de Fusão* responder aos interesses da autarquia, a responsável pelo mesmo afirma que seria um projecto de todo o interesse, uma mais-valia para a cidade pois permitira revitalizar e criar uma imagem forte numa zona extremamente estigmatizada, associada às “franjas da sociedade”, isto é, ao “pólo de atracção de tudo aquilo que o resto da cidade não queria” (*idem*).

A par dos objectivos traçados pelos outros projectos da empresa, também este pretende renovar e aproveitar um espaço, mantendo os seus “traços originais”, mas “catapultá-los para uma nova lógica”, “se calhar, outra vez para aquilo que são os roteiros turísticos ou sítios a frequentar” (*idem*). Assim, refere a responsável que “a ideia foi aproveitarmos uma praça central com um potencial enorme a nível de turismo, e não só,

porque não nos interessa apenas o turista. Interessa-nos chamar os lisboetas que não têm espaços onde possam usufruir de várias ofertas diversificadas” (*idem*).

Por outro lado, o responsável pela empresa, que pretende ainda criar um bar no topo do Centro Comercial do Martim Moniz e que já estabeleceu contactos com outros investidores interessados em criar negócios nesta área, encara a iniciativa como parte de um todo para esta zona da cidade no âmbito da criação de um “distrito” urbano à semelhança de outros bairros europeus como é o caso Raval em Barcelona. Coadjuvado pelas zonas próximas da Baixa, Terreiro do Paço e Chiado, pretende colocar o Martim Moniz (e Lisboa) no “mapa mundial”<sup>24</sup>.

### 3.1.1 Os quiosques

Os quiosques que constituem o elemento central do *Mercado de Fusão* compreendem dez estabelecimentos com uma oferta gastronómica que pretende espelhar as diferentes origens culturais que habitam o bairro. A empresa tinha como objectivo inicial ocupar três destes quiosques com pessoas da zona e os restantes sete com “sangue novo” (entrevista com responsável pelo *Mercado de Fusão*). Deste modo propôs aos três comerciantes que já tinham negócios na Praça, aderirem ao novo projecto. A comerciante responsável pelo espaço de comida africana não aceitou integrar o programa e abandonou o seu estabelecimento por achar que este teria menos rentabilidade, mas exigiria mais trabalho, uma vez que os quiosques não têm actualmente dias de fecho e funcionam num horário alargado (das 11h às 22h). Para um segundo quiosque, a empresa contactou um responsável da mesquita da comunidade do Bangladesh, que sugeriu as pessoas que viriam a ocupar o quiosque *Kebab Ali House*. Para outro quiosque fizeram a proposta a um comerciante de origem indiana que havia fechado o seu restaurante e que se mostrou disponível para integrar o projecto, acabando, no entanto, por não acontecer. Finalmente, contactaram o comerciante de origem chinesa que já se encontrava na zona e que, apesar de recusar a proposta, indicou o nome de outra pessoa que detém actualmente dois dos quiosques presentes na praça. Ficariam, assim, estabelecidos os três quiosques pensados inicialmente para os habitantes da zona - *Kebab Ali House*, *BBQMM* e *BBTMX*.

---

<sup>24</sup> Informações obtidas nas entrevistas dadas pelo responsável da empresa aos programas televisivos *É a vida Alvim* (TVI, 12 de Junho de 2013) e *Rumos* (RTP, 30 de Maio de 2012).

Os restantes quiosques foram ocupados por pessoas da rede de contactos da própria empresa em função das cozinhas que essas mesmas pessoas já desenvolviam e que deveriam ser representativas das ‘cozinhas do mundo’, não se podendo repetir entre si. Estes quiosques deveriam respeitar o conceito proposto pela empresa (sobretudo no que diz respeito à coerência que teriam de estabelecer com o país ou zona que representassem), embora pudessem ter alguma autonomia nas ementas estabelecidas, discutidas hoje em reuniões mensais que a NCS realiza com cada um.

Assim, existem hoje na praça diversas recriações de imaginários gastronómicos representados em cada quiosque. O *Fusion by Viriato Pã* fornece comida e *cocktails* cuja imagem se cria em torno do conceito de “fusão” – pretendendo representar diversos “sabores do mundo” através de uma associação entre tradição e modernidade (*site* da NCS). A *Preta* apresenta-se como um quiosque “tropical”, pretendendo representar o universo africano, embora integre outros produtos que pertencem a outros imaginários gastronómicos, nomeadamente o hambúrguer (*ibidem*). O *Botequim do Moniz* usa o Rio de Janeiro como inspiração da sua oferta, nomeadamente com os pães de queijo, os *chops*, o açaí, a caipirinha, entre outros (*ibidem*). O *Wasabi* vende produtos da gastronomia japonesa, sobretudo o *sushi*, tendo o intuito de a popularizar (*ibidem*) através de preços mais acessíveis. O *Erva* aposta na “comida saudável com vertente vegetariana, *vegan* e macrobiótica” (*ibidem*). O *Xico Experto* oferece “petiscos portugueses”, realçando na sua divulgação a trilogia de salada de polvo, de grão e picadinha de entremeada ou a típica bifana” (*ibidem*). Por fim, *El Cartel* representa “os sabores sul-americanos” através, por exemplo, do ceviche (*ibidem*).

Relativamente aos três quiosques que pretendiam representar a população local, o quiosque *Kebab Ali House* é descrito através de um conjunto diverso de referências geográficas, como ilustram as chamuças, os *kibs*, os *kebabs*, os *falafels* ou o *lassi*. O *BBQMM* é sobretudo identificado pela venda de bebidas, desde “sumos, granizados e batidos exóticos” aos “cocktails e os duplos e triplos shots”. O *BBTMX* apresenta-se como a autêntica representação do imaginário asiático, da seguinte forma: “A Ásia está mesmo no Martim Moniz! [...] Encontre aqui os autênticos sabores da China: onde a saúde e o bem-estar estão em sintonia” (*ibidem*).

Embora os quiosques remetam para uma certa essencialização da cultura, pelo facto de pretenderem reflectir um determinado contexto geográfico-cultural, todos criam uma



oferta que assenta sobretudo no conceito de “fusão”. Este conceito parece ser promovido como facilitador da procura – como mediação para melhor adaptação ao contexto do consumo. Um dos quiosques que reflecte com particular clareza esta situação é o *Kebab Ali House*. O quiosque propõe, assim, uma oferta “árabe e indiana” e, de acordo com o conceito proposto pela NCS, pretende representar a comunidade do Bangladesh. Se nos detivermos nos conceitos “árabe” e “indiano” podemos inferir que nenhum abrange efectivamente aquele país. Embora se possa considerar que a influência da Índia é fundamental<sup>25</sup>, uma vez que o Bangladesh é praticamente todo rodeado por este estado, o conceito de “árabe” não parece estabelecer uma relação directa, se considerarmos que se refere à zona do Magreb e ao Médio Oriente. No entanto, são de facto estes dois referentes que enquadram a oferta gastronómica que se pauta sobretudo por chamuças, *döner kebab*, mas também *kibes*, com origem no médio oriente, mas igualmente difundido em larga escala no Brasil, consequência da imigração. É importante notar que o *döner kebab* é, já de si, um produto da imigração turca na Alemanha, uma adaptação ao contexto do país de acolhimento. Por fim, se considerarmos que dois dos trabalhadores deste quiosque são muçulmanos, seria de esperar que não houvesse oferta de produtos alcoólicos. No entanto, tal como explica um desses mesmos trabalhadores, se não proporcionassem esta oferta não chegariam ao público mais jovem. Da mesma forma, os *kibes* (a par com as caipirinhas) parecem ser produtos com grande aceitação e reconhecimento, pelo que constituem uma aposta segura para garantir o consumo. Estas aparentes contradições espelham dois factores fundamentais: por um lado, o facto das culturas gastronómicas constituírem tradições inventadas, situadas num determinado tempo e espaço que as moldam de diferentes maneiras; por outro lado, o facto de as apropriações condicionadas dos imaginários gastronómicos se regerem por factores variados, sendo que o factor económico (mediado pela aceitação e procura) assume uma particular relevância.

De facto, os produtos, a apresentação e os temperos de inúmeras comidas confeccionadas por imigrantes para o público do país de destino, são muitas vezes mediadas pelo que se considera que vai ser mais facilmente aceite por esse mesmo público. Podemos, inclusive, observar frequentemente a coexistência de dois menús num mesmo espaço comercial, destinando-se um ao público em geral e outro à comunidade migrante que representam. Na verdade, quando questionados sobre a razão pela qual não

---

<sup>25</sup> Note-se que trabalham neste quiosque imigrantes oriundos do Bangladesh e da Índia.

serviam comida especificamente do Bangladesh, os trabalhadores responderam que as suas refeições são consumidas “à mesa” e que o quiosque não tem cozinha, pelo que não permite esse modo de consumo.

Já detentores de outros dois espaços em Lisboa (na zona do Conde Barão e na Rua Vicente Borga), os trabalhadores deste quiosque já têm experiência do que podem vender para assegurar a continuidade do negócio. Efectivamente, o negócio é a medida de avaliação do sucesso deste projecto, tal como sublinharam os três entrevistados quando questionados se a Praça do Martim Moniz tinha mudado para melhor. Na verdade, não conhecendo a Praça antes da remodelação, o trabalhador<sup>26</sup> que se encontrava no dia da entrevista em funções, atribui o sucesso do quiosque ao consumo por parte do público. Da mesma forma, o amigo que serviu de tradutor e que já se encontra em Portugal há 14 anos (tendo ele próprio um restaurante de comida indiana), refere-se igualmente à praça enquanto local de negócio.

Um pouco mais adiante, no *Xico Esperto*, a oferta que nos é apresentada compõe-se de um leque de petiscos tradicionalmente associados ao receituário português como o caldo verde, salada de polvo, queijo de Azeitão, pastel de nata, entre outros. No entanto, há outros produtos que se distinguem e que, mais uma vez, reclamam pelo conceito de “fusão”. É o caso do leitão e porco preto servidos em pão pita. Por outro lado, alguns dos pratos vendidos, embora contenham produtos ‘portugueses’, promovem associações entre elementos que, no imaginário do receituário nacional, não se encontram tradicionalmente associados, como é o caso do pão com chouriço e farinheira. Outros produtos, como o *crumble* de maçã distinguem-se com mais clareza da ‘gastronomia portuguesa’, mas há ainda os que sublinham a sua portugalidade como é o caso da cereja *do Fundão*. Por fim, e mais uma vez, podemos encontrar entre a oferta de bebidas alcoólicas a caipirinha brasileira.

Parece, pois, que ao ‘tradicional’ menú português é adicionado um valor – exótico, original, internacional, autêntico – que torna excepcional ou nobilita o seu consumo. Efectivamente, não parece que o quiosque queira reproduzir exactamente o imaginário português, mas usá-lo como referente de um consumo diferente. Uma vez mais, a construção da cultura gastronómica sofre processos de selecção e mediação em função de um consumo cosmopolita, capaz de se adequar a um contexto globalizado e competitivo

---

<sup>26</sup> A relação que este trabalhador tem com a Praça decorre apenas do tempo que se encontra ao serviço no quiosque, uma vez que vive em Portugal apenas há 3 anos e reside no Cais do Sodré.

em que o consumidor possa obter produtos diferenciados e que lhe proporcionem uma experiência distinta.

Logo ao lado, um funcionário nepalês, que se encontra em Portugal apenas há um ano, promove a comida japonesa sob a forma de *sushi*, *temakis* e outros produtos que aprendeu a confeccionar com o irmão (*chef* de profissão). Assegura que o interesse pelo *sushi* em Portugal é único, referindo-se aos portugueses como um público especialmente atraído por estes produtos. Quando questionado sobre o facto de ter como única bebida japonesa o *sake* e sobre o facto de ser a caipirinha que merece mais destaque, afirma que esta situação se deve à difusão que os produtos brasileiros adquiriram no público em geral e pelo facto de ser a melhor bebida para se consumir no verão.

Estes exemplos permitem, desde já, tecer algumas considerações sobre a oferta gastronómica da praça. Tal como o nome desse conjunto de quiosques indica, a “fusão” – entre tradição e modernidade – é o mote da oferta, remetendo para valores que permitem tornar única a experiência do consumidor. A localidade da “cereja do Fundão”, a internacionalidade dos “verdadeiros sabores da China” ou as recriações das bifanas servidas em pão pita, permitem que o cliente possa consumir o cosmopolitismo e multiculturalismo que consolidam a marca que tem vindo a distinguir esta Praça. No entanto, esta oferta chama igualmente a atenção para o facto de o consumo não ser necessariamente movido pela experiência “autêntica” de um determinado contexto cultural, sobretudo se considerarmos que a multiculturalidade já constituía o factor distintivo desta praça, previamente à abertura do *Mercado de Fusão*. Neste sentido, uma maior adesão ao consumo dessa mesma multiculturalidade, associada às novas iniciativas da Praça, deverá ser equacionada à luz dos valores que lhe estão hoje associados e que estão intrinsecamente ligados a uma construção mediada de cosmopolitismo – mediada por questões de segurança, de higiene, de consumo saudável, de consumo étnico, de modernidade, entre outros rótulos.

### **3.1.2 A feira**

Aos sábados é organizada uma feira que preenche as tendas que se encontram vazias durante a semana. Inicialmente a empresa pretendia trazer à praça as mercearias da zona que representassem a multiculturalidade que lhe está associada. No entanto, a execução

deste projecto revelou-se mais difícil do que o esperado e a feira acabou por assumir outra forma, que a NCS define do seguinte modo:

A Feira Semanal do Mercado de Fusão é ideal para quem gosta muito de viajar – aqui podemos encontrar quase tudo: artesanato urbano, produtos biológicos, mercearias do mundo, roupa vintage, 2ª mão, produtos artesanais, livros, instrumentos étnicos, frutos secos a granel, marcas de referência em fim de colecção, antiguidades e muito mais dão o mote para vários fins-de-semana temáticos ao longo do ano. Este é também um espaço de acção solidária, de humanitária e de inclusão social: Associações, ONG's e Instituições divulgam o seu trabalho e envolvem quem passa nas suas causas" (*site da NCS*).

Note-se que, tal como acontece nos quiosques, a rotulação dos produtos adquire um considerável relevo. A Feira não permite apenas o consumo de determinados objectos. Consumi-los proporciona também o acesso ao seu valor simbólico – (artesanato) urbano, (produtos) biológicos, (mercearias) do mundo, (roupa) *vintage*, etc.

A selecção das ocupações das tendas desta feira é feita pela NCS, de modo a estar de acordo com o conceito com que pretendem identificar todo o seu projecto. Dentro deste conceito, afirma o responsável pela empresa, que não pretende expor apenas “cultura do mundo”, mas também o que existe de “alternativo”, nomeadamente lojas do Bairro Alto e Baixa (RTP, 30 Maio de 2012).

### **3.1.3 A Música**

Toda a programação cultural é feita pela responsável do *Mercado de Fusão* e por uma colaboradora, de acordo com alguns critérios de selecção. Por um lado, pretendem apresentar música diversificada, sons que sejam um “bocadinho alternativos”, “que nos remetam para outros ambientes que se calhar têm muito a ver connosco e têm muito a ver com a envolvente”, “sons um bocadinho ligados à diáspora” (entrevista com responsável pelo *Mercado de Fusão*). Por outro lado, impõem algumas condicionantes, sobretudo no que diz respeito a músicas que possam perturbar os residentes ou os hotéis, dos quais já receberam algumas queixas.

Os momentos musicais desenrolam-se maioritariamente com a presença de *Dj's*, que ocupam a cabine que se encontra na parte superior da praça. No entanto, em dias de feira, pode assistir-se também à actuação de bandas ao vivo. Nos dias de actuações, consoante a

banda que está presente, observa-se uma maior concentração de pessoas no *Mercado de Fusão*. No entanto, muitas das pessoas assistem apenas do muro que ladeia a praça, não se sentando nas esplanadas dos cafés onde teriam de consumir. Inclusive, é igualmente frequente, nestes e noutros dias, encontrar pessoas no muro ou nos espaços ajardinados consumindo bebidas e produtos alimentares comprados em lojas fora da Praça.

### 3.1.4 Outros eventos

A empresa pretende tornar a Praça do Martim Moniz numa plataforma cultural que seja abrangente nas expressões culturais e artísticas que apresenta. Assim, convidam artistas que se queiram dar a conhecer através da exposição de peças emblemáticas que os representem. A primeira exposição que organizaram, embora tivesse sido pensada para estar temporariamente no local, perdura até hoje<sup>27</sup> e encontra-se exposta em cada quiosque sob a forma de fotografias<sup>28</sup>. Cada fotografia representa uma pessoa que parece ter diferentes origens culturais. Segundo a responsável do *Mercado de Fusão*, estas imagens tornaram-se um emblema da praça. Outra exposição que ainda se pode ver são as fotografias do projecto *All Around Us*<sup>29</sup>, que consiste na exposição de fotografias de comerciantes da zona colocadas nos muros da praça.

O dragão<sup>30</sup>, feito com materiais reciclados que se encontra no centro da praça, foi escolhido por remeter para a comunidade chinesa presente nesta área (entrevista com responsável pelo *Mercado de Fusão*). A autora da peça criou ainda uma árvore de natal com seis metros de altura decorada com panos de origem africana e que entretanto foi encurtada, servindo agora de cabine de *Dj*. Na zona da praça que faz ligação com a Rua da Palma, podemos ainda encontrar uma escultura, maioritariamente feita em ferro e materiais reciclados, que representa um galo<sup>31</sup>. Do lado do Hotel Mundial, estão expostos dois “casulos” que vão sendo pintados ciclicamente por artistas de comunidades africanas. Da mesma forma, as cadeiras que se encontram nas tendas centrais, são objecto de intervenções artísticas variadas.

---

<sup>27</sup> Afirmo a responsável pelo *Mercado de Fusão*, que esta exposição se pôde manter devido à ajuda da vigilância constante da Praça, feita através de câmaras de filmar.

<sup>28</sup> Da autoria de Joel Santos.

<sup>29</sup> Da autoria de Gonçalo Gaioso.

<sup>30</sup> Da autoria de Daniela Ribeiro.

<sup>31</sup> Da autoria de Rui Miragaia.

Por fim, podemos ainda verificar que nos canteiros dos bambus que ornamentam a praça, estão inscritos poemas de vários autores como Ary dos Santos, Alberto Caeiro, entre outros.

Para além dos eventos artísticos, está ainda implantado na praça o quiosque *Fun Track* que aluga aos visitantes *karts* a pedais, pranchas de *street surfing*, trotinetes, *skates* e patins.

### **3.2 Em redor da Praça**

Expostas as linhas gerais da proposta da NCS, considero que não se pode pensar a Praça, enquanto objecto de renovação, sem pensar no espaço circundante e nas dinâmicas que se estabelecem em seu redor. Tal como foi dito anteriormente, a Praça do Martim Moniz é parte integrante de um plano de intervenção mais alargado e concertado que importa analisar.

Assim, para além das iniciativas que decorrem na Mouraria e no eixo da Avenida Almirante Reis, é importante abordar brevemente a envolvente da placa central da Praça.

No extremo noroeste da Praça, desembocam a Rua de São Lázaro e a Rua José António Serrano, que ladeiam o hospital de São José, a Rua da Palma, que se estende até à Avenida Almirante Reis, e a Rua Fernandes da Fonseca que dá acesso a algumas das ruas mais emblemáticas da Mouraria, como é o caso da Rua do Bemformoso e da Rua da Mouraria. Esta área recorda a importância estratégica da localização da Praça do Martim Moniz enquanto local onde desembocam outros eixos de intervenção urbana.

De cada lado da praça, erguem-se os Centros Comerciais do Martim Moniz e da Mouraria, ambos albergando uma enorme variedade de comércio grossista que é maioritariamente gerido e frequentado por populações imigrantes. Ao lado do Centro Comercial da Mouraria encontra-se a Capela da Nossa Senhora da Saúde e um pequeno largo que dá entrada para a Mouraria, onde se pode ler num cartaz colocado num prédio em obras “Requalificar o passado para construir o Futuro”. Neste mesmo cartaz, o passeante pode informar-se sobre as diversas intervenções que estão a ser levadas a cabo na Mouraria e que se encontram dispostas num mapa, servindo esta apresentação, não só como suporte informativo, mas também como percurso. Um pouco mais adiante encontramos um edifício (na continuidade do antigo Palácio dos Aboim) que alberga um

restaurante, os escritórios da EPUL e do *Ai Mouraria*, pequeno comércio, entre outras actividades. Junto a este edifício podemos ainda dar conta de uma enorme movimentação que se estabelece entre o Hotel Mundial e a paragem do eléctrico 28, que remete uma vez mais para a centralidade da Praça, sobretudo no que diz respeito à sua inscrição nos principais percursos turísticos da cidade. Junto ao Centro Comercial do Martim Moniz erguem-se os edifícios da EPUL Jovem que, ainda em obras, estão cobertos por um cartaz no qual se destaca uma fotografia da fadista Carminho e que anuncia “Tenha uma casa com vista para o fado”. Este empreendimento destina-se sobretudo aos mais jovens, estabelecendo uma faixa etária (entre os 18 e os 39) susceptível de ser compradora.

Este empreendimento é particularmente importante no enquadramento do projecto que se desenvolve na praça, devido às múltiplas relações que estabelece com esta e com a restante envolvente em vias de reabilitação. Assim, para além da “vista para o fado”, estas habitações são apresentadas como estando inseridas no “Martim Moniz. Baixa de Lisboa. Uma nova centralidade” (*site* da EPUL). Proporcionando o acesso à “renovada Praça Martim Moniz, agora com 300 lugares de esplanada, as Residências Martim Moniz desafiam-no a uma nova forma de vida, próxima do que é importante” (*ibidem*). Por fim, propõe “Uma vida familiar tranquila, com fácil acesso à enorme oferta cultural e de lazer da Cidade e a uma ampla rede de transportes públicos, com a comodidade de poder usufruir de estacionamento privativo” (*ibidem*). Estes empreendimentos completam os desígnios políticos para a Praça, uma vez que, para além da atracção de profissionais, consumidores e turistas, pode agora atrair também mais residentes.

#### **4) Reflexões sobre a Praça do Martim Moniz na actualidade**

Por agora, as considerações que se poderão tecer prendem-se sobretudo com o processo (em lugar do produto) de implementação da actual proposta de renovação da Praça do Martim Moniz, quer no que diz respeito ao *Mercado de Fusão*, quer no que concerne à sua envolvência. Pelo facto do *Mercado* apenas ter iniciado as suas actividades em Junho de 2012, parece precoce analisar os impactos desta proposta, de acordo com os objectivos de regeneração desta área da cidade visados nos documentos estratégicos da Câmara Municipal de Lisboa. O mesmo se aplica à ocupação dos prédios da EPUL (ainda não concretizada) e ao carácter relativamente recente do próprio *Plano de Acção* da

Mouraria.

Eleita pela revista *Time Out* “ideia do ano 2012” (*site da Time Out*), a renovação da Praça do Martim Moniz foi amplamente comentada em diversos meios de comunicação, nomeadamente, naqueles que se citam abaixo:

Quem não foi (ou ainda não foi) de férias para fora de Lisboa, já reparou decerto na mudança que começa a fervilhar num dos mais emblemáticos espaços da cidade: a Praça Martim Moniz. [...] Conhecido desde sempre pela sua miscelânea étnica, com mistura de sabores longínquos, lojas diferentes, aromas doces e acres e a sua potencialidade única, a nossa própria “ChinaTown” tem agora a atenção que merece ([http:// www.ruadebaixo.com/mercado-de-fusao.html](http://www.ruadebaixo.com/mercado-de-fusao.html)).

A praça do Martim Moniz, que se torna mais trendy a cada dia que passa, acolherá em breve cerca de 40 bancas que reúnem roupa, artesanato, arte, design e produtos de várias origens exóticas. [...] O ambiente descontraído e alternativo já tão próprio do Martim Moniz vem ao de cima nos fins de semana deste verão, em que o permanente Mercado de Fusão ganha uma nova vida (<http://www.maxima.xl.pt>).

O coração cosmopolita da cidade, onde cabem todas as culturas do mundo, foi renovado. O novo Mercado de Fusão instalou-se na Praça do Martim Moniz trazendo uma lufada de ar fresco que deverá ser a ponto de partida para a reanimação desta zona quase esquecida pelos lisboetas. [...] No meio, a junção destes mundos. Da modernidade e da tradição, da identidade nacional e da total mistura de costumes e culturas. É aqui que fica o Mercado de Fusão: no centro dessa Lisboa, Cidade da Tolerância (<http://escape.expresso.sapo.pt>).

Um ano depois, há vida no Martim Moniz (<http://www.dinheirovivo.pt>).

A praça ganhou novo visual, os ‘inquilinos’ antigos juntaram-se aos novos e o resultado é um espaço cosmopolita que mistura a multiculturalidade típica da zona às tendências mais contemporâneas da cidade ([http:// sol.sapo.pt](http://sol.sapo.pt)).

Frequentemente, em discursos acerca da Praça do Martim Moniz, promovidos nos vários órgãos de comunicação social ou produzidos em conversas informais a que pude assistir ao longo desta investigação, foi sublinhado o facto de esta Praça ter sido *devolvida* à cidade, uma vez que *agora* pode ser frequentada, devido à sua oferta renovada e devido à segurança promovida pelos projectos que a habitam.

A "lufada de ar fresco" com que se caracterizou o novo programa da Praça do Martim Moniz parece dever-se essencialmente ao carácter "cosmopolita", que se traduz na fusão de "tradição" e "modernidade", patentes nos bens e espaços "alternativos" que são disponibilizados. Neste sentido, e no plano mais imediato, esta iniciativa parece ter sido exaltada positivamente no discurso público. Por outro lado, parece também ser produto de



uma visão mais concertada, multifacetada e com uma perspectiva de durabilidade maior que os projectos que a antecederam.

No entanto, num plano menos mediático, o sucesso do projecto parece carecer da mesma consensualidade, tal como se pôde depreender das “conversas sobre a cidade” que tiveram lugar no espaço *Zona Franca* em Lisboa. Tal como se disse anteriormente, juntaram-se neste espaço pessoas com diferentes formações académicas e profissionais que estão de alguma forma relacionadas – como residentes, profissionais ou investigadores – com a minha área de estudo. Entre as cerca de vinte pessoas presentes, algumas ideias tiveram particular aceitação, entre as quais a ideia de que a renovação da Mouraria alargada visaria a constituição de um “recreio” para os novos hotéis previstos nos planos de requalificação da Baixa. Esta mesma razão explicaria, de acordo com alguns intervenientes, o tempo recorde em que a renovação está a ser levada a cabo (sobretudo em comparação com a requalificação de Alfama em anos anteriores). Da mesma forma, o momento de candidatura da Baixa lisboeta a património mundial dependeria da integração destes planos que, após o processo de patrimonialização, não poderiam dar lugar a muitas remodelações na zona.

Neste encontro chamou-se a atenção para a ordem de prioridades das intervenções, pautada por uma certa emblematização do Bairro – recuperação do Largo e sítio da Severa, recuperação da figura e obra do cantor Fernando Maurício, entre outros exemplos – e por aquilo que se chamou de “febre do empreendedorismo”, acusada de fazer esquecer que o comércio local já presente no bairro, é, *per si*, empreendedor.

No conjunto das críticas tecidas, embora tivessem sido referidos os diversos intervenientes do programa de renovação (empresa NCS, Associação *Renovar a Mouraria*, entre outros), a Câmara Municipal de Lisboa foi citada com particular incidência. Foi frisado o facto de a CML ser o elemento que actualmente todos os intervenientes têm em comum, sendo fundamental reflectir sobre o seu impacto na capacidade de actuação das associações e empresas envolvidas, quando a Câmara der por findo o seu papel mediador. Por outro lado, falou-se na necessidade de pensar o processo de mediação entre os participantes formais na intervenção do bairro, os seus habitantes e as instituições financiadoras, jurídicas e administrativas. O GABIP, (tal como já me havia sido explicado pela responsável pelo *Mercado de Fusão*), enquanto entidade representativa da CML neste processo de renovação, promove com regularidade reuniões que juntam diversos

intervenientes desse processo, com o objectivo de consolidar políticas assentes numa estratégia de proximidade. Ao dialogar com as associações ou empresas sediadas no bairro, a CML espera tornar representativas as suas políticas. No entanto, e como foi referido pelos participantes do encontro, a questão da representação é complexa e levanta algumas perguntas: até que ponto as entidades presentes nestas reuniões são efectivamente representativas de um bairro tão multifacetado? Por outro lado, será importante questionarmos de que forma a CML, através deste processo, dá resposta às necessidades colocadas pelas entidades – por exemplo, de que forma contribui a CML para solucionar o afastamento de sem-abrigo e “outros marginais” do centro da Praça do Martim Moniz, tal como se esperaria com a renovação da praça?

Tornou-se clara, neste encontro, a existência de duas preocupações fundamentais: por um lado, a emblematização e turistificação do bairro, em detrimento do investimento nas suas estruturas funcionais, nomeadamente escolas, supermercados ou transportes, e, por outro lado, a preocupação com o afastamento dos problemas do bairro em detrimento da sua resolução. Foi assim que surgiu neste grupo o debate em torno do conceito de nobilitação urbana.

Este fenómeno é frequentemente trazido para discussão, não só por participantes da renovação do bairro, como pelos diversos investigadores que se têm debruçado sobre este tema e espaço. No primeiro caso, os participantes do encontro da *Zona Franca* debatiam-se com o seu próprio contributo para este fenómeno, através das actividades que promovem na Mouraria e pelo facto de se auto-reconhecerem como detentores de um capital cultural e social que os distingue da generalidade dos habitantes do bairro. Os mesmos participantes, referindo-se ao plano de requalificação da Baixa, temem que Martim Moniz se transforme “no recreio dos hotéis de charme” que estão previstos (ou já em construção) e que têm, nalguns casos, obrigado ao despejo de comerciantes da zona que aí tinham os seus negócios centenários<sup>32</sup>.

A própria Associação *Renovar a Mouraria* surge também como uma voz de denúncia ou cautela, espelhando a polifonia com que vários autores caracterizaram a

---

<sup>32</sup> Devido à construção dos novos hotéis da Baixa e à lei de actualização das rendas, muitos comerciantes desta zona vêem-se obrigados a fechar os seus negócios. É o caso, por exemplo daqueles que têm as suas lojas na Rua de São Nicolau, no quarteirão que virá a ser integralmente ocupado por um hotel. De notar que também junto à Praça do Martim Moniz irá ser construído um hotel de charme cuja conclusão está prevista para 2015.

Mouraria (Menezes, 2004, 2011). A Associação alerta para a construção de um condomínio de luxo no Largo da Rosa e para o facto de a *nova* Mouraria ser um foco de atracção de imobiliárias, o que poderá dar origem a clivagens sociais (Oliveira & Padilla, 2012). Também no jornal editado pela Associação se pode ler no editorial que:

A Mouraria está de cara lavada. [...] Mas as retroescavadoras espalhadas pelo bairro não devem desviar-nos do essencial. Sim, o essencial, o de sempre, o difícil, que não se resolve alindando fachadas. Os edifícios degradados, a solidão dos velhos, a pobreza, a prostituição, a toxicodependência [...].

A ânsia de pôr a Mouraria no mapa, de fazer dela o novo bairro chique popular da cidade, pode comprometer as promessas de intervenção comunitária [...] E o tempo das populações nem sempre coincide com a urgência do poder económico e do poder político. (*Rosa Maria*, Agosto-Dezembro de 2012: 8)

E ainda, noutra edição do mesmo jornal,

Um ano depois do início da intervenção do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), muita coisa mudou na Mouraria. Mas o lema do programa, “as cidades dentro da cidade”, nunca foi tão actual e apropriado. Muitos no bairro sentem que existem duas Mourarias, dentro da Mouraria. A reabilitada e recheada de árvores, bancos de jardim e boa iluminação em cada esquina; e a outra, que coexiste mal iluminada, esventrada, esquecida. (*Rosa Maria*, nº5: 27)

A própria administração do *Mercado de Fusão* não se demite da reflexão sobre estes temas, afirmando, “não nos interessa criar aqui um espaço que seja completamente gentrificador [...], ou seja, interessa-nos ter uma presença local [...]” (entrevista com responsável pelo *Mercado de Fusão*). Por outro lado, e embora realce os efeitos benéficos que o projecto pode ter para a regeneração da zona, admite também a incapacidade de lidar com determinados fenómenos sociais, nomeadamente os efeitos que a presença do *Mercado* teve nalgumas apropriações, consideradas marginais, feitas por antigos frequentadores da Praça. Assim, ao mesmo tempo que refere que o afastamento dessas práticas marginais ditou a aceitação da iniciativa por parte de muitos dos moradores do bairro, realça que os “problemas” da praça foram afastados, mas não foram resolvidos. Esta resolução, acrescenta, não pode estar sob a alçada da NCS que, mesmo tendo algumas iniciativas para ajudar os sem-abrigo que frequentavam este espaço, não possui as ferramentas para lidar com essa realidade e essa realidade não se coaduna com a imagem que o *Mercado* pretende consolidar.

No seguimento destas, e outras críticas, resta tentar compreender em que assenta o

presumível sucesso do projecto de renovação da Praça do Martim Moniz e, paralelamente, que fragilidades se podem desde já apontar, sobretudo quando equacionado o trajecto de insucessos que pautou a história desta praça e os objectivos sociais estabelecidos pela CML.

## **IV Parte**

### **Considerações finais**

#### **1) Praça do Martim Moniz hoje: elementos de diferenciação e fragilidade**

Um dos objectivos desta dissertação era perceber de que forma se diferencia o actual programa que se tem vindo a desenvolver na zona do Martim Moniz e como são mobilizados recursos para re-significarem um lugar, tradicionalmente identificado como marginal. Enunciarei os elementos que me pareceram contribuir com maior destaque para diferenciar esta proposta daquelas que a antecederam, concebendo-os numa perspectiva crítica.

#### **1.1) Políticas de proximidade**

Tal como já havia sido sublinhado nos documentos estratégicos da CML e nos estudos que lhes deram suporte, as noções de proximidade, descentralização e mediação assumem hoje um lugar central no discurso autárquico. Esta estratégia contrasta claramente com aquelas que marcaram os períodos históricos analisados anteriormente, sobretudo durante o Estado Novo, e que se caracterizaram por serem extremamente centralizadas nas orientações programáticas da Câmara Municipal (ou mesmo do Estado central). Esta centralização do planeamento decorria, em primeiro lugar, de novas utopias que visavam tornar a cidade um espelho das rápidas transformações económicas, sociais e tecnológicas, que se estavam a fazer sentir. Em segundo lugar, as características políticas e administrativas que marcaram o Estado Novo definiam-se pela centralização dos poderes e absoluto controlo das políticas implementadas. Por fim, o pensamento progressista sobre a cidade assentava na ideia de que existia um modelo de execução, uma verdade sobre o planeamento urbano. Deste modo, não só teria de ser aplicado como um todo, como teria de ser implementado por uma entidade, local ou nacional, com autoridade para o fazer.

Mesmo as intervenções que sucederam ao Estado Novo, nomeadamente a remodelação de José Lamas e Carlos Duarte e a intervenção iniciada em 1997, centralizaram-se também em torno de um conceito que pouca relação procurou estabelecer com as práticas sociais da área onde se desenvolveu.

Actualmente, pelo contrário, é sublinhada a intenção de envolver mais entidades públicas e privadas, associativas ou empresariais, que assumam no planeamento da cidade o papel da programação. Neste contexto, a CML reivindica para si o papel de mediadora, criando redes de contactos, estimulando a apresentação de propostas, promovendo programas de financiamento e outros apoios, fornecendo as informações necessárias ao desenvolvimento de actividades comerciais ou sociais e, acima de tudo, zelando pelos interesses da cidade e pelo cumprimento dos objectivos estabelecidos.

Efectivamente, quando questionada sobre as valências que as actuais intervenções poderiam apresentar em relação a projectos anteriores, tanto a responsável pelo GLEM, como o responsável pelo GABIP, referiram o facto distintivo de estes projectos trabalharem em relação directa com os habitantes da zona e, tal como é proposto nos documentos estratégicos, ter sido feito um trabalho de proximidade, multifacetado e interdisciplinar.

A multiplicação do papel da programação seria uma das principais mais-valias do pensamento urbano actual em Lisboa, quando se parte da premissa de que poderá levar a uma maior participação dos habitantes na construção da cidade e, portanto, a uma maior representatividade das políticas implementadas. No caso da Praça do Martim Moniz, a abertura de um concurso público para a exploração dos quiosques seria um dos mecanismos que poderia estimular propostas dos seus habitantes por forma a adequar-se melhor às suas necessidades. No entanto, o que se observou é que o concurso reuniu apenas uma proposta, de uma empresa que detinha já outras iniciativas na cidade. Por outro lado, embora o concurso decorresse da constatação de que a zona do Martim Moniz é marcada por dinâmicas multiculturais que importa promover, não foram apresentadas propostas por parte de residentes ou comerciantes da zona<sup>33</sup>. Na verdade, tal como afirmaram membros da empresa vencedora, o concurso havia já sido pensado para a proposta apresentada.

Estes factos remetem para a discussão sobre a efectividade dos concursos públicos, chamando a atenção para algumas questões. O acesso ao espaço da cidade não depende apenas da possibilidade jurídica de se poder apresentar propostas, mas também do acesso à informação, dos meios de competição no mercado e das competências económicas e comerciais que os cidadãos possuem. É fundamental equacionar o poder efectivo dos

---

<sup>33</sup> Relativamente a este assunto, o *Jornal Público* avançou que o protocolo que deu origem ao concurso não foi tornado público em tempo devido (*Jornal Público*, 10 de Maio de 2012).

cidadãos para acederem às ferramentas que permitem planear a cidade. Estas questões permitem ainda chamar a atenção para o papel mediador da Câmara, sobretudo no que diz respeito à sua responsabilidade em potenciar a participação diversificada no investimento na cidade. Para além de diversificar a participação, a Câmara deve também assegurar que os objectivos que procura atingir com a realização de concursos públicos e com as concessões efectuadas, sejam cumpridos pelas entidades privadas. Se, como disse, o acesso aos concursos públicos é condicionado por factores tão variados como o acesso à informação ou a sua gestão, então, a exploração da cidade poderá ser sempre conseguida por um grupo reduzido de habitantes, habitualmente já detentores de poder sobre o espaço público. Neste contexto, conceitos como participação, proximidade, representatividade e visibilidade, teriam de ser revistos.

## **1.2) Abrangência conceptual e geográfica**

O discurso sobre a descentralização da programação de que se falou anteriormente, pretende promover, não apenas a participação dos habitantes da cidade, como também a adequação das políticas às especificidades e necessidades locais. No caso particular da Mouraria alargada, este objectivo contrasta também com os propósitos dos períodos históricos analisados anteriormente. Se este e outros bairros da cidade eram encarados como locais poluídos que interessava destruir, a partir dos anos 70 e 80 veríamos Alfama e Mouraria serem valorizadas pelas suas reminiscências históricas e culturais, que obrigavam à elaboração de um plano de salvaguarda. Efectivamente, estes planos realçariam a importância de atender aos habitantes e modos de vida dos bairros em questão, em lugar de os submeter aos imperativos de utopias urbanistas de Estado.

No entanto, é também evidente que os planos de salvaguarda ou renovação estão sempre sujeitos a processos de selecção. Ainda que o discurso sobre políticas públicas seja marcado pelos conceitos de proximidade e participação, a própria existência de um departamento público de planeamento, implica sempre conceitos hegemónicos de cidade, nunca podendo esta ser construída exclusivamente segundo uma lógica de *bottom-up*. Os conceitos de bairro histórico, tradições, autenticidade são sempre reconstruções espacial e temporalmente situadas da história. Efectivamente, os processos de renovação e reabilitação urbana não se restringem à manutenção do edificado, à criação ou

requalificação de estruturas básicas (escolas, centros de saúde, estruturas administrativas, sistema de esgotos, entre tantos outros), mas comportam também uma vertente simbólica que pretende dar coesão a um determinado território urbano.

Esta vertente simbólica, além de propósitos que se prendem com a coesão social, decorre também de motivações económicas. A atracção de turistas, investidores e outros actores depende da construção de nichos de fruição ou investimento, cuja durabilidade se prende com factores distintivos, ‘característicos’ do território em questão.

Por fim, os planos comportam sempre motivações ideológicas, hierarquizando as prioridades de acordo com os paradigmas escolhidos. A sustentabilidade da cidade depende evidentemente do seu desenvolvimento económico e da sua coesão social. Porém, a forma de promoção destes factores depende do paradigma que a orienta e que é mais ou menos sedimentado pelos órgãos de decisão que detêm o poder sobre a cidade. Por exemplo, a opção da Câmara por uma abertura de concurso para a concessão de todos os quiosques, em lugar de fomentar o comércio já existente na Praça e em seu redor, resulta de uma hierarquização de prioridades e, portanto, de um conceito de cidade. Assim, o elemento de contraste com planos de urbanização anteriores não é a anulação de um conceito, mas a atomização da sua aplicação e o recurso às características locais do espaço em questão.

Ao contrário do que havia acontecido com o planeamento da zona da baixa Mouraria (quer com a sua inconsequente destruição, quer com os consecutivos planos incompletos ou sem relação com a envolvência física e social), hoje podemos dar conta de um plano marcado pela sua abrangência conceptual e geográfica, pensado em torno de um eixo estratégico e de um conjunto de conceitos-chave – de um programa – que não se esgotam na Praça do Martim Moniz, mas que se estendem às suas zonas limítrofes.

O paradigma de planeamento urbano defendido hoje pela Câmara Municipal de Lisboa, parece basear-se na intervenção em zonas delimitadas da cidade, nas quais é trabalhada uma coerência conceptual entre os bairros que as compõem. De facto, o bairro da Mouraria e o eixo da Almirante Reis foram preenchidos por um conjunto de cafés, bares, associações e outros estabelecimentos comerciais, lúdicos e culturais, e foram objecto de trabalho social por parte de estruturas da Câmara ou de entidades que esta apoia, o que permitiu re-significar o espaço, criando bases para uma possível sustentabilidade futura. Pode, assim, verificar-se a existência de uma área geográfica que



remete para um imaginário repleto de diversidade, mas que obtém uma unidade através da linha conceptual que pretende caracterizá-la e que se resume na ideia de cosmopolitismo.

Este processo remete para os conceitos de Christian Mikunda (2004) sobre a constituição do “terceiro lugar” (*Third Place*), um lugar que, não sendo o lar ou o local de trabalho, desperta temporariamente uma sensação de conforto devido às experiências e emoções que proporciona e que, intuitivamente, incita à circulação. Actualmente, não é mais possível pensar a economia das cidades sem ter em conta a sua dimensão imaterial, na qual o consumo de experiências ocupa um lugar central. O *Mercado de Fusão*, proporciona, neste sentido, o consumo da experiência da multiculturalidade, internacionalidade e cosmopolitismo, através da oferta gastronómica e cultural. Por outro lado, produz atracções específicas como os concertos e as peças artísticas, produz mapas de circulação através de um percurso por entre as atracções dos bairros circundantes, induzido por uma linha conceptual que une todos estes espaços. Ao entrar na Praça do Martim Moniz pelo lado do hotel Mundial, por exemplo, o passeante é atraído para a placa central da Praça através dos sons (da cabine de DJ ou das apresentações ao vivo). Já neste espaço os diversos aromas dos quiosques estimulam o sentido do paladar para o consumo desta oferta gastronómica. Junto à entrada da Mouraria, confrontar-se-á de imediato com um mapa pontuado pelos locais de intervenção do *Ai Mouraria* e que constituem um percurso pré-definido. O incentivo para percorrer os locais indicados é ainda reforçado pelos símbolos associados e pelo cartaz que do outro lado da Praça se impõe e indica o caminho para o fado. Por outro lado, se o passeante decidir seguir em direcção à Rua da Palma, anteriores preocupações com a segurança serão desmontadas pelo discurso renovado sobre a multiculturalidade e pelos ‘novos’ destinos apresentados (como é o caso do Largo do Intendente).

A todos estes espaços é dada uma coerência conceptual que, neste caso, é baseada na tematização em torno da multiculturalidade e da tradição. Como se disse anteriormente, é na conjugação destes dois elementos que esta zona contribui para dotar Lisboa do cosmopolitismo que se definiu como uma das prioridades nos documentos estratégicos analisados.

Numa escala um pouco mais alargada, deveremos enquadrar esta zona no conceito de centro histórico para cuja consolidação a regeneração em curso contribui. Efectivamente, os processos de regeneração urbana e de projecção de marcas e temas

territoriais incluem outros bairros vizinhos. É o caso do Terreiro do Paço, cada vez mais vocacionado para a sua vivência lúdica e também turística, como ilustram os inúmeros transportes para passeios temáticos na cidade (por exemplo, os *Tuk-Tuk*), a consecutiva abertura de novos espaços de consumo, sobretudo gastronómico, a existência de um grande espaço de informação turística, a abertura do *Lisbon Story Center* ou a profunda reestruturação da zona ribeirinha. Nesta zona, a marca *Tejo* é fundamental, produzindo uma nova narrativa de vivência do espaço. Por fim, é interessante dar conta dos cartazes que, no início de Setembro de 2013, se encontravam nesta praça junto ao rio e que, para além de fotografias da zona, promoviam o investimento em Lisboa através de frases como “Lisbon cool for tourism hot for investment”.

Para essa mesma narrativa de centro histórico contribui a renovação da imagem do Cais do Sodré (pela mão da mesma empresa que detém o *Mercado de Fusão*), a sedimentação da imagem de consumo de luxo da Avenida da Liberdade ou o projecto de requalificação da Baixa.

A constatação de que as intervenções levadas a cabo na Praça do Martim Moniz e zonas adjacentes se inserem num programa mais vasto de reabilitação do centro (histórico) da cidade, remetem para o questionamento deste conceito na vivência quotidiana da cidade. A este propósito, Marlucci Menezes pergunta a quem se destina o centro histórico reabilitado e se ele existe de facto ou se é uma reinvenção simbólica, um mito, “um museu para alegrar os desejos dos passeantes errantes” (Menezes, 1996: 1).

### **1.3) Recurso: diversidade cultural**

Toda a estratégia apresentada até agora distingue-se claramente daquela que foi delineada em épocas anteriores. Esse contraste constrói-se, não só pelas políticas de proximidade e pela abrangência e coerência conceptual, mas também pelos próprios recursos usados para a delineação dessa estratégia.

Poderemos afirmar, por exemplo, que o paradigma de desenvolvimento da cidade contemporânea se distingue com alguma clareza dos paradigmas que orientaram os planos urbanos do período do Estado Novo. Durante grande parte deste período, a urbanização de Lisboa foi marcada pela visão arquitectónica e morfológica do espaço, pela preocupação prioritária com a circulação viária e pela modernização cartesiana, unitária e progressista

da cidade. Era, por definição, uma visão distanciada dos habitantes, sobretudo das suas práticas culturais e sociais. Neste sentido, a cidade baseada num “pluralismo construtivo”, tal como propõe a UNESCO, estava longe de constituir um paradigma do planeamento. Por conseguinte, os actores principais do processo de construção da cidade definiam-se pelo conhecimento teórico e não pela prática da mesma.

Hoje, e como sublinha Sharon Zukin, impõe-se um novo poder cultural que encontra nos “empresários culturais”, e não nos antigos agentes de desenvolvimento (sobretudo ligados à produção), os seus principais agentes (Zukin *apud* Bovone, 1997: 190). A cultura aparece como o recurso de excelência do desenvolvimento das cidades contemporâneas, não se restringindo aos grandes teatros ou cinemas, mas centrando-se sobretudo nas culturas do dia-a-dia, dos indivíduos, dos mais diferenciados agrupamentos de pessoas e práticas. Pretende-se que este paradigma sirva a regeneração urbana e a projecção internacional da cidade que, por sua vez, se beneficiariam mutuamente.

Também Graeme Evans (2003) afirma que, com cada vez maior frequência, podemos ver serem associados os conceitos de cultura e regeneração urbana. No processo subjacente a essa associação podemos dar conta de inúmeras relações entre elementos culturais e territórios urbanos, fazendo da política cultural um instrumento central na reestruturação das cidades (Evans, 2003). Na verdade, o planeamento urbano é hoje indissociável do planeamento cultural, porque, e ao contrário dos paradigmas de planeamento que referi anteriormente, não pode deixar de ter em conta as componentes culturais (linguísticas, religiosas, políticas, entre tantas outras) que caracterizam a multiplicidade dos habitantes da cidade. O que nos leva necessariamente à ideia de diversidade cultural como marca indelével das cidades contemporâneas e, como tal, parte integrante da projecção da mesma.

A diversidade cultural não é um fenómeno contemporâneo. No entanto, é contemporânea a sua valorização, sobretudo quando associada ao conceito de cosmopolitismo. Efectivamente, um bairro que teve a sua origem numa ostracização consciente de um grupo cultural diferenciado, é hoje exaltado pelas mesmas razões. Por outro lado, falamos de um bairro que sofreu múltiplos processos de destruição pelas mesmas características que hoje são foco de preservação, recuperação e revitalização. São, pois, claros os elementos inovadores desta proposta que, na conjugação destes recursos com a abordagem de proximidade e a coerência com as intervenções vizinhas fazem dela

uma iniciativa cujo sentido poderá mais facilmente perdurar.

Porém, na reflexão sobre as consequências para a regeneração urbana e para o desenvolvimento social e económico da área em questão, esta durabilidade poderá não ser encarada de forma tão celebratória. Se, por seu lado, o conceito de cosmopolitismo implica interações, hibridismos e negociações, o multiculturalismo supõe apenas a existência de conjuntos culturais diferenciados (que sabemos serem comunidades e tradições inventadas). Deste modo, poderemos afirmar que é da mediação dos múltiplos arranjos culturais que depende o conceito de cosmopolitismo. Consequentemente, poderemos afirmar também, que a mera constatação da multiculturalidade não é sinónimo de regeneração urbana, uma vez que não implica coesão social, redes de cooperação ou resolução de conflitos.

No que diz respeito mais directamente à Praça do Martim Moniz, e ao facto de esta poder vir a “afirmar-se na cidade e a desenvolver mecanismos interessantes de apropriação e uso específico do espaço público”, dado o seu carácter multicultural, deveremos então analisar como é que a mediação que está subjacente à nova configuração da Praça poderá funcionar como um mecanismo de promoção ou coacção dessa apropriação, dessa forma de cidadania e desse ideal de cosmopolitismo. Recordando as advertências de George Yúdice relativamente ao uso da cultura como um recurso para fins sociais, deveremos questionar se os projectos levados a cabo na Praça do Martim Moniz e que, por sua vez, estão enquadrados no *Plano de Acção* da Mouraria, poderão constituir-se como o “projecto estruturante” (Costa, 2009) de que carece esta zona no que diz respeito ao aproveitamento ou gestão da sua multiculturalidade.

## **2) Diversidade cultural na Praça do Martim Moniz: fenómenos de negociação, agência e poder.**

Para além dos três aspectos que penso distinguirem o actual programa para a Praça do Martim Moniz dos que lhe antecederam, é importante frisar que esse mesmo programa estabelece uma relação inequívoca com os princípios das estratégias delineadas pela Câmara Municipal de Lisboa, expostas anteriormente. De facto, o *Mercado de Fusão*, e as restantes intervenções do *Plano de Acção* da Mouraria pretendem contribuir para a promoção de uma “Cidade de Culturas”, uma “Cidade Amigável, Segura e Inclusiva” e de

uma cidade em que a valorização da multiculturalidade e transculturalidade concorram para a regeneração urbana através da activação de sítios, equipamentos e edifícios, em torno de actividades culturais e da própria diversidade étnica, encarada como potencial económico por explorar por via do comércio étnico e da restauração.

Apresentadas as linhas estratégicas da Câmara, enquadradas no panorama internacional da promoção das cidades culturais e interculturais, descrito um dos programas que considero contribuir para a imagem dessa mesma cidade, concluirei esta análise com algumas considerações sobre possíveis consequências dos seus pontos fortes e frágeis.

### **2.1) Diversidade cultural e cosmopolitismo**

Tal como sublinhei anteriormente, os processos de mediação são fundamentais na transformação da diversidade cultural em cosmopolitismo, não sendo os dois conceitos sinónimos. A mediação que permite a associação entre os dois conceitos é aquela que estimula a cidadania, a participação e a visibilidade. Por outro lado, a constituição de uma cidade marcada pela transculturalidade implica, uma vez mais, que a culturalidade em Lisboa não se limite à sua multiplicação em ilhas. Por fim, a mera assunção da diversidade cultural na cidade não promove directamente maior segurança e inclusão.

Todos estes conceitos são complexos, sobretudo na sua prática política e são absolutamente determinados pelos tipos de processos de mediação que deles se fazem. Existem diversos motivos para questionar a mediação que está hoje a ser promovida na cidade de Lisboa. Este questionamento não se prende com os princípios contidos nos documentos da Câmara Municipal de Lisboa, nem tão pouco com o programa do *Mercado de Fusão*, mas sim na relação que se pretende estabelecer entre os dois no que diz respeito à revitalização social da Mouraria, à recuperação da cidade para os habitantes através do trabalho de regeneração que se faz “Martim Moniz acima” ou ao facto de tornar a zona mais inclusiva, atractiva e segura para todos.

O *Mercado de Fusão* tinha como um dos seus objectivos oferecer uma diversidade cultural que não existia ainda em Lisboa, através da gastronomia dos quiosques e das actividades culturais alusivas aos vários recantos do mundo. Através destas actividades – chamando novas pessoas à praça, criando espaços de consumo atraentes e usando o

conceito de multiculturalidade – o *Mercado de Fusão* pretendia ainda contribuir para a regeneração urbana da zona, revitalizando um sítio durante muito tempo estigmatizado. Na verdade, este projecto pretende criar um “distrito” urbano, marcado pela diversidade cultural e pelo seu cosmopolitismo.

Parece existir desde logo uma contradição entre os pressupostos do projecto e a sua implementação, pois, ao mesmo tempo que a localização do *Mercado* é definida pela diversidade cultural da zona, o projecto propõe oferecê-la como uma novidade. A Praça do Martim Moniz era definida pela sua multiculturalidade e esta multiculturalidade ditou a marca que os projectos que nela intervêm hoje pretendem difundir. No entanto, esses mesmos projectos reproduzem uma multiculturalidade paralela que não raramente se encontra dissociada do seu referente. Nesse sentido, o *Mercado de Fusão*, embora tivesse como referente a multiculturalidade associada à Praça do Martim Moniz, não usou como critério a relação com a zona, entregando a exploração da maioria dos quiosques a empresários já instalados no mercado da restauração e cuja relação com este território não é evidente.

Da mesma forma, a diversidade cultural que se associa à Praça do Martim Moniz já se encontrava espelhada na oferta da zona, através do Centro Comercial da Mouraria, do Centro Comercial do Martim Moniz, dos diversos supermercados chineses, de alguns restaurantes e cafés e ainda de dois quiosques implantados na Praça. No entanto, quando lemos e ouvimos que *hoje, finalmente* se pode viver a Praça, poderemos supor que a diversidade cultural que servia de suporte à marca ‘Martim Moniz’ não seria suficiente para atrair o consumo, precisando de uma tradução. O *Mercado de Fusão* funcionaria como um empresário-tradutor, à semelhança do “intelectual cosmopolita” ou do “pós-turista” que se movem no interior das “culturas locais” e “traduzem-nas” para as grandes audiências (Featherstone, 1993).

É neste ponto que se deverá sublinhar os processos de negociação constantes que têm lugar na Praça e que, com mais ou menos visibilidade, se dão entre os vários participantes do processo de renovação em desenvolvimento e entre os moradores e trabalhadores da zona. Assim, em lugar de investir, promover, canalizar os recursos existentes para o comércio previamente existente na Praça, o *Mercado de Fusão* e, consequentemente, a Câmara Municipal de Lisboa, investiram numa oferta paralela que assentou em dois processos distintos: por um lado, a tentativa de manter alguma ligação

com a zona através do convite feito a comerciantes que já desenvolviam as suas actividades na Praça e, por outro lado, a assunção de uma presença na exploração dos quiosques feita por empresários já instalados no mercado e que, aparentemente, não têm laços com a zona. Através da presença dos primeiros comerciantes, puderam então negociar a criação de um conceito “alternativo” de multiculturalidade que, à diversidade étnica, acrescenta os valores da modernidade, das tendências de consumo, do cosmopolitismo. São estes elementos que constituem a mediação criada entre o referente inicial de multiculturalidade e a “fusão” que caracteriza o projecto em curso na Praça.

Não pressuponho, no entanto, que as comunidades migrantes que compõem esse mesmo referente sejam um actor passivo nesta equação. Na verdade, parece-me que elaboram os seus próprios processos de negociação, quer no que diz respeito àqueles que ocupam os quiosques, quer no que diz respeito à realidade em redor, nomeadamente nos Centros Comerciais da Mouraria e do Martim Moniz. Os primeiros, tal como afirmaram em entrevista, elaboraram os seus menús baseados no consumo provável da Praça, apostando em produtos geralmente aceites pela população expectável. Assim, os produtos que oferecem distinguem-se, não só dos seus hábitos alimentares privados, mas também produzem uma selecção específica de visões essencializadas da oferta de uma gastronomia árabe e indiana.

O mesmo se passa, aliás, nos outros quiosques da Praça em que a oferta assenta numa negociação de produtos e valores que lhe possam ser associados. No repertório da cultura representada, faz-se uma selecção de pratos que poderão suscitar mais procura e criam-se estratégias de atracção baseadas em elementos que hoje obtêm uma atenção particular, como é caso da localidade (cereja do Fundão), do carácter saudável (oferta do quiosque Erva) ou do carácter internacional, de fusão ou alternativo (bifana em pão pita).

Estas tendências na oferta gastronómica não são exclusivas do *Mercado de Fusão*, constituindo hoje uma tendência consideravelmente alargada. Veja-se, pois, o aparecimento multiplicado de Tabernas ou Hamburguerias que em lugar de se cingirem ao carácter corriqueiro e simples dos seus elementos principais, apostam numa revitalização destes produtos marcada pela contemporaneidade da sua reinvenção. Se no primeiro caso se reifica a gastronomia portuguesa e se compete por uma maior localidade apelando a valores de pertença e nostalgia, no segundo caso transforma-se um elemento associado a conceitos de pouco enobrecimento como “comida de plástico” ou *fast-food*, num produto

gourmet, vegetariano, alternativo. Em relação a este segundo exemplo, é de notar o facto de muitos *chefs* reconhecidos terem hoje as suas próprias versões de hambúrguer.

A reinvenção enobrecida destes produtos, através da sua confecção e dos processos de *marketing* a que estão sujeitos, permite que as pessoas os consumam associando-os a estatutos e valores que antes não possuíam.

Por fim, no que diz respeito ao papel activo na negociação destas intervenções, deverá considerar-se a possibilidade de os próprios negociantes dos Centros Comerciais da Mouraria e Martim Moniz terem optado por não participar no processo de emblematização da Praça. De facto, quando observamos as dinâmicas de ambos os Centros, verificamos que não existem alterações na sua imagem, não têm sido desenvolvidos processos de *marketing* e, no fundo, não se tem investido numa produção de exterioridade. As sociabilidades e rotinas que têm lugar no interior destes dois espaços pouca relação estabelecem com o dinamismo que se observa no exterior<sup>34</sup>.

Porém, e embora tenha sublinhado o carácter transversal destes processos de negociação, será difícil não equacionar as relações de poder que lhes estão subjacentes. O facto de considerar que os actores sociais são activos na produção do espaço, coexiste com a preocupação relativamente à desigualdade das relações de poder na sua apropriação. Se considerarmos que o lugar surge pela atribuição de significados ao espaço, feito pelos diversos actores sociais da cidade, então concluiremos que uma maior participação na produção desses significados criará uma cidade mais representativa dos seus habitantes. Porém, no caso da Praça do Martim Moniz, verifica-se que a produção destes significados, quando não sujeita a um planeamento excessivamente ancorado nas linhas estratégicas da actuação municipal, surge por mão de empresários de *fora* do bairro e com uma implementação já muito sedimentada na cidade.

Evans e Foord (2004) sublinhavam que os grupos culturais e étnicos estão a tornar-se significantes chave na nova experiência urbana multicultural e estão a transformar-se cada vez mais em objectos de planeamento, consumo e *design*. No entanto, de acordo com os mesmos autores, a questão é que nem sempre as comunidades multiculturais são activamente participantes na construção dessa paisagem urbana.

---

<sup>34</sup> Será interessante notar que, antes da abertura do *Mercado de Fusão*, quando na Praça se encontrava a funcionar um quiosque de petiscos chineses, também não parecia haver qualquer interesse em atrair clientela fora do seu grupo étnico. Tal como sublinha José Mapril (2002), a inexistência de ementa e o entrave linguístico tornavam-se um obstáculo a outro tipo de clientela que não aquela co-étnica.



Se o cosmopolitismo pode existir fora da esfera política, no diálogo, tensão e curiosidades que os confrontos quotidianos suscitam, então, um excessivo planeamento, uma rotulação incisiva do espaço apoiada em processos de emblematização e exaltação de linhas conceptuais urbanas, poderão comprometer a efectivação de práticas cosmopolitas na vivência da diversidade cultural.

## **2.2) Nobilitação Urbana**

O objecto desta dissertação remete para uma reflexão sobre a nobilitação do espaço urbano (*gentrification*), quer no que diz respeito ao *mainstream gentrifier*, quer no que respeita ao *marginal gentrifier* (Damaris Rose *apud* Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012). A zona apresenta já alguns indícios de atracção destes actores urbanos, no primeiro caso visível no investimento em hotéis de charme e condomínios privados e, no segundo caso, visível na vinda de jovens de classe média, portugueses ou estrangeiros, que apresentam um capital cultural e social elevado em relação aos habitantes de longa duração da Mouraria.

Este grupo de jovens, ao contrário dos investidores do primeiro grupo, apresenta uma grande clivagem entre o seu capital cultural e o seu capital económico (*idem, ibidem*). Embora este grupo social seja atraído para zonas antigas da cidade, caracterizadas pela arquitectura que mantém a “traça antiga”, pelas suas actividades comerciais, pelas suas sociabilidades e pelo seu cosmopolitismo, as consequências que este interesse produz na revitalização do bairro degradado carece de evidências (Malheiros, 2012). Efectivamente, ainda que celebrem as características multiculturais, tradicionais ou autênticas com que habitualmente se caracterizam estes bairros, os hábitos diários destes *gentrifiers* nem sempre parecem cruzar-se com as dinâmicas que resultam dessas mesmas características (*idem, ibidem*).

Estas considerações recordam as críticas feitas por Sharon Zukin (*apud* Bovone 1997) ao papel dos “empresários culturais” na baixa das cidades e a hipótese de que o esforço que os agentes culturais têm feito para conservar os “valores de lugar” dos bairros históricos, redundem num aumento dos seus “valores de consumo”.

### 2.3) Poder e Agência

As considerações que se têm apresentado ao longo desta dissertação, encontram eco em inúmeras investigações que se têm focado nestes temas. No entanto, é ainda frequente encontrar uma dissociação entre os conteúdos dos seus trabalhos e a prática autárquica. Na verdade, o conhecimento e linguagem da esfera académica vertem muitas vezes para o discurso político, mas a falta de supervisão e antevisão dos projectos implementados por parte dos órgãos públicos, bem como a sua sucessiva demissão da função de programação, promove a desarticulação entre o discurso e a execução. Poderemos partir da premissa de que uma Câmara Municipal não pode, e não deve, centralizar e ditar toda a produção cultural e toda a apropriação da cidade. Porém, importa salientar dois aspectos que os órgãos autárquicos devem ter em consideração.

Um primeiro aspecto diz respeito ao facto de a Câmara esperar atingir determinados objectivos sociais através dos projectos implementados na zona em estudo, submetendo-se ao facto de as empresas que detêm esses projectos não terem os mesmos objectivos delineados pela Câmara. Assim, o *Mercado de Fusão*, como empresa privada, terá como principal objectivo ter sucesso na implementação do seu negócio, que se mede sobretudo pela procura, pelo consumo e pelo lucro. Em segundo lugar, não tem as ferramentas necessárias para dar conta dos problemas sociais que a sua implementação no espaço acarreta.

É função da Câmara zelar pela participação dos seus cidadãos na construção da cidade de uma forma igualitária. Esta participação pode fazer-se pelo apoio à realização dos seus projectos, o que permitiria materializar a vontade que a Câmara expressa de construir uma “cidade para as pessoas”, ou pode fazer-se pela manutenção da visibilidade das suas práticas, promovendo um cosmopolitismo que não seja propriedade de uma elite.

Recordando Yúdice, qualquer projecto (identitário, económico, ideológico) envolve diferentes actores sociais posicionados numa complexa rede de relações (de género, religiosas, de nacionalidades) e agendas múltiplas. Hoje, as representações culturais constituem um recurso central na gestão desses projectos, indivíduos e agendas. Porém, a centralidade desse recurso é tanto uma ferramenta de acção como de constrangimento (Iris Marion Young *apud* Yúdice, 2003), sobretudo quando observamos a desigualdade nas

relações de poder (informação, redes de conhecimento e reconhecimento, meios de investimento e gestão, entre muitos outros aspectos) que a economia cultural não deixou de acentuar.

A cultura como recurso não é uma ferramenta com igual poder de utilização nos processos de negociação sociais. Ela é antes – desde logo na formulação do conceito de cultura – plena de tensões, tal como é particularmente visível na concepção de cosmopolitismo quando equacionado à luz da renovação da Praça do Martim Moniz, baseada na diversidade cultural. Considerando que o cosmopolitismo se define por um apreço pela diversidade cultural, por uma competência para lidar com os elementos estranhos e para se inserir nos mais diversos arranjos culturais e que encontra na cidade as melhores possibilidades de expressão, através de políticas públicas que implementem e fortaleçam os espaços de diálogo democrático (Velho, 2010: 22), então deveremos reflectir mais aprofundadamente sobre os usos deste conceito no presente estudo de caso.

Importa conceber o conceito como propriedade e competência individual do ponto de vista cultural, para, num segundo momento, considerar a sua dimensão política, que se relaciona com a promoção da cidadania num plano mais ou menos global (Hannerz, 2007[2004]). Mas quem detém esta propriedade e competência? Quando olhamos para os os atores e grupos sociais envolvidos no projecto de renovação da Praça do Martim Moniz, dificilmente poderemos conceber, por exemplo, as comunidades migrantes como reflexo do conceito, uma vez que a mobilidade não é necessariamente sinónimo de cosmopolitismo (Hannerz, 2007[2004]). De facto, o uso público da Praça do Martim Moniz deixa bastante clara a predominância de relações co-étnicas nas dinâmicas sociais, económicas e culturais dos principais grupos de imigrantes. Por outro lado, a “nova classe média” que tem vindo a ocupar a zona em volta da Praça vem atraída pelos elementos de localidade e de translocalidade que se associam à vivência destes espaços, mas a sua prática quotidiana não implica necessariamente o estabelecimento de uma relação reflexiva e dialogante com os seus elementos estranhos. Como disse anteriormente, a própria empresa que gere hoje os quiosques da Praça explora o conceito de diversidade cultural de uma forma algo dissociada das vivências da zona, na construção de um multiculturalismo de consumo, enquadrado pela economia das experiências. De que falamos, quando falamos de cosmopolitismo? Quem tem efectivamente uma competência cosmopolita?

Estas dúvidas e cautelas obrigam igualmente a reflectir sobre a dimensão política do conceito. O projecto político de cosmopolitismo proposto pela Câmara (bem como pelas instituições académicas e internacionais que referimos anteriormente) comporta conceitos e metas definidores de um cosmopolitismo promotor de diálogo e cidadania. Porém, se o seu reflexo se esgota na prática dos actores referidos, então a própria política pública poderá estar a contribuir para a sedimentação do conceito como uma propriedade da “elite global” (Richard Shweder *apud* Hannerz, 2007[2004]), em relação à qual os “locais” contêm em si a cultura do ‘mesmo’ e do ‘outro’, cultivando a etnicidade e assegurando a diversidade cultural que os “cosmopolitas liberais” buscam (*idem, ibidem*).

Quando a ‘cultura’, a ‘diversidade cultural’ ou ‘cosmopolitismo’ integram a prática política e se tornam recursos para fins económicos e sociais, duas considerações assumem particular relevo. Por um lado, o facto de as concepções em torno do conceito de ‘cultura’ resultarem de estruturas inventadas e selectivas da realidade social, implica que o conceito é mais definido pelas suas exclusões e tensões do que pela sua existência definida, material ou socialmente. Por outro lado, no seio destas tensões, o diálogo cosmopolita é sobretudo baseado em processos de negociação complexos em que a capacidade de agência é definida por relações assimétricas de poder.

Por fim, é ainda importante perceber que os programas de promoção da diversidade cultural na construção de uma cidade participada e reflectora da globalização contemporânea, redundam muitas vezes numa reformulação tal dos seus elementos culturais que reforçam a sua estranheza e fechamento.

## **Conclusão**

Ao longo desta investigação tentei perceber como é que a Câmara Municipal de Lisboa mobiliza os seus recursos culturais para inscrever Lisboa no mercado de competição inter-cidades, marcado pela dialéctica entre o local e o global. Parti do princípio que a mobilização desses recursos visa reconstruir a narrativa identitária da cidade, tradicionalmente identificada com a valorização do seu património histórico e com a sua localidade, e capitalizar uma imagem cosmopolita que comporte conceitos como internacionalidade, diversidade cultural ou modernidade.

Propus que as recentes transformações observadas na Praça do Martim Moniz são

vistas pela Câmara como capazes de promover uma imagem cosmopolita da cidade, através da apresentação de uma proposta de vivência da Praça que investe numa imagem de ‘encontro de povos e culturas’. A diversidade cultural (sobretudo de base étnica) com que se caracteriza a zona do Martim Moniz e a sua proximidade com ‘bairro histórico’ da Mouraria, bem como com as restantes zonas adjacentes, permitiria criar um ‘distrito’ cosmopolita que contribuiria para tornar Lisboa mais apelativa e competitiva.

Numa perspectiva de regeneração urbana, o investimento nesta zona visa, não só catapultar a marca *Lisboa* para o exterior (atraindo turistas, investidores, empresários culturais, residentes) como também promover o seu desenvolvimento social e económico.

No entanto, alguns dos pressupostos em que assenta a dimensão política da renovação da zona do Martim Moniz revelaram-se problemáticos ao longo da investigação.

É evidente que a ideia de ‘narrativa identitária da cidade’ contém em si a consciência da multivocalidade que qualquer território apresenta. No entanto, a tentativa de representação dessa multivocalidade sob uma ‘marca’, uma ‘imagem’, constrói-se através de mecanismos que resultam sempre numa selecção da realidade e numa produção de uma história dos arranjos sociais. No caso de Lisboa, a tentativa de emblematização dos espaços urbanos é concomitante com a vontade expressa pela CML de tornar Lisboa um espaço de multiplicação de narrativas e histórias. Porém, esta investigação apontou para a hipótese de que a conjugação dos dois objectivos carrega paradoxos sobre os quais importa reflectir.

A excessiva emblematização da Praça do Martim Moniz e da Mouraria, sob a orientação de conceitos tão complexos como cultura e cosmopolitismo, em lugar de dar voz e visibilidade à diversidade cultural da cidade, poderá estar a esgotar-se na sua institucionalização. No caso do *Mercado de Fusão*, a tradução da diversidade cultural não parece estar a promover as diversas práticas e actores que povoam a Praça, mas sim um cosmopolitismo que responde às exigências da economia imaterial e que depende da constituição de um ‘estilo de vida’ contemporâneo, propriedade maior de uma nova classe média global.

Estes fenómenos poderão resultar num acentuar das assimetrias sociais a um nível económico – se os habitantes da zona renovada não puderem viver os padrões de consumo que se poderão vir a sedimentar – e ao nível da cidadania, na medida em que a

possibilidade de se ser representado no espaço público é condicionada por uma tradução mediada de quem detém o poder urbano.

No processo de desconstrução das narrativas modernistas, a imposição da realidade a várias vozes obrigou à adopção de novos mecanismos para lidar com a diferença e com a proximidade da alteridade. Se a globalização criou uma maior familiaridade com a diversidade, ela não implica, no entanto, que nos tenha tornado mais sensíveis às diferentes expressões culturais (Featherstone, 1993), no sentido de sedimentar um cosmopolitismo reflexivo. Na verdade, a institucionalização e excessiva mediação dos conceitos de cultura e cosmopolitismo, destituem-nos do seu carácter reflexivo, tornando-se instrumentos de exclusão – do que não é cultura, do que não é consumível, do que não é histórico e central, do que não constitui a imagem de Lisboa.

Concebida numa perspectiva cada vez mais englobadora de práticas e conceitos, o termo cultura poderá estar esvaziado de significado. Este esvaziamento deverá ser equacionado, não apenas à luz da sua dimensão teórica, mas também à luz da sua dimensão política, por forma a não substituir ou mascarar outros factores fundamentais na reflexão sobre as dinâmicas sociais. Um destes factores, que se relaciona com a reflexão sobre as relações de poder na negociação das práticas sociais e culturais, é a própria noção de classe e a assumpção de que o factor económico é absolutamente central, ainda que não exclusivo, nos processos de construção identitária, na constituição de projectos políticos e na inscrição de ambos no espaço da cidade.

Neste sentido, uma omnipresente tradução da multiculturalidade baseada em valores de consumo e de estilo de vida e subjacente aos princípios e necessidades da economia simbólica e imaterial e da política da promoção da cidade, poderá rapidamente redundar naquilo que considero serem perversidades dos objectivos sociais. Exaltar a diversidade cultural não pode, pois, resultar na sua institucionalização.

Não sendo no próprio conceito de cultura que se pode procurar uma verdade para a concretização desses mesmos objectivos, então, é na actuação da câmara, enquanto órgão que gere o espaço urbano, que podemos procurar formas possíveis de aproximação aos objectivos de desenvolvimento social. Estas formas deverão ser procuradas numa lógica de proximidade com os cidadãos, que se possa reflectir no espaço público, isto é, que dê visibilidade às várias práticas sociais, políticas, religiosas, económicas e, neste sentido, possa transformar o espaço num lugar de reivindicação.

A recente implementação do *Plano de Acção* da Mouraria, no qual a renovação da Praça do Martim Moniz se encontra inserida, bem como a complexidade dos conceitos que envolve, não permite tirar conclusões consistentes acerca dos seus impactos. Neste sentido, a Praça do Martim Moniz convoca a necessidade de dar continuidade ao estudo num tempo longo, por forma a verificar a concretização dos objectivos da Câmara na zona de pesquisa. Por outro lado, uma maior aproximação ao campo durante um período de tempo alargado e uma paralela confrontação dos resultados desse trabalho com fontes teóricas e institucionais, privilegiará a construção de conhecimento neste campo de estudos.

Por fim, a sucessiva reflexão sobre conceitos tão problemáticos como ‘cultura’, ‘cultura como recurso’, ‘diversidade cultural’, ‘cosmopolitismo’, entre tantos outros aqui utilizados, só poderá existir num permanente debate, do qual o conhecimento e a prática política deverão tirar proveito.

O repensar do próprio conceito de planeamento urbano, enquanto discurso político imputado ao espaço, o debate sobre o grau de participação dos órgãos públicos na vida da cidade, as exigências da economia nas dinâmicas de negociação social, o esvaziamento do conceito de cultura ou a instrumentalização política do conceito de cosmopolitismo, são assuntos, entre outros, que ficam por aprofundar. E, embora diversos trabalhos se continuem a debruçar sobre os temas aqui apresentados, considero que o contínuo confronto da realidade com a proliferação de estudos e perspectivas é fundamental para consolidar tanto o conhecimento como a prática. Neste sentido, compete às universidades responsabilizarem-se pela construção de um conhecimento emancipatório, esperando que este verta para a prática política, para que se possa também consolidar na sua dimensão política – a construção da cidadania.

## Bibliografia

- Abu-Lughod, Lila (1991), "Writing Against Culture", Fox, Richard G. (ed.) *Recapturing Anthropology: working in the present*, New Mexico: School of American Research Press.
- Anderson, Benedict (2005 [1983]), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa: Edições 70.
- Appadurai, Arjun (1990), "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy", *Theory, Culture & Society*, vol. 7, SAGE Publications, pp. 295-310.
- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Araújo, Norberto (1992), *Peregrinações em Lisboa*, Livro III, Lisboa: Veja.
- Araújo, Susana, Fernandes, Ana & Bettencourt, Sandra (eds.) (2012) *(In)Seguranças no Espaço Urbano. Perspectivas Culturais*, V.N. Famalicão: Húmus.
- Augé, Marc (1994), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova: Bertrand.
- Bastos, José Gabriel Pereira (2002), "Eppur si muove: nota introdutória a uma antropologia dos processos identitários", *Ethnologia*, número 12-14, Lisboa: Fim-de-século, pp. 11-35.
- Bauman, Zygmunt (2005) *Confiança e Medo na Cidade*, Lisboa: Relógio D'Água.
- Benjamin, Walter (1982[1935]), "Paris, capital do século XIX", Fortuna, Carlos (org.) (2001) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta, pp. 67-80.
- Bloomfield, J. & Bianchini, F. (2004), *Planning for the Intercultural City*, Comedia.
- Bovone, Laura (1997) "Os Novos Intermediários Culturais. Considerações sobre a cultura pós-moderna", Fortuna, Carlos (org.) (2001) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta, pp. 105-121.
- Branco, Inês (1992), *O fenómeno de "Gentrification" na cidade de Lisboa – O caso do Bairro da Mouraria*, Dissertação (Licenciatura em Sociologia), Lisboa: ISCTE.
- Brito, Vasco & Camarinhas, Catarina (2007), "Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa (1938)", *Cadernos do Arquivo Municipal*, número 9, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 162-192.
- Brunson, Phyllis R. (2013), *Building Intercultural Strategies with Citizens: The Community Based Results Accountability Approach*, Center for the Study of Social Policy.



- Câmara Municipal de Lisboa (1974), “Reunião ordinária da Exm<sup>a</sup> Comissão Administrativa Municipal de Lisboa efectuada em 17 de Outubro de 1974”, Acta n.º 489, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (1989), *Planos Especiais de Salvaguarda de Alfama e Mouraria. Propostas para Debate Público*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (2009a), *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024*, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/carta-estrategica>, consultado em Fevereiro de 2013.
- Câmara Municipal de Lisboa (2009b), *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=405000100221,010>, consultado em Fevereiro de 2013.
- Câmara Municipal de Lisboa (2009c), *Análise Swot*, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal> consultado em Fevereiro de 2013.
- Câmara Municipal de Lisboa (2012), *Plano Director Municipal de Lisboa*, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretormunicipal/enquadramento-do-pdm>, consultado em Julho de 2013.
- Capelo Gil, Isabel (2008), “O que significa Estudos de Cultura? Um diagnóstico cosmopolita sobre o caso da cultura alemã”, *Revista Comunicação e Cultura*, número 6, Lisboa: Quimera pp. 137-166.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2010), *The Information Age: Economy, Society, and Culture*, vol.I, Oxford: Wiley-Blackwell
- Comedia & ASC (2006), *Planning and Engaging with Intercultural Communities: Building the knowledge and skills base*, Comedia.
- Comedia (2005), *The Intercultural City: Making the Most of Diversity*, Comedia.
- Comissão Europeia (2007), *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho da Europa, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas.
- Comissão Europeia (2010) *The European Agenda for Culture – progress towards shared goals*, Accompanying document to the Commission Report to the European Parliament,

- the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Implementation of the European Agenda for Culture, Brussels.
- Conselho da Europa (1997), *In from the margins: A contribution to the debate on culture and development in Europe*, Council of Europe Publishing.
- Costa, Pedro (2007), *A cultura em Lisboa: competitividade e desenvolvimento territorial*, Lisboa: ICS.
- Costa, Pedro (org.) (2009), *Estratégias para a Cultura em Lisboa*, Lisboa: Dinâmia/ISCTE-IUL.
- Cuéllar, Javier Pérez de (1996), *Our Creative Diversity*, Paris: UNESCO.
- Cunha, Luiz (2001), “A praça na contemporaneidade”, Teixeira, Manuel (coord.) *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Evans, Graeme (2003), “Hard-Branding the Cultural City – From Prado to Prada”, *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 27.2, Oxford & Malden: Blackwell Publishing, pp. 417-40.
- Evans, Graeme & Foord, Jo (2004), “Rich Mix Cities. From Multicultural Experience to Cosmopolitan Engagement”, *Journal of European Ethnology*, 34:2, Copenhagen: Museum Tusculanum Press, pp. 67-79
- Featherstone, Mike (1990), “Global Culture: An Introduction”, Featherstone, Mike (ed.) *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Newbury Park, Nova Dehli: Sage, pp. 1-14.
- Featherstone, Mike (1993), “Culturas Globais e Culturas Locais”, Fortuna, Carlos (org.) (2001) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta, pp. 83-105
- Fernandes, José Manuel (1989), *Lisboa – Arquitectura & Património*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandes, José Manuel (1997), *Lisboa em obra(s)*, Lisboa: Livros do Horizonte.
- Florida, Richard (2005), *Cities and Creative Class*, New York: Routledge.
- Fonseca, Maria Lucinda, [et. al] (2011), *Imigração, Diversidade e Política Cultural em Lisboa, Coleção MIGRARE Working Papers*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Fortes, Agostinho José (1909), *These do Congresso Municipalista*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Fortuna, Carlos (2001), “Introdução”, Fortuna, Carlos (org.) (2001) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta, pp. 1-31.

- Fortuna, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], número 63, disponível em <http://rccs.revues.org/1272>, consultado em Agosto de 2013 .
- Fortuna, Carlos & Peixoto, Paulo (2002), “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas”, Fortuna, Carlos & Santos Silva, Augusto (orgs.) (2002), *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 17-59.
- França, José-Augusto (1997), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte.
- França, José-Augusto (1980), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Amadora: Biblioteca Breve.
- Grande, Nuno (2002), *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUL/C.
- Grossberg, Lawrence (2008), “Será que os Estudos Culturais têm futuros? E deverão tê-los? (ou que se passa com Nova Iorque?)”, *Revista Comunicação e Cultura*, número 6, Lisboa: Quimera, pp.17-51.
- Guterres, António (2012), "Interações reflexivas sobre o novo plano MARTIM MONIZ", disponível em [www.buala.org/pt/cidade/interacoes-reflexivas-sobre-o-novo-plano-martim-moniz](http://www.buala.org/pt/cidade/interacoes-reflexivas-sobre-o-novo-plano-martim-moniz), consultado em Setembro de 2012.
- Hall, Stuart (1999[1992]), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Hall, Stuart (2006) “Identidade cultural e diáspora”, *Revista Comunicação e Cultura*, número 1, Lisboa: Quimera, pp.21-35.
- Hannerz, Ulf (2007 [2004]) “Cosmopolitanism”, Nugent, David & Vincent, Joan (eds.) *A companion to the Anthropology of Politics*, Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing, pp. 69-85.
- Lamas, José Ressano Garcia (1994), *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica.
- Landry, C. & Bianchini, F. (1995), *The Creative City*, London: Demos.
- Landry, Charles (2008), *The creative city: a toolkit for urban innovators*, London: Earthscan.

- Lefebvre, Henri (1991[1974]), *The Production of Space*, Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.
- Malheiros, Jorge, Carvalho, Rui & Mendes, Luís (2012), “Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa?”, Mendes, Maria Manuela (coord.) *Sociologia*, número temático *Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 93-125 .
- Mapril, José (2002), “De Wenzhou ao Martim Moniz: práticas diaspóricas e a (re)negociação identitária do local”, *Ethnologia*, vol. 12-14, Lisboa: Fim-de-Século, pp. 253-294.
- Mapril, José (2010), “Banglapara: imigração, negócios e (in)formalidades em Lisboa”, *Etnográfica* [online], vol.14, disponível em <http://etnografica.revues.org/284>, consultado a 6 Março 2013.
- Mateus, Augusto (2010), *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Apresentação Pública do Estudo para o Ministério da Cultura/GPEARI [online], disponível em <http://www.mincultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/Imprensa/SCC.pdf>, consultado a 6 Março 2013.
- Mendes, Luís (2006), “Nobilitação urbana na cidade de Lisboa: alegoria do património e reinvenção do passado”, *IV Congreso Internacional de Investigación y Desarrollo Sociocultural*, Guadalajara.
- Mendes, Luís. (2008), “A «crise» do marxismo e as geografias pós-modernas no estudo da gentrificação”, *E-Cadernos*, número 2, CES, pp. 836-873.
- Mendes, Maria Manuela (2012), “Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo”, Maria Manuela Mendes (coord.) *Sociologia*, Número temático *Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 15-41.
- Menezes, Marlucchi (1996), “Centro Histórico: Mito ou Realidade Efémera”, Comunicação apresentada ao 4º Encontro com o Património Espiga de Ouro, Beja.
- Menezes, Marluci (2004), *Mouraria, Retalhos de um Imaginário*, Oeiras: Celta.
- Menezes, Marluci (2009), “A Praça do Martim Moniz: Etnografando Lógicas Socioculturais de Inscrição da Praça no Mapa Social de Lisboa”, *Horizontes*

- Antropológicos* [online], número 32, Porto Alegre, pp. 301-328, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a13.pdf>, consultado a 6 Março 2013.
- Menezes, Marlucci (2011a), “Todos” na Mouraria? Diversidades, Desigualdades e Diferenças entre os que vêm ver o bairro, nele vivem e nele querem viver”, *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des) Igualdades*, Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Menezes, Marlucci (2011b), “Debatendo mitos, representações e convicções acerca da invenção de um bairro lisboeta”, Maria Manuela Mendes (coord.) *Sociologia*, Número temático *Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 69-95.
- Mikunda, Christian (2004), *Brand Lands, Hot Spots & Cool Spaces: Welcome to the Third Place and the Total Marketing Experience*, London and Philadelphia: Koogan Page.
- Mirza, Munira (2005) “The Therapeutic State: Addressing the emotional needs of the citizens through the arts”, *International Journal of Cultural Policy*, vol. 11 (3), pp. 261-273.
- Neil Smith (1979), “Toward a Theory of Gentrification. A Back to the City Movement by Capital, not People”, *Journal of the American Planning Association*, 45:4, London: Routledge, pp. 538-548.
- Oliveira, Nuno & Padilla, Beatriz (2012), “A diversidade como elemento de desenvolvimento/atração nas políticas locais urbanas: contrastes e semelhanças nos eventos de celebração intercultural”, Mendes, Maria Manuela (coord.) *Sociologia*, Número temático *Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 125-159.
- Rantenen, Terhi (2007), “A transnational cosmopolitan: An interview with Ulf Hannerz”, *Global Media and Communication*, Vol. 3, London, Thousand Oaks, CA, New Delhi: SAGE Publications, pp. 11-23
- Ribeiro, António Pinto (2004), *Abrigos: condições das cidades e energia da cultura*, Lisboa: Edições Cotovia.
- RTP, (2012) *Rumos*, Episódio 22, 30 Maio, disponível em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p28543/e22>, consultado em Setembro de 2013.
- Santos, Boaventura Sousa (2000[1995]), “Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?”, Miranda, José Augusto Bragança de & Coelho, Eduardo Prado (org.) (2000)

- Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 28, Lisboa: Relógio d'Água Editores, pp.83-101
- Sassen, Saskia (2002), "Globalization and Its Discontents", G. Bridge & S. Watson [eds.] *The Blackwell City Reader*, Malden: Wiley-Blackwell, pp. 161-170.
- Sassen, Saskia (2005), "Global City: Introducing a Concept", *Brown Journal of World Affairs*, vol. XI, Issue 2, Brown University, pp.27-43.
- Sassen, Saskia (2012), 'La ciudad es hoy un espacio de combate abierto', entrevista dada ao Jornal *La Nación*, disponível em <http://www.lanacion.com.ar/1499212-la-ciudad-es-hoy-un-espacio-de-combate-abierto>, consultado em Março de 2013.
- Silva, Augusto Vieira da (1954), *Dispersos*, vol. I, Lisboa: Biblioteca de estudos Olissiponenses.
- Silva, Augusto Vieira da (1960), *Dispersos*, vol. II, Lisboa: Biblioteca de estudos Olissiponenses.
- Silva, Augusto Vieira da (1985), vol. III, *Dispersos*, Lisboa: Biblioteca de estudos Olissiponenses.
- Silvano, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço: Uma Introdução*, Oeiras: Celta.
- Silvano, Filomena (2009a), "Cuando las ciudades se transforman en paisajes: representación, fragmentación y idealización del espacio urbano", *Ciudades Globales y Culturas Locales*, Bilbao, Zainak.
- Silvano, Filomena (2009b), Comunicação ao Seminário "Demografia, Coesão Social, Inclusão - Questões 1 e 2", no âmbito do desenvolvimento da Carta *Estratégica de Lisboa 2010-2024*, disponível em [http://www.portalcidadeinclusiva.com.br/wa\\_files/Fernanda\\_Silvano.pdf](http://www.portalcidadeinclusiva.com.br/wa_files/Fernanda_Silvano.pdf), consultado em Junho de 2012
- Simmel, Georg (1903), "A metrópole e a vida do espírito", Fortuna, Carlos (org.) (2001) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta.
- Soja, Edward (2002), "Six Discourses on the postmetropolis", G. Bridge & S. Watson [eds.] *The Blackwell City Reader*, Malden: Wiley-Blackwell, pp. 188-196.
- Tudela, José (1977), *As Praças e Largos de Lisboa*, Lisboa: CML.
- TVI (2013), *É a vida Alvim*, 12 de Junho, disponível em <http://www.tvi.iol.pt/programa/e-a-vida-alvim/4773/videos/299474/video/13891383/2>, consultado em Setembro de 2013.

- UNESCO (1998), *World Culture Report. Culture, Creativity and Markets*, UNESCO Publishing.
- UNESCO (1999a), *Colloquium: Towards a constructive pluralism*, Paris: UNESCO.
- UNESCO (1999b), *Symposium of experts: Culture, a form of merchandise like no other?* Paris: UNESCO.
- UNESCO (1999c), *Culture Counts: Financing, Resources, and the economics of Culture in Sustainable Development*, UNESCO, Banco Mundial & Governo de Itália.
- UNESCO (2000a), *Meeting of the Experts Committee: Strengthening of UNESCO's role in promoting Cultural Diversity in the Context of Globalization*, Paris: UNESCO.
- UNESCO (2000b), *World Culture Report: Cultural Diversity, Conflict and Pluralism*, Paris: UNESCO.
- União Europeia (2009), *Highlights of the European Year of Intercultural Dialogue 2008* Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Velho, Gilberto (2010), "Metrópole, cosmopolitismo e mediação", *Horizontes Antropológicos*, vol.6, número. 33, pp.15-23.
- Vuyk, Kees (2010), "The arts as an instrument? Notes on the controversy surrounding the value of art", *International Journal of Cultural Policy*, vol. 16(2), pp. 173-183.
- Williams, Raymond (1958), "Culture is Ordinary", Highmore, Ben (ed.) (2002) *The Everyday Life Reader*, London & New York: Routledge.
- Wood, Phil & Landry, Charles (2008) *Intercultural City. Planning for Diversity Advantage*, London: Earthscan.
- Yúdice, George (1998), "Redes de gestión social y cultura en tiempos de globalización", Conferência apresentada no Colóquio-Simpósio *Cultura y Transformaciones Sociopolíticas en tiempos de Globalización*, Caracas, disponível em <http://www.culturaypolitica.com>, consultado em Dezembro de 2012.
- Yúdice, George (2003), *The Expediency of Culture: uses of culture in the global era*, Durham and London: Duke University Press.
- Zukin, Sharon (1987), "Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core", *Annual Review of Sociology* [online], vol. 13, pp. 129-147, disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=03600572%281987%2913%3C129%3AGCACIT%3E2.0.CO%3B2-Y>, consultado em Maio de 2013.
- Zukin, Sharon (1995), *The Cultures of Cities*, Cambridge, MA and Oxford: Blackwell.

Zukin, Sharon (2002), “Landscapes of Power: From Detroit to Disney World”, G. Bridge & S. Watson [eds.] *The Blackwell City Reader*, Malden: Wiley-Blackwell, pp. 197-207.

Zukin, Sharon (2008), “Consuming Authenticity. From outposts of difference to means of exclusion”, *Cultural Studies*, [online] vol.22, 5, pp. 724-748, disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/09502380802245985>, consultado em Maio de 2013.

### **Fontes Electrónicas:**

Associação *Renovar a Mouraria*: <http://www.renovaramouraria.pt>

Câmara Municipal de Lisboa, *Programa de acção QREN Mouraria – as cidades dentro da cidade*: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo: <http://www.ccdr-lvt.pt>

Comissão Europeia: <http://ec.europa.eu/culture>

Empresa Pública de Urbanização de Lisboa: <http://www.epul.pt>

Metro – Transportes de Lisboa: <http://www.metrolisboa.pt/>

Conselho da Europa: <http://www.coe.int>



## **Anexos**

- A) Guião de Entrevista Coordenador do Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária
- B) Guião de Entrevista Coordenadora do Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos
- C) Guião de Entrevista Responsável pela gestão do *Mercado de Fusão*
- D) Guião de Entrevista Funcionários dos quiosques do *Mercado de Fusão*
- E) Fotografia: Vista do *Mercado de Fusão*
- F) Fotografia: Representação da muralha medieval
- G) Fotografia: Tenda de *Dj* do *Mercado de Fusão*
- H) Fotografia: “Casulo”
- I) Fotografia: *All Around Us*
- J) Fotografia: Grupo almoçando no espaço ajardinado da Praça do Martim Moniz
- L) Fotografia: Exposição de Joel Santos
- M) Fotografia: Exposição de Joel Santos
- N) Fotografia: Concerto no Mercado de Fusão
- O) Fotografia: Prédios da EPUL

#### **A) Guião de Entrevista Coordenador do Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária**

- 1) É coordenador do Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria. Em que é que se traduz a intervenção prioritária?
- 2) Em que departamento da Câmara está inserido este projecto?
- 3) As expressões culturais parecem assumir um papel importante na intervenção do bairro da Mouraria. No documento *Estratégias para a Cultura em Lisboa*, produzido pelo centro de estudos Dinâmia/ISCTE, é estabelecida uma relação entre a intervenção em Bairros como a Mouraria e o investimento na área cultural. É apenas um documento de referência ou houve intenção de o tornar uma prática? Como?
- 4) Tendo em conta alguns documentos que li e alguns projectos implementados, parece-me que a Câmara pretende assumir mais um papel de mediação do que de intervenção directa ou de programação, sobretudo no que diz respeito à animação cultural. Em que medida é que esta ideia constitui uma orientação da Câmara?
- 5) Que entidades participam neste processo de intervenção?
- 6) Que papel desempenham a Associação *Renovar Mouraria* e o *Ai Mouraria*?
- 7) A Praça do Martim Moniz insere-se neste Plano de Acção da Mouraria? Como?
- 8) No caso desta Praça, que projectos estão mais directamente ligados à Câmara e de que modo é que Câmara interveio ou promoveu a intervenção?
- 9) Em que consiste o projecto *Mercado de Fusão*?
- 10) As actividades que aqui se encontram estão de acordo com os objectivos da Câmara para a regeneração urbana? Em que medida?
- 11) Existem associações de residentes neste bairro. Existem especificamente associações ligadas às comunidades migrantes do bairro? Que articulação houve entre elas e estes projectos? Com que associações especificamente?
- 12) Porque é que acha que outros projectos que se tentaram desenvolver na Praça em anos anteriores não resultaram? (Nomeadamente o dos quiosques)
- 13) Lê-se em diversos *sites* que abordam a actual intervenção no Bairro da Mouraria que se vai tentar evitar o que aconteceu no Bairro Alto, quando os novos preços da

zona expulsam os seus habitantes. Mas muitas vezes não são os preços que os afastam, mas as novas lógicas sociais, a maior exposição, a nova imagem do bairro. Acha que isso pode acontecer aqui, um bocadinho à semelhança do que aconteceu com projectos de outros anos que se tentaram implementar no bairro?

- 14) No meu trabalho ponho a hipótese de que hoje existe um maior investimento numa imagem cosmopolita da cidade, nomeadamente com a revitalização da interculturalidade de alguns dos seus bairros. Pode comentar esta ideia?

## **B) Guião de Entrevista Coordenadora do Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos**

- 1) É coordenadora do Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos. Gostaria que começasse por explicar o nome deste gabinete.
- 2) Em que é que se traduz a acção deste gabinete?
- 3) Tem uma área física limitada de acção ou dirige-se a toda a grande Lisboa?
- 4) Quando nasceu o Gabinete? Por iniciativa de quem?
- 5) Este projecto está directamente ligado à Presidência da Câmara? Que continuidade poderão ter as actividades promovidas por este gabinete fora do âmbito de acção da Câmara?
- 6) Numa entrevista que dá no *site* “Cidadãos por Lisboa” afirma que “O Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos nasceu para cruzar experiências de residentes em Lisboa que vêm de outras culturas com as experiências dos lisboetas que cá nasceram e que são cada vez menos”. Como podem promover este encontro? Que resultados podem já observar?
- 7) Foram feitos contactos com a comunidade local para perceber o modo de intervenção? Com quem?
- 8) Na pesquisa que fiz sobre a acção deste gabinete cruzei-me com a seguinte afirmação, “Criam-se medos e barreiras que muitas vezes são psicológicos, são culturais sem dúvida, mas também psicológicos”. Acha que estão a ser combatidos estes medos? Como?
- 9) Acha que dando visibilidade às actividades que se passam no Martim Moniz elas se manterão intactas?
- 10) A orquestra *Todos* é um projecto deste gabinete? Como se define esta orquestra e como trabalha?
- 11) Promovem uma festa no Martim Moniz. Porquê nesta Praça? Porque está conotada com um espaço intercultural?
- 12) As expressões culturais parecem assumir um papel importante na intervenção do bairro da Mouraria. No documento *Estratégias para a Cultura em Lisboa*, produzido pelo centro de estudos Dinâmia/ISCTE, é estabelecida uma relação entre a intervenção em Bairros como a Mouraria e o investimento na área cultural. É apenas um documento de referência ou houve intenção de o tornar uma prática?

Como?

- 13) Como é que promovem a intervenção no Bairro da Mouraria por parte dos residentes? Eles aderem?
- 14) O gabinete trabalha com a Associação *Renovar Mouraria* e o *Ai Mouraria*? Como?
- 15) Que importância atribui à Praça do Martim Moniz na vida da cidade?
- 16) Em que medida é que acha que as actividades que se desenvolvem na Praça podem promover a interculturalidade? Se já havia alguns restaurantes, supermercados na zona, porquê reproduzi-los na Praça?
- 17) Como pode o *Mercado de Fusão* e outros projectos diminuir o carácter estigmatizado da Praça e dos seus arredores?
- 18) Porque é que acha que outros projectos que se tentaram desenvolver na Praça em anos anteriores não resultaram? Nomeadamente o dos quiosques?
- 19) Lê-se em diversos *sites* que abordam a actual intervenção no Bairro da Mouraria que se vai tentar evitar o que aconteceu no Bairro Alto, quando os novos preços da zona expulsam os seus habitantes. Mas muitas vezes não são os preços que os afastam, mas as novas lógicas sociais, a maior exposição, a nova imagem do bairro. Acha que isso pode acontecer aqui, um bocadinho à semelhança do que aconteceu com projectos de outros anos que se tentaram implementar no bairro?
- 20) No meu trabalho ponho a hipótese de que hoje existe um maior investimento numa imagem cosmopolita da cidade, nomeadamente com a revitalização da interculturalidade de alguns dos seus bairros. Pode comentar esta ideia?
- 21) A Câmara faz alguma monitorização dos resultados obtidos nesta zona?

### **C) Guião de Entrevista Responsável pela gestão do *Mercado de Fusão***

- 1) Como surge o interesse da NCS neste espaço e neste projecto?
- 2) A centralidade no espaço da cidade foi um factor importante?
- 3) Em que medida é que este projecto respondia aos objectivos da Câmara Municipal de Lisboa para esta zona?
- 4) Qual é a relação que o *Mercado de Fusão* estabelece com o GABIP?
- 5) Como foram seleccionados os quiosques que se instalaram aqui?
- 6) Houve contactos com associações locais? Que tipo de diálogo estabeleceram com o local?
- 7) Quantas pessoas estiveram interessadas em participar no projecto?
- 8) Que tipo de contacto estabelecem os quiosques com a NCS?
- 9) Que autonomia que têm os quiosques?
- 10) Que tipo de parâmetros, em termos de conceito e venda de produto, têm de cumprir?
- 11) O espaço é concessionado pela EPUL à NCS. Que tipo de contrapartidas estão envolvidas?
- 12) Que papel desempenha a NCS na gestão do *Mercado de Fusão*?
- 13) Porquê um Mercado de Fusão?
- 14) Quem é que gere as escolhas musicais? Com que critério?
- 15) Quais são os outros eventos que aqui se realizam?
- 16) Quem os programa? Com que critério?
- 17) Que reacções tiveram os habitantes/comerciantes da zona a esta iniciativa?
- 18) Um dos objectivos da recente intervenção nesta zona parece ser contribuir para a sua regeneração. Como é que acha que o *Mercado de Fusão* poderá contribuir para esse processo?
- 19) Como é que esta proposta se pode diferenciar da história de insucessos dos projectos para esta Praça?
- 20) Passado um ano de implementação do projecto, como analisam os resultados?
- 21) Tendo em conta que a NCS tem outros projectos com grande peso na vida cultural de Lisboa, existe algum conceito comum a todos eles?

#### **D) Guião de Entrevista Funcionários dos quiosques do *Mercado de Fusão***

##### Dados

- 1) Nacionalidade \_\_\_\_\_
  - 2) (no caso de nacionalidade estrangeira) Data de chegada a Portugal \_\_\_\_\_
  - 3) Local de residência \_\_\_\_\_
  - 4) (no caso de nacionalidade estrangeira) Profissão no local de origem \_\_\_\_\_
- 
- 1) Como tiveram conhecimento da abertura dos quiosques?
  - 2) Porque é que decidiram estabelecer o negócio no *Mercado de Fusão*?
  - 3) Como seleccionaram os produtos para venda?
  - 4) Que cultura gastronómica pretendem representar? De que forma é ela representada?
  - 5) Como definem a clientela?
  - 6) Consomem os produtos dos quiosques? Onde costumam consumir as refeições?
  - 7) Quando não estão a trabalhar costumam frequentar a Praça?
  - 8) Conheciam a Praça do Martim Moniz antes da implantação dos quiosques? Que diferenças notam?
  - 9) O que pensa que ganhou a Praça com a implantação dos quiosques?

**E) Vista do Mercado de Fusão**



**F) Representação da muralha medieval**

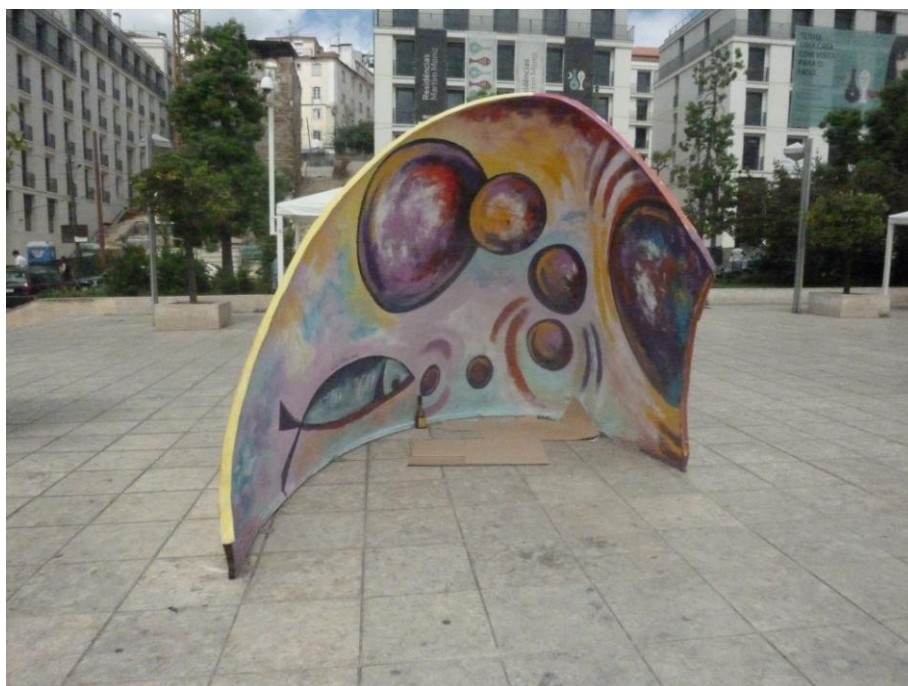




**G) Tenda de DJ do Mercado de Fusão**



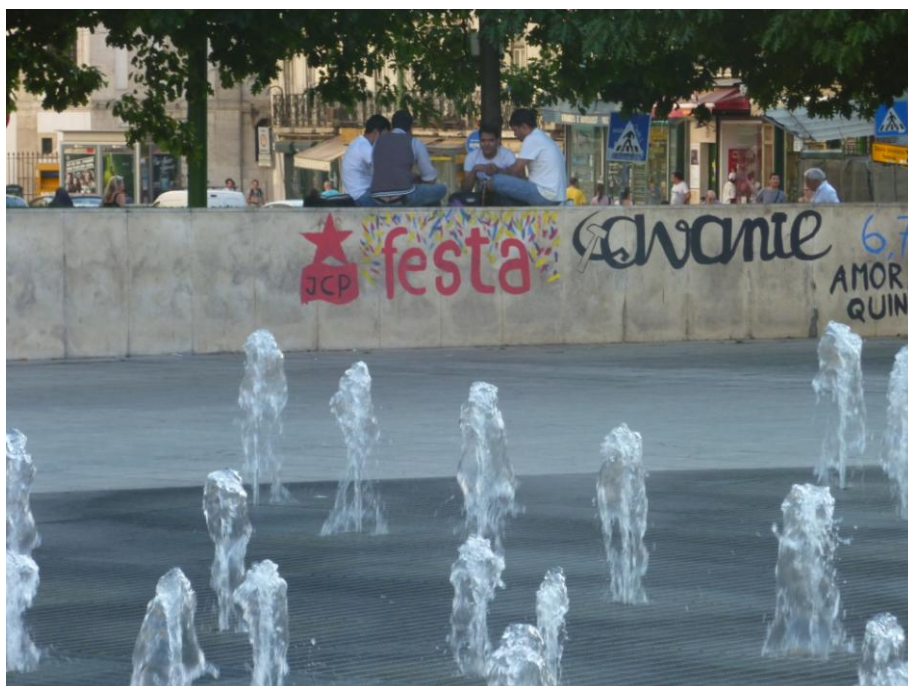
**H) “Casulo”**



**I) Fotografia da exposição *All around us***

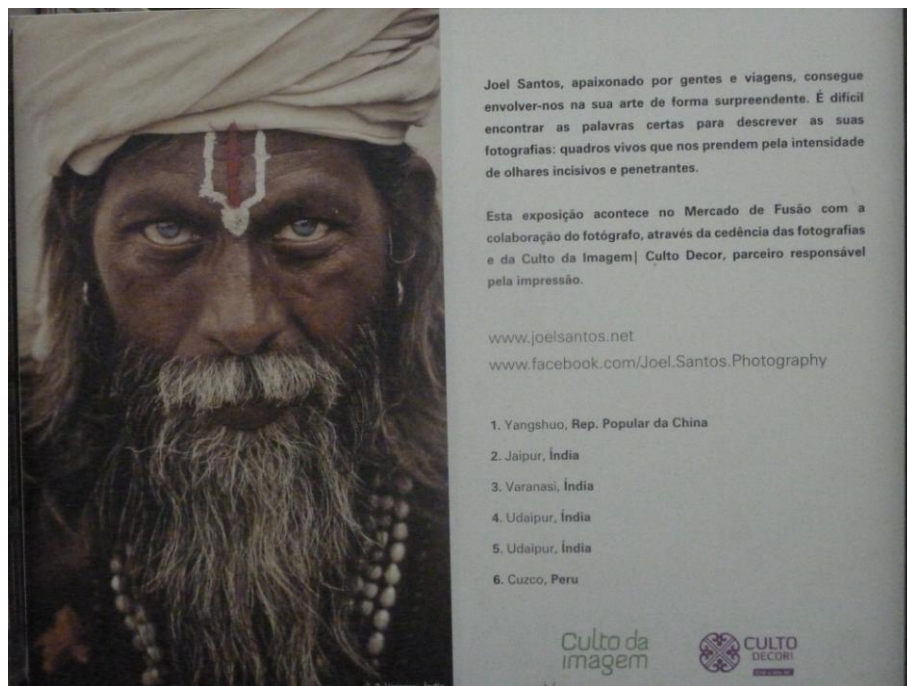


**J) Grupo almoçando no espaço ajardinado da Praça do Martim Moniz**





## L) Fotografia: Exposição de Joel Santos



## M) Fotografia: Exposição de Joel Santos



**N) Fotografia: Concerto no *Mercado de Fusão***



**O) Fotografia: Prédios da EPUL**

